

Frederico Barbosa (Org.)

CIÊNCIAS DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: ESTUDOS PARA A MANUTENÇÃO DO BEM-ESTAR

Fiat Lux Publishing

Goiânia, GO
2026

SUMÁRIO

Capítulo 01 . APLICAÇÃO DA TEORIA DE MYRA LEVINE NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTE COM FERIDA CIRÚRGICA	1
Capítulo 02 . IMUNOTERAPIA E DOENÇAS RARAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS SOB A ÓPTICA DA LITERATURA NACIONAL	7
Capítulo 03 . Avaliação do Teor de Ferro e Análise da Qualidade da Água do Abastecimento Público de Presidente Dutra – MA	14
Capítulo 04 . Psicologia do Trânsito: um estudo sobre a importância da avaliação psicológica na segurança viária	23
Capítulo 05 . OBESIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRATÉGIAS EFICAZES NA PREVENÇÃO E NO CONTROLE DA OBESIDADE	39
Capítulo 06 . A prevalência de fumantes em uma Instituição de Ensino Superior de Barra do Garças – MT	47
Capítulo 07 . O ESPORTE PARALÍMPICO COMO FERRAMENTA PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E SAÚDE COLETIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO I FESTIVAL PARALÍMPICO ESCOLAR	56
Capítulo 08 . “ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE PARA A FONOAUDIOLOGIA NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	64
Capítulo 09 . Redes de Quilombos: Territórios, Sociabilidades e Organização Social	69
Capítulo 10 . PROTOCOLO DE PREVENÇÃO AO RISCO DE SUICÍDIO: INOVAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO SETOR PÚBLICO	72

Capítulo 11 . RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS NO PROGRAMA KI_DA_HORT@ DA CIDADE DE PASSO FUNDO/RS	84
Capítulo 12 . ANÁLISE MULTIPROFISSIONAL DE RISCOS DE DESABASTECIMENTO ASSISTENCIAL	87
Capítulo 13 . IMPACTO TRANSFORMADOR DO CLUBE DE CIÊNCIAS STEM NA EDUCAÇÃO CIENTÍFICA DOS ALUNOS	93
Capítulo 14 . CONSUMO ALIMENTAR ENTRE FEIRANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA FEIRA LIVRE DO PRODUTOR RURAL EM GOUVEIA-MG	108
Capítulo 15 . ESTRATÉGIA NEUROEDUCACIONAL PARA PORTADORES DE TDAH: BENEFÍCIOS COGNITIVOS, EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS	174

© 2026 Fiat Lux Publishing

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou armazenada sob qualquer forma sem autorização prévia da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico.

Ciências da Saúde e Qualidade de Vida: Estudos para a Manutenção do Bem-Estar / Frederico Barbosa (Org.). --
Goiânia, GO : Fiat Lux Publishing, 2026. 185 p.

ISBN: 978-65-5898-045-2

DOI: 10.66956/978-65-5898-045-2

Assuntos: Saúde, ensino, pesquisa. I. Barbosa, Frederico. II.
Título.

CDD 610: Medicina e saúde

APLICAÇÃO DA TEORIA DE MYRA LEVINE NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A PACIENTE COM FERIDA CIRÚRGICA

Marilaine dos Santos Araújo
Jaciara Gomes Fernandes
Ludmila Borges Chaves
Maria Heloísa Soares Marques
Paloma Santana Fonseca
Rayane Silva Santana
Raissa Castro Iaranjeira
Safira Nogueira Silva
Thaís da Silva

RESUMO

A Teoria das Conservações de Myra Levine fundamenta-se na promoção da integridade e na conservação da energia do indivíduo, reconhecendo-o como um ser holístico em interação constante com o ambiente. Este estudo teve como objetivo aplicar os princípios da teoria na assistência de enfermagem a um paciente hospitalizado com ferida cirúrgica em pós-operatório de colecistectomia, associando a aplicação dos diagnósticos, intervenções e resultados das taxonomias NANDA-I, NIC e NOC. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e descritiva, elaborado a partir de um caso clínico fictício com base na literatura científica. O paciente, masculino, 56 anos, apresentou dor intensa e processo inflamatório local. Foram identificados os diagnósticos de enfermagem: Integridade da pele prejudicada, Risco de infecção, Dor aguda e Recuperação cirúrgica prejudicada. As intervenções e resultados foram definidos segundo as classificações NIC e NOC, alinhadas às quatro conservações de Levine: energia, integridade estrutural, pessoal e social. Os resultados evidenciaram que a aplicação conjunta da teoria e das taxonomias fortalece a prática baseada em evidências e favorece a recuperação do paciente. Conclui-se que a integração entre o referencial teórico e as classificações de enfermagem proporciona um cuidado sistematizado, seguro e humanizado.

Palavras-chave: Teoria de Enfermagem. Myra Levine. NANDA-I. Ferida cirúrgica. Sistematização da Assistência de Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

A Enfermagem, enquanto ciência e prática social, estrutura-se a partir de referenciais teóricos que sustentam o cuidado integral e científico. Entre as teorias clássicas, destaca-se a Teoria holística das Conservações de Myra Estrin Levine, que busca manter a integridade do indivíduo e sua adaptação frente à doença (GEORGE, 2011).

Levine (1973) propõe quatro princípios fundamentais, conservação de energia, integridade estrutural, integridade pessoal e integridade social que orientam as intervenções de enfermagem.

A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e o Processo de Enfermagem, conforme a Resolução COFEN nº 358/2009, são instrumentos que operacionalizam essa teoria na prática, utilizando a taxonomia NANDA-I (diagnósticos), NIC (intervenções) e NOC (resultados).

O presente estudo objetiva aplicar a teoria de Myra Estrin Levine e a taxonomia NANDA-NIC-NOC em um caso clínico de paciente com ferida cirúrgica, destacando a importância do raciocínio clínico e do cuidado humanizado na prática assistencial.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e aplicado, realizado por meio de relato de caso clínico fictício baseado em evidências científicas. O paciente, do sexo masculino, 56 anos, em pós-operatório de colecistectomia, apresentou dor, edema e secreção serossanguinolenta na ferida. A assistência foi planejada segundo os princípios de Levine e a taxonomia NANDA-NIC-NOC. As informações foram analisadas descritivamente, associando o quadro clínico aos diagnósticos de enfermagem, intervenções e resultados esperados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na conservação da energia, o enfermeiro priorizou-se medidas para reduzir o estresse metabólico e favorecer a recuperação, como controle da dor, repouso e hidratação adequada.

Na conservação da integridade estrutural, o enfermeiro realizou curativos com técnica asséptica, observou sinais de infecção e estimulou dieta rica em proteínas para reparo tecidual.

A conservação da integridade pessoal envolveu acolhimento emocional e comunicação terapêutica, reduzindo a ansiedade e fortalecendo a autoconfiança do paciente em relação a cicatrização.

Já a integridade social foi promovida pela inclusão da família no processo de cuidado e nas orientações de alta para autocuidado no domicílio.

Os principais diagnósticos identificados foram: integridade da pele prejudicada, relacionada à incisão cirúrgica, evidenciada por rompimento da epiderme; risco de infecção relacionada a ferida operatória e fatores ambientais; dor aguda relacionada a incisão e processo inflamatório; e por último recuperação cirúrgica a respostas fisiológicas ao trauma cirúrgico. (tabela 1)

Tabela 1 - Diagnóstico NANDA-I, Intervenções NIC e resultados esperados NOC aplicados no caso:

Diagnóstico	Intervenção	Resultados
Integridade da pele prejudicada.	Cuidados com feridas; Controle de infecção; Ensino sobre cuidados com a pele.	Cicatrização da ferida: primária; Integridade tecidual: pele e mucosas.
Risco de infecção	Prevenção de infecção; Controle de feridas cirúrgicas; Cuidados com o ambiente.	Controle de infecção; Integridade tecidual mantida.

Dor aguda	Controle da dor; Administração de analgésicos; Técnicas de relaxamento.	Nível de conforto; Controle da dor.
Recuperação cirúrgica prejudicada	Cuidados no pós-operatório; Promoção do repouso; Apoio emocional.	Recuperação cirúrgica; Adaptação à incapacidade física.

Tabela elaborada pelos autores Marilaine, Raissa, Safira, Ludmila, Jaciara, Maria Heloisa, Paloma, Rayane e Thais, 2025.

Essas ações demonstram que o uso integrado das classificações NANDA, NIC e NOC com os princípios de Levine potencializa a qualidade do cuidado, permitindo que o enfermeiro atue de forma científica e humanizada. A teoria sustenta a prática, garantindo intervenções específicas e avaliáveis, com resultados mensuráveis na recuperação do paciente.

4 CONCLUSÃO

A aplicação da Teoria das Conservações de Myra Levine mostrou-se eficaz na organização do cuidado de enfermagem ao paciente com ferida cirúrgica, favorecendo a manutenção da homeostase e a promoção da saúde. As quatro conservações propostas pela autora direcionaram intervenções integradas e individualizadas, fortalecendo o papel do enfermeiro como agente de cuidado científico e humanizado. Recomenda-se a ampliação do uso das teorias de enfermagem na prática clínica, especialmente durante o processo de formação acadêmica, para consolidar o pensamento crítico e a autonomia profissional. Retome os objetivos e indique se foram alcançados. Apresente contribuições do estudo e possíveis perspectivas futuras. A integração da Teoria de Myra Levine com a taxonomia NANDA-I, NIC e NOC fortalece o processo de enfermagem, proporcionando um cuidado planejado, fundamentado e mensurável. A aplicação dos princípios de conservação e dos diagnósticos de enfermagem evidenciou melhora clínica, redução do risco de infecção e promoção da cicatrização. Conclui-se que o uso articulado desses referenciais teóricos e taxonômicos contribui para o desenvolvimento de uma prática assistencial mais efetiva, segura e humanizada.

REFERÊNCIAS

GEORGE, J. B. Teorias de Enfermagem: os fundamentos para a prática profissional. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LEVINE, M. E. Introduction to Clinical Nursing. Philadelphia: F. A. Davis Company, 1973.

TOMEY, A. M.; ALLIGOOD, M. R. Teorias de Enfermagem e o Papel do Enfermeiro na Prática Profissional. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

COFEN. Resolução nº 358/2009: Sistematização da Assistência de Enfermagem. Brasília: COFEN, 2009. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009/>. Acesso em 12 de novembro de 2025.

AGUIAR, R. C. et al. *Úlceras venosas: aspectos clínicos e terapêuticos na Atenção Primária à Saúde*. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, n. 2, 2020. Disponível em: <https://share.google/beOFWvhQnIU0ZzUf>. Acesso em 12 de novembro de 2025.

CARDOSO, L. M. et al. *Efetividade da Bota de Unna no tratamento de úlceras venosas*. Revista de Enfermagem Contemporânea, v. 7, n. 1, p. 56–63, 2018. FAGUNDES, N. C. *Teorias de Enfermagem: análise e aplicação à prática*. São Paulo: EPU, 1983.

HERDMAN, T. H.; KAMITSURU, S.; LOPES, C. T. (org.). *Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2024–2026*. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2024.

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M.; WAGNER, C. M. *Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

MOORHEAD, S. et al. *Classificação dos Resultados de Enfermagem (NOC)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2021.

SANTOS NETO, C. V. et al. *A teoria holística de Myra Levine aplicada a um paciente portador de úlcera venosa crônica: um relato de caso*. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 11, p. 108012–108023, 2021.

IMUNOTERAPIA E DOENÇAS RARAS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS SOB A ÓPTICA DA LITERATURA NACIONAL

Carlos Henrique Araújo Pinto
Hendely Rodrigues do Nascimento
Erika Soares de Souza
Francisca Milena Martins Elmiro
Antônio Francisco Soares Araújo
Moisés da Silva Gomes
Isadora Maria Lima de Sousa
Maria Rovânia Araújo Gomes
Victoria Lara de Sousa Andrade
Ana Clara Gomes Magalhães de Andrade

RESUMO: Doenças raras são as enfermidades que apresentam baixa prevalência em uma população. No Brasil, a doença rara é aquela que afeta até 65 pessoas em cada 100.000 (cem mil) indivíduos. A imunoterapia promove a estimulação do sistema imunológico por meio do uso de substâncias modificadoras da resposta biológica. **OBJETIVO:** Correlacionar os conceitos de imunoterapia e doenças raras, destacando suas perspectivas e desafios, fundamentando a partir da literatura nacional. **MÉTODOS:** Este estudo é uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. A busca dos artigos foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio das bases de dados LILACS e MEDLINE. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir dos estudos analisados, podemos refletir e associar a baixa produção científica à também baixa possibilidade de tratamento. Todavia, apesar de baixo, esse percentual ainda representa uma oportunidade, principalmente levando em consideração o percentual de causas que podem estar relacionadas a condições imunológicas. **Conclusão:** Conclui-se que, apesar dos avanços observados na área da imunoterapia, sua aplicação no contexto das doenças raras ainda é um campo incipiente e repleto de desafios. Contudo, trata-se também de um território fértil para a inovação científica e tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Imunoterapia; Doenças Raras; Revisão de Literatura.

INTRODUÇÃO

Doenças raras são as enfermidades que apresentam baixa prevalência em uma população, podendo esta variar conforme a legislação vigente de cada país. No Brasil, a doença rara é aquela que afeta até 65 pessoas em cada 100.000 (cem mil) indivíduos (Riegel; Schmitz, 2022). Segundo dados, estima-se que existam de 6 a 8 mil doenças raras. No território nacional, a prevalência dessas doenças é de 17 milhões de pessoas, enquanto isso, a nível mundial, 260 a 440 milhões de pessoas são afetadas (Carvalho Júnior, 2025).

Estudos relacionam as doenças raras com a incerteza do diagnóstico. Além disso, a condição de raridade particulariza desafios únicos, vivenciados como estigmas, preconceitos e sofrimento com a própria evolução da doença. Sob essa perspectiva, evidencia-se que o campo das doenças raras transcende o aspecto meramente biológico do cuidado, para dimensões holísticas do processo saúde-doença-cuidado, envolvendo aspectos do âmbito sociocultural, individual e coletivo (Carvalho; Júnior, 2025).

A imunoterapia promove a estimulação do sistema imunológico por meio do uso de substâncias modificadoras da resposta biológica. Os avanços no entendimento de anormalidades genéticas levaram ao desenvolvimento de diferentes terapias-alvo, além de uma melhor compreensão da interação entre as células e o sistema imunológico, o que sustentou o desenvolvimento da imunoterapia (Campos et al., 2020).

A imunoterapia é uma área recente e em crescimento, produto das muitas descobertas inovadoras em imunologia e terapia no último século. No entanto, apesar desse avanço, ainda existem obstáculos para o campo dessa terapêutica, entre eles, a incapacidade de prever a efetividade do tratamento; a necessidade de biomarcadores adicionais; o desenvolvimento de resistência; a falta de estudos clínicos otimizados para determinar a eficácia; e os altos custos desse tratamento (Campos et al., 2020).

Diante dessa perspectiva, é imprescindível a análise e correlação desses conceitos, uma vez que sua atuação pode promover avanços significativos no tratamento das doenças raras, ampliando o leque de alternativas terapêuticas disponíveis para essas condições.

OBJETIVO

Correlacionar os conceitos de imunoterapia e doenças raras, destacando suas perspectivas e desafios, fundamentando a partir da literatura nacional.

MÉTODOS

Este estudo é uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvido pelos estudantes e discentes da instituição durante as atividades do Núcleo de Extensão Sobre Doenças Raras (neDORAS), cujo objetivo foi identificar e analisar publicações científicas relacionadas às perspectivas e desafios da correlação entre doenças raras e imunoterapia. A busca dos artigos foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), por meio das bases de dados LILACS e MEDLINE.

A estratégia de busca inicial utilizou os descritores “imunoterapia” e “doenças raras”, conectados pelo operador booleano AND. Em seguida, foram realizadas novas buscas com os mesmos descritores de forma isolada. Essa estratégia permitiu refinar os resultados e garantir o acesso a documentos com

contribuições significativas e diretamente relacionadas ao tema. Aplicaram-se filtros para o idioma português, disponibilidade de texto completo e assunto principal nos temas “imunoterapia” e “doenças raras”. Foram considerados artigos publicados no período de 2020 a 2025.

Como critérios de inclusão, consideraram-se artigos originais, revisões ou estudos teóricos disponíveis na íntegra, publicados em português, que abordassem de algum modo a correlação com o objetivo do trabalho. Incluíram-se estudos repetidos, publicações fora do período de interesse e textos fora do escopo temático. Os títulos e resumos dos artigos foram inicialmente triados, seguidos da leitura completa e/ou parcial dos textos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a primeira busca, utilizando os descritores “imunoterapia” e “doenças raras”, conectados ao operador booleano AND, juntamente aos filtros que propõem os critérios de inclusão, foram encontrados um total de 0 (zero) trabalhos. Tal achado indica uma lacuna existente entre a correlação dos conceitos, que, apesar de estarem diretamente atrelados, possuem uma baixa produção científica em âmbito nacional, uma vez que não foram encontradas produções.

Essa ausência de publicações evidencia não apenas a escassez de estudos integrando diretamente esses dois temas, como também dificulta a construção de conhecimento científico sólido para subsidiar práticas clínicas, protocolos e diretrizes que envolvam tais condições em conjunto.

Consequente, seguindo na busca por produções literárias, realizou-se uma segunda e terceira pesquisa, dessa vez utilizando os descritores de modo isolado, junto aos mesmos critérios de inclusão. Durante a primeira busca, foi utilizado o descritor “imunoterapia”, onde foram encontrados 12 artigos. Desses 12, foram selecionados 4 para leitura na íntegra, atendendo à afinidade com o objetivo do presente estudo. Esses artigos abordavam temas relevantes que, embora não tratassem diretamente de doenças raras, permitiram compreender o avanço da imunoterapia em diversas áreas da medicina, reforçando seu potencial terapêutico em doenças de difícil manejo.

Seguindo, foi utilizado o descritor “doenças raras”, onde foram encontrados 11 artigos, dos quais 1 apresentava duplicação, a qual foi excluída, e 4 foram selecionados para leitura na íntegra, seguindo o mesmo critério. Esses trabalhos trouxeram contribuições importantes sobre a realidade dos pacientes com doenças raras no Brasil, especialmente no que diz respeito à escassez de tratamentos, aos desafios no diagnóstico e à vulnerabilidade social enfrentada por esses indivíduos.

Diante desse cenário, observamos que existe uma baixa produção científica nacional que abrange as temáticas em questão de forma integrada. Assim, evidencia-se um desafio significativo para sua aplicação prática, tanto no campo da pesquisa quanto na assistência direta aos pacientes. Haja vista que a ausência de conhecimento científico implica diretamente no processo saúde-doença-cuidado dos indivíduos portadores dessas condições, especialmente no que tange ao acesso a terapias inovadoras, à construção de protocolos clínicos e ao desenvolvimento de políticas públicas mais específicas. A escassez de estudos também dificulta o avanço da formação profissional qualificada para o manejo dessas doenças e o uso da imunoterapia de forma segura e eficaz, limitando, assim, a ampliação do cuidado integral.

Em relação à imunoterapia, o quantitativo de imunoterápicos, bem como a variedade de medicamentos utilizados, aumentaram ao longo da última década (2010 - 2019). O aumento da utilização de imunoterápicos acompanha uma tendência mundial e reflete a necessidade de diversificação nos tratamentos (Campos et al., 2020).

Ainda conforme Campos et al., 2020, ao longo do tempo, com o avanço e crescimento dos trabalhos e pesquisas nessa área, o uso da imunoterapia, tanto de forma isolada quanto em conjunto, poderá proporcionar um tratamento personalizado e melhorar a sobrevida global e livre de progressão de muitos pacientes. Uma vez consolidados como evidências, os resultados dessas pesquisas consistentes irão contribuir para a incorporação ainda mais de imunoterapêuticos pelo SUS, ampliando o acesso a essa classe de medicamentos.

Na perspectiva das doenças raras, a maior parte delas (80%) advém de causas genéticas, e os outros 20% são decorrentes de causas ambientais, infecciosas e/ou imunológicas. Dentre elas, 90% não possuem um tratamento específico, e 10% possuem a possibilidade de intervenções cirúrgicas ou uso de medicamentos capazes de interferir na progressão da doença (Riegel; Schmitz, 2022).

A partir desse achado, podemos refletir e associar a baixa produção científica à também baixa possibilidade de tratamento, tendo em vista o percentual de somente 10% de possibilidade de intervenção. Todavia, apesar de baixo, esse percentual ainda representa uma oportunidade, principalmente levando em consideração o percentual de causas que podem estar relacionadas a condições imunológicas. Esse elo, embora ainda pouco explorado, pode ser o ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas que visem explorar a aplicabilidade de imunoterapias em contextos específicos de doenças raras, particularmente aquelas de base imunológica, genética ou inflamatória.

CONCLUSÃO

A presente revisão de literatura teve como propósito analisar as perspectivas e os desafios da correlação entre imunoterapia e doenças raras, a partir da produção científica nacional. Os resultados evidenciaram uma expressiva escassez de estudos que abordem diretamente essa inter-relação, fato que, por si só, constitui um importante achado. A ausência de publicações que articulem os dois temas de maneira integrada demonstra não apenas a limitação do conhecimento atual, mas também a necessidade de fomentar investigações futuras que explorem as possibilidades terapêuticas oferecidas pela imunoterapia para pacientes acometidos por doenças raras.

Embora a busca conjunta dos descritores não tenha retornado resultados relevantes, as pesquisas realizadas de forma isolada permitiram compreender a expansão da imunoterapia na última década e os desafios enfrentados por pessoas com doenças raras no Brasil. Verificou-se que a imunoterapia vem se consolidando como uma estratégia promissora no enfrentamento de condições de difícil manejo, enquanto as doenças raras, majoritariamente de origem genética ou imunológica, permanecem subestimadas em termos de diagnóstico, acesso a tratamento e políticas públicas específicas.

Diante disso, reforça-se a importância da ampliação da produção científica nacional voltada a essa intersecção, a fim de subsidiar a construção de diretrizes clínicas, protocolos assistenciais e políticas de saúde pública voltadas para essa população, ainda marcada por vulnerabilidades. Além disso, destaca-se a necessidade de incentivo à formação de profissionais qualificados e à condução de pesquisas clínicas no campo da imunoterapia aplicada a doenças raras, com vistas à promoção de cuidados mais seguros, eficazes e equitativos.

Conclui-se que, apesar dos avanços observados na área da imunoterapia, sua aplicação no contexto das doenças raras ainda é um campo incipiente e repleto de desafios. Contudo, trata-se também de um território fértil para a inovação científica e tecnológica, que, se adequadamente explorado, poderá contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas acometidas por essas condições no Brasil e no mundo. Assim, evidenciando a potencial relevância desse estudo para a comunidade científica e avanços no âmbito das doenças raras.

REFERÊNCIAS:

CAMPOS, Camila Silveira et al. Imunoterapia em oncologia em uma cidade do interior de Minas Gerais: análise da década 2010-2019. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, e-131074, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32635/2176-9745.RBC.2020v66n4.1074>.

CARVALHO, Maria Beatriz Andrade Fontoura de; LLERENA JUNIOR, Juan Clinton. Itinerários terapêuticos de pacientes com doenças raras. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, e07652023, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025302.07652023>.

RIEGEL, Beatriz Aparecida; SCHMITZ, Jerry. Itinerário terapêutico na doença rara e a importância da enfermagem nesse processo. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 13, e-20228, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2022.v13.e-20228>.

AVALIAÇÃO DO TEOR DE FERRO E ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA DO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE PRESIDENTE DUTRA – MA

ANTONIO DO NASCIMENTO CAVALCANTE

Matheus de Azevedo Santos

Leandra Gabriella da Silva e Silva

Luciana Pereira Cruz Marinho

Teresinha de Jesus Aguiar dos Santos Andrade

Wiury Chaves de Abreu

Cristiany Marinho Araújo

Marcos Jadiel Alves

Jonathan Nery Pierot

Resumo

A água é uma substância de extrema importância para todo ser terrestre. Este composto químico ocupa 70% da terra e tem múltiplas utilidades, tais como, saciar a sede, lazer, irrigação, limpeza, higiene pessoal, dentre outras. Assim, torna-se imperativo conhecer a qualidade de qualquer corpo d'água que se utiliza para um determinado fim, ainda mais em água utilizada para abastecimento. O principal fator responsável pela origem do trabalho foi devido as constantes reclamações da população de Presidente Dutra – MA sobre a presença de ferro (Fe) na água do abastecimento público. Diante desse contexto, essa proposta tem como objetivo, fazer uma análise do teor de ferro e outros parâmetros físico-químicos e microbiológicos das águas fornecidas à população da cidade de Presidente Dutra - MA, a fim de verificar se estes parâmetros estavam de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação vigente. Observou-se que as amostras de água coletadas apresentaram, em geral, boa qualidade físico-química, mas possuíam falhas microbiológicas e de desinfecção que comprometem sua potabilidade.

Palavras-chave: Água. Padrões de Potabilidade. Teor de Ferro. Parâmetros Físico-Químicos e Microbiológicos.

Financiamento: Os autores agradecem ao IFMA Campus Presidente Dutra e à FAPEMA pelo financiamento e apoio a pesquisa.

1) Introdução

A expansão urbana e o aumento populacional geram preocupações contínuas sobre a qualidade da água potável fornecida à população, visando atender às suas necessidades básicas de forma satisfatória. (RAZZOLIN; GÜNTHER, 2008). O fornecimento de água, tanto em termos de quantidade e qualidade, é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, que leva a reflexos diretos em relação as condições de saúde e bem-estar da população, pois envolve fatores como controle e prevenção de doenças, prática de hábitos higiênicos e o aumento da expectativa de vida e produtividade econômica. Sua escassez pode impulsionar o uso de fontes alternativas, resultando no consumo de água com qualidade sanitária questionável (ARAÚJO et. al., 2022).

A água é uma substância indispensável à vida. A preservação dos recursos hídricos e da vida aquática e terrestre depende crucialmente da qualidade da água. A contaminação dos rios representa um sério problema ambiental, com impactos negativos significativos em plantas, animais e na saúde humana, especialmente para aqueles que dependem dessas fontes de água para consumo. Além disso, a água é fundamental em uma ampla gama de atividades humanas, desde a agricultura até a produção de

energia. É crucial destacar que a água é um recurso precioso e finito, cujo uso deve ser consciente e sustentável. É imperativo adotar medidas de conservação e evitar desperdícios, garantindo assim a preservação desse recurso vital para as gerações vindouras.

A água pode ser encontrada em diferentes estados físicos, como sólido (gelo), líquido e gasoso (vapor). A água é abundantemente distribuída pela Terra, cobrindo cerca de 71% de sua superfície, incluindo oceanos, mares, rios, lagos, aquíferos e até mesmo na atmosfera. No entanto, é preocupante o fato de que muitas comunidades ainda não têm acesso a água com qualidade potável, essencial para atender às necessidades básicas de consumo humano (GRASSI, 2005).

A água é essencial para à vida, pois é um elemento fundamental para células e processos biológicos. A água desempenha uma série de funções vitais no corpo humano, desde regular a temperatura corporal e transportar nutrientes e oxigênio para as células até a eliminação de substâncias tóxicas através da urina e do suor, além de lubrificar órgãos e articulações. Além disso, desempenha um papel essencial no processo de fotossíntese das plantas, fornecendo o alimento e o oxigênio necessários, e é um componente crucial na manutenção da biodiversidade dos ecossistemas (MORAES, 2017). Ressalta-se, que a água é considerada própria para consumo humano quando atende o padrão de potabilidade estabelecido pelo Ministério da Saúde, disposto na Portaria de Consolidação nº 5, Anexo XX, de 28 de setembro de 2017 (BRASIL, 2017) e, atualmente, alterada pela Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021 (BRASIL, 2021).

A crescente demanda por água, impulsionada pelo aumento populacional, desenvolvimento industrial e agrícola, juntamente com as mudanças climáticas, está gerando escassez hídrica em várias partes do mundo, onde a oferta não é suficiente para suprir as necessidades básicas da população. É imperativo adotar medidas para conservar e preservar esse recurso vital, tais como a redução do desperdício, o tratamento e reutilização da água, a promoção de uma gestão sustentável dos recursos hídricos e o investimento em tecnologias para otimizar a eficiência no uso da água (MORAES, 2017).

Situada no estado do Maranhão, Presidente Dutra integra a região de Planejamento da Pré-Amazônia. Com uma população estimada em cerca de 45.155 habitantes, cobrindo uma área de 771,57 km² e com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,653 (BRASIL, 2022), a cidade desfruta de uma localização estratégica no coração do estado maranhense (Figura 1). Sua economia é predominantemente impulsionada pela pecuária, agricultura e comércio.

Há relatos de que a água distribuída para a população da cidade de Presidente Dutra – MA, é imprópria para o consumo, uma vez que o teor de ferro é extremamente elevado, neste contexto, há necessidade de fazer uma análise da água fornecida à população dessa cidade, através de determinação do teor de ferro e de análises dos parâmetros físico-químicos e microbiológicas, uma vez que essas

análises são de extrema importância para garantir a segurança e saúde pública, além de monitorar possíveis impactos ambientais.

Figura 1: Localização do município de Presidente Dutra no estado do Maranhão.



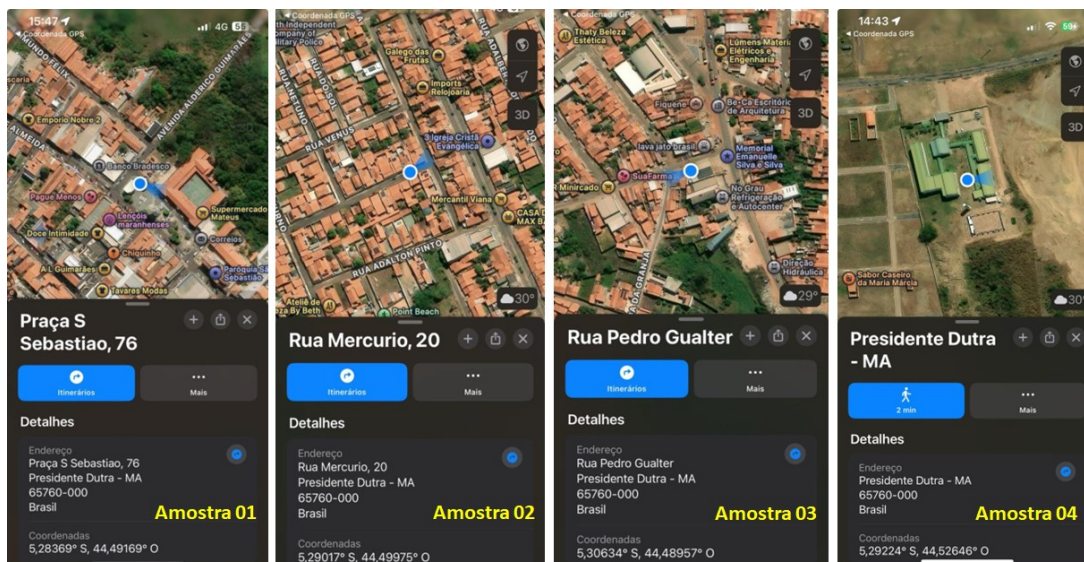
Diante desse contexto, essa proposta teve como objetivo, realizar análises do teor de ferro e de parâmetros físico-químicos e microbiológicos da água fornecidas à população da cidade maranhense de Presidente Dutra, a fim de, verificar se estes parâmetros estavam de acordo com os padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação vigente.

2) Metodologia

A metodologia adotada para a execução dessa proposta, fez-se inicialmente uma pesquisa ampla nos principais Portais Periódicos da CAPES sobre a definição, conceitos e outros termos técnicos associados ao tema em estudo.

Foi realizada a coleta das amostras de águas de torneiras em 04 pontos de abastecimento da cidade de Presidente Dutra – MA, em diferentes bairros e no centro dessa cidade (Figura 2). Assim como também coletou uma amostra no Campus IFMA Presidente Dutra.

Figura 3: Localização geográfica da coleta das amostras.



Fonte: Autoria própria

As amostras foram coletadas com auxílio de garrafas de polietileno de 500 mL (Figura 3), acondicionadas em um recipiente térmico e encaminhada para serem analisadas no laboratório Biotec Ambiental – Biotecnologia e Meio Ambiente, na cidade de Teresina – PI.

No laboratório Biotec Ambiental determinou-se os parâmetros físico-químicos e microbiológicos a fim de observar a potabilidade e segurança da água distribuída no município de Presidente Dutra – MA.

Figura 4: Amostras coletadas para análises.



Fonte: Autoria própria

Com os dados adquiridos os bolsistas tabelaram, discutiram e compararam os resultados obtidos com os padrões estabelecidos pelos órgãos reguladores.

3) resultados e Discussão

A tabela 1 mostra os resultados analíticos da qualidade de água, obtidos no laboratório Biotec

Ambiental, com diferentes parâmetros físico-químicos e microbiológicos das 04 amostras de água coletadas no município de Presidente Dutra - MA, comparados aos respectivos Valores Máximos Permitidos (VMP) segundo normas de potabilidade.

Tabela 1: Resultados obtidos dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos nas amostras de água do município de Presidente Dutra - MA.

RELATÓRIO ANALÍTICO							
PARÂMETRO	UNIDADE	AMOSTRA 1	AMOSTRA 2	AMOSTRA 3	AMOSTRA 4	VMP	METODOLOGIA
pH A 25 °C	Sorensen	7,7	7,5	7,4	7,4	6,0 – 9,0	SMEWW 4500 H + B
COR APARENTE	Mh	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0	COLORIMETRO H1727
TURBIDEZ	µT	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	TURBIDIMETRO MI415
CONDUTIVIDADE	µS/cm	179,4	194,3	186,4	174,5	-----	CONDUTIVIMETRO
CORO RESIDUAL	mg/L Cl ₂	0,11	0,25	0,14	0,12	0,20 – 5,0	HACH CAT14077-99
ALUMÍNIO	mg/L Al ³⁺	0,01	0,01	0,01	0,02	0,20	HACH2105769 - BR
DUREZA TOTAL	mg/L	90,71	160,19	125,45	84,92	300,0	SMEWW 4500 B
CLORETO	mg/L Cl ⁻	44,37	26,07	36,65	42,44	250,0	SMEWW 4500 B
FERRO	mg/L Fe	0,03	0,05	0,46	0,06	0,30	HACH1429449 - BR
SULFATO	mg/L SO ₄ ⁻	30	18	15	14	250,0	HACH181732 - BR
SÓLIDOS DISSOLVIDOS TOTAIS	mg/L	116,6	126,25	123,02	115,17	500,0	SMEWW 2540 F
AMÔNIA	mg/L NH ₃	0,4	0,6	0,8	0,7	1,20	HACH TNT 832
NITRATO	mg/L NO ₃ ⁻	2,3	1,4	1,9	1,4	10,0	HACH2161169 - BR
NITRITO	mg/L NO ₂ ⁻	0,8	0,7	0,7	0,2	1,0	HACH2107169 - BR
FLUORETO	mg/L F ⁻	0,01	0,01	0,01	0,01	1,5	HX0001- 02663
COLIFORMES TOTAIS	Ausência em 100 mL	Presente	Ausente	Presente	Presente	Ausente	COLIttest
COLIFORMES TERMO LUMINESCENTES	Ausência em 100 mL	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente	COLIttest

NOTA: VMP: Valor Máximo Permitido pela Portaria nº 888/2021 do Ministério da Saúde.

Fonte: Autoria própria.

Após a realização das análises físico-químicas e microbiológicas das amostras de água coletadas no sistema de abastecimento público do município de Presidente Dutra – MA, observou-se, de maneira geral, que a qualidade da água distribuída está em conformidade com os padrões de potabilidade estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 888/2021 do Ministério da Saúde. Ou seja, a maioria dos parâmetros físico-químicos estavam dentro dos limites pré-estabelecidos.

Entretanto, observou-se não conformidade com o parâmetro cloro residual (VMP: 0,20 – 5,0 mg/L), os valores obtidos das amostras estavam entre 0,11 e 0,25 mg/L. Sendo que a amostra 2 estava dentro do intervalo; enquanto que as amostras 1, 3 e 4, cujos valores encontrados, foram respectivamente, 0,11, 0,14 e 0,12 mg/L, ficando abaixo do limite mínimo, indicando possível ineficiência de desinfecção. Estudos da OMS (2017) demonstram que falhas na manutenção do cloro

residual estão associadas a surtos de diarreias, hepatite A, cólera, giardíase e outras doenças de transmissão hídrica.

Também, observou-se não conformidade com o parâmetro ferro (VMP: $\leq 0,30$ mg/L) na amostra 3, cujo resultado encontrado foi de 0,46 mg/L, estando acima do limite máximo permitido. Embora o ferro seja um nutriente essencial ao organismo humano, sua presença elevada na água não é considerada toxicologicamente relevante, sua presença pode causar diversos problemas no abastecimento público de água. Ele altera a cor e o sabor da água, provoca manchas em roupas e utensílios sanitários e favorece a formação de depósitos nas canalizações. Além disso, contribui para o desenvolvimento de ferro-bactérias, que podem gerar contaminação biológica na própria rede de distribuição (DI BERNARDO; DANTAS, 2005; PONTIUS, 1990). Além disso, valores muito altos de ferro podem causar distúrbios gastrointestinais em indivíduos sensíveis (OMS, 2017).

Em relação aos parâmetros microbiológicos, observou-se ausência de coliformes termo luniscentes em todas as amostras analisadas, indicando ausência de contaminação fecal específica, o que é positivo. No entanto, foram detectados presença de coliformes totais nas amostras 1, 3 e 4, o que pode indicar contaminação por material orgânico ou falha na desinfecção, o que pode ocorrer risco potencial à saúde.

De modo geral, a água distribuída no município de Presidente Dutra – MA apresenta qualidade satisfatória em grande parte dos parâmetros avaliados, atendendo às exigências da Portaria GM/MS nº 888/2021. Contudo, as inconformidades detectadas nos teores de cloro residual e ferro, bem como a presença de coliformes totais em algumas amostras, apontam falhas no processo de desinfecção e possíveis riscos à saúde da população. Assim, faz-se necessária uma atenção maior por parte do sistema de abastecimento, com medidas corretivas e monitoramento contínuo, a fim de garantir a segurança e potabilidade da água oferecida aos consumidores.

4) Conclusão

As amostras de água coletadas no município de Presidente Dutra – MA apresentaram, em geral, boa qualidade físico-química, mas possuíram falhas microbiológicas e de desinfecção que podem comprometer sua potabilidade.

Foi observado que uma das amostras analisada possuía concentração de ferro (Fe) acima do limite máximo permitido pela norma vigente. Embora a presença de ferro em concentrações ligeiramente maiores não seja, em geral, um risco sanitário imediato, seu excesso pode provocar alterações indesejáveis. Dessa forma, torna-se necessário um monitoramento mais rigoroso desse parâmetro, de modo a evitar problemas futuros relacionados tanto ao aumento da reprovação popular sobre a água

distribuída, como à saúde pública.

Esses fatores reforçam a importância da vigilância contínua da qualidade da água do abastecimento público, uma vez que o monitoramento sistemático possibilita a detecção precoce de inconformidades e a adoção de medidas corretivas necessárias. Além disso, recomenda-se que o órgão responsável pelo abastecimento, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), realize uma avaliação mais detalhada das possíveis fontes de ferro, que podem estar associadas a processos naturais, como a composição geológica dos mananciais da região, ou a fatores operacionais, como a ferrugem das tubulações feitas de materiais metálicos.

Sendo assim, torna-se fundamental a tomada de ações que busquem prevenir e corrigir problemas, a fim de se alinhar às diretrizes da vigilância sanitária, para que, deste modo, haja a garantia da manutenção da qualidade da água e a proteção da saúde da população do município de Presidente Dutra – MA.

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Federal do Maranhão - IFMA em especial ao IFMA - Campus Presidente Dutra pela parceria e disponibilidade durante toda o desenvolvimento da pesquisa. Agradecemos também a FAPEMA e Pró reitoria de pesquisa, Pós graduação e inovação pela bolsa de pesquisa de iniciação científica.

Referências

ARAÚJO, L. F.; CAMARGO, F. P.; TORRES NETTO, A.; VERNIN, N. S. ANDRADE, R. C. **Analysis of the coverage of supply and of the water quality, distributed in different regions of Brazil in 2019**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(7), 2935-2947, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*, 2017.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021**. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. *Diário Oficial da União*, 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades: 2022*, Presidente Dutra. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/presidente-dutra/panorama>. Acesso em: 20.fev.2024.

DI BERNARDO, L.; DANTAS, A. D. B. Métodos e técnicas de tratamento de água, (2005).

GRASSI, M. T. **Águas no planeta Terra**. Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola, edição especial, 2005.

MORAES, M. A. *et al.* **Desafios da gestão de recursos hídricos no Brasil**. Estudos Avançados, v. 31, n. 91, p. 109-126, 2017.

PONTIUS, F. W. Water Quality and Treatment. American Water Works Association, 1990.

RAZZOLIN, M. T. P.; GÜNTHER, W. M. R. **Impactos na saúde das deficiências de acesso a água**. *Saude Soc.*, 17(1), 21-32, 2008.

WHO (World Health Organization). Guidelines for drinking-water quality. 4th edition, 2017.

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO: UM
ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA
SEGURANÇA VIÁRIA

Acácia Arruda Coelho

Resumo:

Este artigo resulta da revisão de bibliografias realizadas acerca dos impactos da Avaliação Psicológica aplicada no contexto do trânsito. Compreend a importância desse procedimento para a segurança viária, questiona os novos desafios da avaliação psicológica associado ao aumento significativo dos acidentes viários. Para tal, à priori, faz-se um breve retrato da Psicologia do Trânsito no Brasil associado a evolução e as principais contribuições da avaliação psicológica para a segurança no tráfego. Seguidos dos conceitos e definições de Avaliação Psicológica no trânsito pela ótica de alguns autores, tais como Silva, Tomé e Formiga (2022), Conselho Federal de Psicologia (2022) e Dias (2016). Por fim, foram discutidos os instrumentos utilizados na Avaliação Psicológica no contexto do trânsito, incluindo testes psicológicos, entrevistas e questionários específicos para a avaliação de condutores. Para tanto, este trabalho tem como objetivo fornecer uma visão geral dessas áreas e destacar sua relevância uma vez que a Psicologia do Trânsito tendo a avaliação psicológica como uma das principais ferramentas utilizadas para identificar possíveis fatores de risco, favorecer com que seja preservado a segurança no trânsito.

Palavras-chave: Psicologia. Trânsito. Avaliação Psicológica.

1. Introdução

De acordo com dados do Ministério da Saúde, cerca de 33.894 pessoas vieram a óbito em decorrência de algum tipo de acidente de trânsito no ano de 2022, número este que vem aumentando significativamente nos últimos dez anos (BRASIL, 2022). Estima-se que mais de 170 mil internações no sistema único de saúde sejam decorrentes de acidentes de tráfego terrestre (BRASIL, 2018). Com base nos dados é possível afirmar que acidentes no trânsito apresentam um grande problema de saúde pública, tendo em vista que o trânsito de um modo geral trata-se do comporta individual que se torna coletivo diante da necessidade de comunicação da população para se locomover (SILVA, 2017).

É nesta multifatorial que a psicologia do trânsito dedica seu esforço aprofundando o comportamento humano diante do tráfego e as suas implicações diante do coletivo (ROZESTRATEN, 1981).

Devido a sua importância social e a gravidade dos problemas relacionados ao trânsito, essa área vem ganhando destaque nos últimos anos, sendo a Avaliação Psicológica, um dos principais instrumentos utilizados pelos psicólogos do trânsito para a identificação de riscos e para a seleção de motoristas mais seguros (SAMPAIO, 2011). Assim a implementação da avaliação psicológica de condutores,

tem como objetivo auxiliar a prevenção de acidentes e viabilizar estratégias que promovam a segurança viária (SILVA & GUNTHER, 2009).

Esta realidade torna-se possível em decorrência das avaliações psicológicas pautadas no monitoramento de aspectos fundamentais na construção subjetiva individual e na tomada de decisões diante das regras coletivas previstas na legislação brasileira do trânsito (SILVA & GUNTHER 2009).

De acordo com Branco et al (2014), a avaliação psicológica é um processo sistemático de coleta de informações sobre o indivíduo, por meio de técnicas e instrumentos padronizados, que viabiliza a compreensão do comportamento, da personalidade, das habilidades e limitações, para a tomada de decisão em diferentes contextos.

No trânsito, a avaliação psicológica é utilizada para identificar fatores de risco que possam comprometer a segurança da comunidade de uma forma integral, por meio da mensuração das informações tais como problemas de saúde mental, comportamentos de risco, uso de álcool e outras drogas, entre outros (SAMPAIO, 2011).

A Psicologia do Trânsito é uma área interdisciplinar que busca entender o comportamento humano no contexto do trânsito, considerando as influências da personalidade, das emoções, da cognição, de fatores sociais e ambientais, além de outros fatores que possam influenciar o comportamento do motorista (CFP, 2020). É uma área de atuação recente e ainda em desenvolvimento, mas que tem contribuído para a prevenção de acidentes de trânsito, promoção de comportamentos mais seguros no trânsito e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas (ZANIN, et al, 2022).

A psicologia do trânsito passou por uma franca evolução descrita por Silva, Tomé e Formiga (2020) como:

[...] uma disciplina focada na identificação de traços de personalidade associados a comportamentos de direção de risco para um campo muito mais amplo que abrange abordagens psicológicas cognitivas e sociais para entender o comportamento de direção e a segurança no transporte (SILVA, TOMÉ & FORMIGA, 2020;21).

Depreende-se da citação acima que a evolução da Psicologia do Trânsito se destaca como uma disciplina que foi além de identificar apenas traços de personalidade associados a comportamentos de risco na direção de veículos, e passou a abranger abordagens cognitivas e sociais. Isso significa que, ao longo do tempo, a Psicologia do Trânsito se expandiu e incorporou outras perspectivas teóricas, com o objetivo de compreender mais profundamente o processamento de informações pelo motorista e como ele toma decisões no trânsito, bem como as influências sociais que afetam seu comportamento (SAMPAIO, 2011).

Essa mudança na abordagem é importante porque ajuda a compreender que os fatores que influenciam o comportamento humano no trânsito, visto as multifacetadas e complexidades (SOARES, 2013). Apenas identificar traços isoladamente não é suficiente para prever e prevenir acidentes de trânsito. Por isso, o desenvolvimento de abordagens mais abrangentes, como a psicologia cognitiva e social, é fundamental para avançar o conhecimento na área e desenvolver medidas de prevenção mais efetivas (BRANCO et al., 2014). Para compreender como a psicologia do trânsito evoluiu ao longo da história, bem como a fidedignidade diante do processo avaliativo e as possíveis interferências no contexto do trânsito.

Ao longo dos anos, com o espaço que a avaliação psicológica ganhou diante dos inúmeros contextos de recrutamento e seleção, novos desafios começam a surgir em

relação ao processo de avaliação psicológica, tais como o acesso indevido por parte dos avaliados (ZANIN, et al, 2022).

2 Revisão bibliográfica

2.1 Método

Quanto aos procedimentos, em primeiro momento esta pesquisa foi caracterizada como uma pesquisa bibliográfica, e posteriormente como documental, de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e natureza básica.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica é aquela que possui várias ideias advindas de vários autores e fontes, para justificar uma nova teoria ou uma nova forma de pensar sobre a temática a ser referenciada.

Este estudo tem como referência artigos e Periódicos acadêmicos indexados no site da Scielo, Pepsico, dados oficiais do Governo Federal do Brasil e Conselho Federal de Psicologia. O estudo teve como intuito analisar bibliografias relacionadas aos descritores: psicologia, trânsito e avaliação psicológica.

3 Histórico e evolução da psicologia do trânsito

A história da Psicologia do Trânsito teve início na década de 1950, quando começaram a ser realizadas pesquisas sobre a relação entre a personalidade e o comportamento no trânsito. Na época, a abordagem predominante era a psicologia da personalidade, que se propunha a identificar traços de personalidade que estivessem associados a comportamentos de risco no trânsito (SILVA, TOMÉ & FORMIGA, 2020). Contudo Silva, Tomé e Formiga (2020;2) apontam que “historicamente essa área da psicologia teve início nos anos 1910 na cidade de Nova Iorque, através da submissão de motoristas de bonde aos testes de inteligência disponíveis na época”. Com o passar do tempo, a abordagem foi evoluindo e incorporando outras

perspectivas teóricas, como a psicologia cognitiva, que busca entender o processamento de informações pelo motorista e como ele toma decisões no trânsito, e a psicologia social, que se dedica ao estudo das influências sociais sobre o comportamento no trânsito (SILVA, TOMÉ & FORMIGA, 2020).

Atualmente, a Psicologia do Trânsito é uma área interdisciplinar, que envolve diversas outras áreas do conhecimento, como a engenharia de tráfego, a medicina do tráfego, o direito de trânsito, entre outras. Seu objetivo principal é promover a

segurança viária por meio da prevenção de comportamentos mais seguros no trânsito.

No Brasil, essa realidade tornou-se vigente na perspectiva de garantir a segurança dos condutores com a chegada dos automóveis no Brasil. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2016;10):

A primeira legislação que referenciou o tema no Brasil, em 1910, foi o Decreto Lei n. 8.324, que aprovou o regulamento para o serviço de transportes de passageiros ou mercadorias por automóveis, o qual também estabeleceu as medidas de segurança que os motoristas, na época chamados de motoneiros, deveriam seguir, a fiscalização e penalidades (CFP, 2016;10).

Deste modo, a Psicologia do Trânsito no país, ganhou ênfase como uma área executada exclusivamente por psicólogos na realização de exames psicotécnicos para fim de obter a Carteira Nacional de Habilitação (CFP, 2016). Ela enfatiza a abordagem multidisciplinar dessa área de estudo, que envolve o comportamento do motorista, atitudes e crenças sobre dirigir, o projeto e operação de veículos e rodovias e políticas públicas relacionadas ao transporte.

A compreensão desses fatores psicológicos é fundamental para a prevenção de acidentes de trânsito e a promoção de comportamentos seguros no trânsito. Estudos sobre o comportamento do motorista, por exemplo, podem ajudar a identificar as causas de comportamentos de risco, como excesso de velocidade e distrações ao volante, e a desenvolver medidas de prevenção para evitar acidentes tais pesquisas foram desenvolvidas por Matos (2019), Lopes e Ferreira (2021) e Silva (2017).

Os estudos destes autores mencionados anteriormente têm em comum a investigação do comportamento do motorista em diferentes situações de trânsito, como o cumprimento das leis de trânsito, tempos de reação e frenagem em emergências, e o uso do telefone celular enquanto dirige. Eles oferecem insights importantes para o desenvolvimento de medidas de prevenção de acidentes de trânsito e promoção de comportamentos seguros no trânsito.

3.1 Áreas de atuação e contribuições da psicologia do trânsito

A Psicologia do Trânsito atua em diferentes áreas, tais como Seleção de motoristas, Educação para o trânsito, Prevenção de acidentes e Intervenção em caso de acidentes. Contudo, essa realidade levou um período, visto que no início a prática da Psicologia sucumbia-se a aplicação de testes psicológicos para obtenção de CNH (CFP, 2020).

Em relação a Seleção de motoristas, há a avaliação psicológica para a obtenção da carteira de habilitação, para fins de renovação ou para seleção de motoristas profissionais (BRASIL, 2008; CFP, 2013).

Educação para o trânsito: desenvolvimento de programas educacionais para diferentes públicos, como crianças, jovens, adultos e idosos, com o objetivo de promover comportamentos mais seguros no trânsito, como versa Silva e Gunther (2009;1).

No entanto, no Brasil, sabe-se que existem psicólogos atuando nas interfaces com outras ciências, como na educação para o trânsito, na ergonomia automobilística, na engenharia do tráfego, entre outros. Assim, buscando uma atuação do psicólogo do trânsito para além da aplicação de testes (SILVA & GUNTHER, 2009;1).

A prevenção de acidentes: desenvolvimento de estratégias e campanhas de conscientização sobre os riscos do trânsito e de comportamentos de risco, como o uso de álcool e outras drogas, o excesso de velocidade, a falta de atenção, entre outros (CFP, 2013).

Há também a Intervenção em casos de acidentes que é a atuação junto às vítimas e seus familiares, no sentido de promover a recuperação física e psicológica, bem como a prevenção de novos acidentes (SILVA & GUNTHER, 2009).

A Psicologia do Trânsito tem contribuído de forma significativa para a segurança no trânsito, por meio de diversas ações e estratégias. Entre as principais contribuições da Psicologia do Trânsito, destacam-se: Identificação de fatores de risco, por meio da

avaliação psicológica, é possível identificar fatores de risco que possam comprometer a segurança no trânsito, como problemas de saúde mental, comportamentos de risco,

uso de álcool e outras drogas, entre outros (CAVALCANTE, MORITA & HADDAD, 2007).

Desenvolvimento de programas educacionais: a partir dos conhecimentos produzidos pela Psicologia do Trânsito, é possível desenvolver programas educacionais que visam a promover comportamentos mais seguros no trânsito, bem como o desenvolvimento de campanhas de conscientização: a partir dos resultados de pesquisas e estudos, a Psicologia do Trânsito pode auxiliar na elaboração de campanhas de conscientização sobre os riscos do trânsito e de comportamentos de risco (CAVALCANTE, MORITA & HADDAD, 2007).

4. Avaliação psicológica no contexto do trânsito

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, a padronização de um teste inclui a forma como ele é aplicado. Logo, a validade do teste depende necessariamente de uma aplicação adequada. Reduções dos testes não previstas pelos manuais, uso de cópias com baixa qualidade de impressão ou instruções diferentes das estabelecidas na padronização comprometem a validade dos testes e seus objetivos (CFP, 2010). Portanto, é imprescindível seguir as determinações do manual durante a aplicação de qualquer instrumento de Avaliação Psicológica. Algumas recomendações básicas devem ser seguidas: (a) verificar as condições físicas do candidato, como problemas visuais, medicação que possa interferir no desempenho, bem como situações ou fatores existenciais que possam alterar seu comportamento; (b) antes de iniciar a testagem, estabelecer um *rapport* com o candidato, esclarecendo eventuais dúvidas e informando os objetivos do teste; e (c) aplicar os testes de forma clara e objetiva, inspirando tranquilidade e evitando acentuar a ansiedade típica da situação de teste (CFP, 2003).

4.1 Conceitos e definições da avaliação psicológica

A avaliação psicológica é um processo sistemático que busca coletar, analisar e interpretar dados acerca do indivíduo, com o objetivo de compreender e avaliar seu funcionamento psicológico em relação a determinado contexto ou demanda. De acordo com o CFP (2007;8) a definição é:

A avaliação psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área do conhecimento, requer metodologias específicas. Ela é dinâmica, e se constitui em fonte de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre eles, saúde, educação, trabalho e outros setores em que ela se fizer necessária. Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins aos quais a avaliação se destina (CFP, 2007;8).

Um dos principais elementos que compõem o processo cognitivo é a atenção, e este elemento é objeto avaliação psicológica não só no âmbito da psicologia do trânsito,

mas em outras áreas. Contudo, há uma dedicação especial para este tópico dada a necessidade premente que se tem do motorista de que ele possua a atenção necessária para conduzir veículos e máquinas (CUNHA & TRETINI, 2007).

A atenção é um processo cognitivo que permite selecionar, concentrar e sustentar a percepção sobre um determinado estímulo ou conjunto de estímulos. Ela é um aspecto importante da cognição humana e é essencial para o desempenho em diversas atividades cotidianas. Existem cinco tipos de atenção que podem ser avaliados na avaliação psicológica de acordo com Cunha e Tretini (2007):

Atenção Sustentada: é a capacidade de manter a atenção por um período prolongado de tempo, sem se distrair ou perder o foco. É fundamental para atividades que requerem concentração por um período prolongado, como leitura, escrita, estudo e trabalho. (CUNHA & TRETINI, 2007)

Atenção Seletiva: é a capacidade de selecionar um estímulo relevante em meio a um conjunto de estímulos irrelevantes. É fundamental para atividades em que é preciso concentrar-se em uma tarefa específica, ignorando outras distrações (CUNHA & TRETINI, 2007).

Atenção Dividida: é a capacidade de processar e atender a mais de uma tarefa simultaneamente. É fundamental para atividades que requerem multitarefa, como dirigir e conversar ao mesmo tempo (CUNHA & TRETINI, 2007).

Atenção Alternada: é definida como a capacidade de alternar o estado de atenção entre duas tarefas distintas. É fundamental para atividades que requerem mudanças constantes de foco, como estudar diferentes matérias ou realizar tarefas diferentes em um mesmo dia (CUNHA & TRETINI, 2007).

Atenção Compartilhada: é a capacidade de compartilhar a atenção com outras pessoas ou objetos em um ambiente social. É fundamental para atividades sociais, como conversar e interagir com outras pessoas (CUNHA & TRETINI, 2007). A atenção pode estar associados a diversos transtornos psicológicos, como Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtornos de Ansiedade, Transtornos do Humor e outras condições psicológicas. A avaliação da atenção pode ser realizada por meio de testes psicológicos específicos, que avaliam cada tipo de atenção, a fim de compreender o perfil de atenção do indivíduo e, se necessário, indicar possíveis intervenções e tratamentos para melhorar seu desempenho (CFP, 2022).

4.2 A importância da avaliação psicológica para a segurança no trânsito

A avaliação psicológica é uma ferramenta fundamental para garantir a segurança no trânsito, uma vez que muitos acidentes são causados por falhas humanas que poderiam ter sido prevenidas com uma análise cuidadosa das condições psicológicas dos motoristas (SAMPAIO, 2011).

A avaliação psicológica é um processo que envolve a aplicação de testes, entrevistas e observação do comportamento para avaliar a saúde mental e emocional de uma pessoa (CFP, 2022). No contexto do trânsito, ela pode ser usada para identificar motoristas que apresentem riscos para si mesmos e para os outros, seja por condições psicológicas pré-existentes ou por comportamentos inadequados (CFP, 2022).

De acordo com Teixeira (2022) um dos principais fatores que podem levar a acidentes no trânsito é o estresse. Motoristas que enfrentam altos níveis de estresse, como aqueles que dirigem por longas horas ou enfrentam engarrafamentos frequentes, podem ter sua atenção e reflexos prejudicados, aumentando o risco de acidentes (SILVA, 2017). A avaliação psicológica pode ajudar a identificar motoristas que estão sob estresse excessivo e recomendar intervenções

para reduzir esse estresse, como terapias ou mudanças nos hábitos de trabalho (CFP, 2022).

Outro fator importante é a impulsividade, motoristas impulsivos tendem a tomar decisões precipitadas e a reagir de forma agressiva a situações de trânsito, o que pode levar a comportamentos de risco, como ultrapassar perigosas e desrespeito às leis de trânsito (TEIXEIRA, 2022). A avaliação psicológica pode identificar esses comportamentos e recomendar intervenções, como treinamentos específicos para o controle da impulsividade (CFP, 2022).

Além disso, a avaliação psicológica pode ser usada para identificar motoristas que apresentem transtornos mentais, como depressão, ansiedade e transtornos de personalidade (SAMPAIO, 2011). Essas condições podem afetar o desempenho do motorista no trânsito e aumentar o risco de acidentes. A avaliação psicológica pode ajudar a identificar esses transtornos e recomendar tratamentos adequados, como terapias e medicamentos (CFP, 2022).

A avaliação psicológica também pode ser usada para identificar motoristas que apresentem problemas de visão, coordenação motora ou outras condições físicas que possam afetar sua capacidade de dirigir com segurança. Identificar esses problemas precocemente pode ajudar a prevenir acidentes (CFP, 2022).

5. Instrumentos utilizados na avaliação psicológica no trânsito

Os testes descritivos são aqueles que buscam descrever ou avaliar características específicas do indivíduo, sem atribuir uma pontuação ou um resultado quantitativo. Alguns exemplos de testes descritivos de acordo com Dias et al (2016) são: Entrevista clínica, Observação Clínica; Anamnese, Testes Projetivos e escalas de avaliação.

Entrevista Clínica: avaliação em que o psicólogo realiza uma entrevista com o indivíduo, a fim de compreender suas questões, dificuldades e história de vida. É um instrumento fundamental para o diagnóstico de transtornos mentais (DIAS et al., 2016).

Observação Clínica: avaliação em que o psicólogo observa e registra o comportamento do indivíduo em diferentes situações, com o objetivo de identificar possíveis problemas ou dificuldades (DIAS et al., 2016).

Anamnese: avaliação em que o psicólogo coleta informações sobre a história médica, psicológica e social do indivíduo, a fim de compreender seu contexto e possíveis fatores que possam influenciar seu comportamento (DIAS et al. 2016). Teste

Projetivo: avaliação em que o indivíduo é convidado a interpretar estímulos ambíguos, como imagens ou histórias, a fim de revelar aspectos inconscientes da sua personalidade (DIAS et al., 2016).

Escalas de Avaliação: avaliação em que o indivíduo preenche questionários padronizados que buscam descrever sua personalidade, comportamentos ou sintomas de transtornos mentais (DIAS et al., 2016).

Esses são alguns exemplos de testes descritivos utilizados na avaliação psicológica. Cada teste tem suas próprias características e objetivos específicos, e é importante escolher o instrumento adequado para avaliar as características desejadas do indivíduo, sendo esta uma escolha do perito examinador conforme a resolução do

Conselho Federal de Psicologia nº31/2022, que diz respeito das diretrizes no processo de avaliação psicológica (CFP, 2022).

5.1 Testes psicológicos aplicados à avaliação de motoristas

A Resolução nº 425/2012 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que estabelece os procedimentos para realização da avaliação psicológica no contexto do trânsito, os profissionais responsáveis por realizar a avaliação devem utilizar diversas técnicas e instrumentos para obter uma análise precisa da saúde mental e emocional do indivíduo (BRASIL, 2012).

Essas técnicas incluem entrevistas individuais e diretas, que são utilizadas para conhecer o histórico de vida do indivíduo, identificar seus comportamentos e avaliar sua capacidade de adaptação a situações adversas. Além disso, são utilizados testes psicológicos que devem estar de acordo com as resoluções vigentes do CFP que definem e regulamentam o uso desses instrumentos, a fim de garantir sua efetividade e precisão (CFP, 2010).

Outra técnica utilizada na avaliação psicológica é a dinâmica de grupo, que é empregada para avaliar a interação social do indivíduo, sua capacidade de comunicação e suas habilidades de liderança. Além disso, a escuta ativa e as intervenções verbais são utilizadas para identificar as emoções, sentimentos e pensamentos do avaliado, bem como para auxiliá-lo a compreender e lidar com suas dificuldades emocionais (BRASIL, 2012).

O artigo 9º da norma prevê as considerações acerca do candidato, cujo podem ser considerados da seguinte forma pelo examinador perito:

I - apto - quando apresentar desempenho condizente para a condução de veículo automotor; II - inapto temporário - quando desempenho condizente para a condução de veículo automotor, porém passível de adequação; III - inapto - quando não apresentar desempenho condizente para a condução de veículo automotor. § 1º O resultado inapto temporário constará na planilha RENACH e consignará prazo de inaptidão, findo o qual, deverá o candidato ser submetido a uma nova avaliação psicológica. § 2º Quando apresentar distúrbios ou comprometimentos psicológicos que estejam temporariamente sob controle, o candidato será considerado apto, com diminuição do prazo de validade da avaliação, que constará na planilha RENACH. § 3º O resultado da avaliação psicológica deverá ser disponibilizado pelo psicólogo no prazo de dois dias úteis (BRASIL, 2022;1).

Conforme exposto acima, o artigo 9º da resolução nº 425 de novembro de 2012, define as condições nas quais o candidato será avaliado pelo psicólogo perito examinador de trânsito, condizentes com as prerrogativas expostas na cartilha de orientação do Conselho Federal de Psicologia (BRASIL, 2012). O avaliado poderá ser considerado apto, inapto temporário ou inapto, considerações estas, a depender do desempenho apresentado durante a avaliação psicológica (CFP, 2020).

Entretanto, esta classificação de apto ou inapto pode ser considerada uma simplificação excessiva do complexo processo de avaliação psicológica, uma vez que a definição de desempenho condizente ou não com a condução de um veículo automotor pode variar de acordo com diversos fatores, como experiência prévia de direção, condições emocionais e de saúde física, entre outros (CFP, 2010).

Além disso, o resultado inapto temporário com prazo de inaptidão consignado na planilha RENACH pode levar a situações de específicas onde o prazo para nova avaliação possa ser curto demais para permitir que o candidato possa adequar-se aos

critérios de avaliação, especialmente em casos de indivíduos com limitações emocionais ou cognitivas (BRASIL, 2012).

O uso de avaliações psicológicas para avaliar a aptidão para a condução de veículos é uma prática comum em diversos países, sendo vista como uma forma de aumentar a segurança no trânsito (SILVA & GUNTHER, 2009). No entanto, as legislações sobre o tema precisam ser revisadas e atualizadas constantemente, a fim de garantir a eficácia e a justiça do processo de avaliação psicológica, tendo em vista que CFP, 2018).

5.2 Entrevistas e questionários específicos para a avaliação de motoristas

De acordo com a resolução nº 425 de 2012, proposta pelo Conselho Nacional de trânsito, existem cinco capacidades, ou para fins didáticos “grupo de habilidades”, que o condutor deve possuir e que são avaliadas pelos psicólogos de acordo com Contran (2012), sendo estas: Tomada de informação, processamento de informação, tomada de decisão, comportamento e Traços de Personalidade.

Inicialmente a avaliação psicológica para condutores requer que o avaliado apresente capacidades em relação à tomada de informação. O primeiro item é a atenção, que é a capacidade de manter a visão consciente dos estímulos ou situações. A atenção difusa ou vigilância é um esforço voluntário para varrer o campo visual em busca de algum indício de perigo ou de orientação, enquanto a atenção concentrada seletiva se refere à fixação da atenção sobre determinados pontos de importância para a direção, identificando-os dentro do campo geral do meio ambiente. Por sua vez, a atenção distribuída é a capacidade de atenção a vários estímulos ao mesmo tempo (CFP, 2016). O segundo item é a detecção, que se refere à capacidade de perceber e interpretar estímulos fracos de intensidade ou após ofuscamento. Já o terceiro item é a discriminação, que se refere à capacidade de perceber e interpretar dois ou mais estímulos semelhantes. Por fim, o quarto item é a identificação, que é a capacidade de perceber e identificar sinais e situações específicas de trânsito (CFP, 2016). Essas habilidades relacionadas à tomada de informação são essenciais para avaliar as possibilidades de reações do condutor em

perceber e interpretar adequada as situações de trânsito, o que consequentemente pode contribuir para a segurança de todos os usuários das vias públicas (BRASIL, 2012).

O segundo grupo de habilidades avaliadas na avaliação psicológica para condutores se refere ao processamento de informação. O primeiro item é a orientação espacial e avaliação de distância, que é a capacidade de situar-se no tempo, no espaço ou situação, reconhecendo e avaliando os diferentes espaços e velocidades. Já o segundo item, o conhecimento cognitivo, diz respeito à capacidade de aprender, memorizar e respeitar as leis e regras de circulação e de segurança no trânsito (BRASIL, 2012). O terceiro item é a identificação significativa, que é a capacidade de identificar sinais e situações de trânsito. O quarto item é a inteligência, que se refere à capacidade de verificar, prever, analisar e resolver problemas de forma segura nas diversas situações da circulação. Por sua vez, o quinto item, a memória, envolve a capacidade de registrar, reter, evocar e reconhecer estímulos de curta duração (memória em curto prazo), experiências passadas e conhecimentos das leis e regras de circulação e de segurança (memória em longo prazo) e a combinação de ambas na memória operacional do momento (BRASIL, 2012). Por fim, o sexto item, o julgamento ou juízo crítico, é a escala de valores para perceber e avaliar a

realidade, chegando a julgamentos que levem a comportamentos de segurança individual e coletiva no trânsito. Essas habilidades são essenciais para a tomada de decisão segura no trânsito, como a escolha de comportamentos adequados e a percepção de quando as ações no trânsito correspondem ou não ao que se pretende fazer (CFP, 2016).

O terceiro grupo de habilidades avaliadas na avaliação psicológica para condutores é a tomada de decisão. Neste aspecto, é fundamental que o indivíduo tenha a capacidade de avaliar, selecionar e escolher, diante das possibilidades que lhe são expostas no tráfego, qual é o comportamento mais seguro. Esta capacidade de tomada de decisão precisa estar presente no condutor. Essa habilidade envolve a percepção adequada da situação de trânsito, o conhecimento das leis de trânsito e a capacidade de escolher a opção mais segura para si e para os demais usuários da via (CFP, 2016).

Já o quarto grupo de habilidades se refere diretamente ao comportamento do condutor. O primeiro item é a capacidade de apresentar comportamentos adequados às situações de trânsito, que deverão incluir tempo de reação simples e complexo, coordenação viso e áudio-motora, coordenação em quadros motores complexos, aprendizagem e memória motora (CFP, 2016). O segundo item do grupo é a capacidade de perceber quando suas ações no trânsito correspondem ou não ao que se pretendia fazer. Essa habilidade está diretamente relacionada à autorregulação do comportamento, que é fundamental para a segurança no trânsito.

A capacidade de ajustar o comportamento de acordo com a situação de trânsito é fundamental para garantir a segurança de todos os usuários da via (BRASIL, 2012). A quinta dimensão a ser avaliada na avaliação psicológica para condutores é a dos traços de personalidade, que incluem três itens específicos. O primeiro é o equilíbrio entre os aspectos emocionais da personalidade do candidato, que podem afetar a forma como ele se comporta no trânsito. O segundo item é a socialização, que se refere aos valores, crenças, opiniões, atitudes, hábitos e afetos do indivíduo em relação ao ambiente de trânsito, e que devem considerar o trânsito como um espaço público de convívio social que requer cooperação e solidariedade com os diferentes protagonistas da circulação. Por fim, a ausência de traços psicopatológicos não controlados é avaliada, pois estes podem gerar comportamentos que colocam em risco a segurança do próprio indivíduo e/ou dos demais usuários do trânsito (BRASIL, 2012).

A resolução 09/2018 finaliza com a seguinte observação: “Para realização da avaliação psicológica, o psicólogo responsável por ela deverá se reportar às Resoluções do CFP que instituem normas e procedimentos para a avaliação [...]” (CFP, 2016;38).

A entrevista é uma ferramenta importante neste processo, com base na resolução nº425 de 2012 ela deve seguir um roteiro expresso da seguinte forma:

- | | | |
|---------|--|---|
| | 1. Na entrevista deverão ser observados e registrados os seguintes dados: | |
| escolar | 1.1. identificação pessoal; 1.2. motivo da avaliação psicológica; 1.3. histórico e profissional; | 1.4. histórico familiar; 1.5. indicadores de saúde/doença; 1.6. aspectos da conduta social (BRASIL, 2012;23). |

Na entrevista, portanto, o psicólogo deverá observar e registrar vários dados importantes, como prevê a resolução, inicia-se com a identificação pessoal do candidato, o motivo da avaliação psicológica, seu histórico escolar e profissional, histórico familiar, indicadores de saúde/doença e aspectos da conduta social (CFP, 2022).

Ainda de acordo com o CONTRAN, na identificação pessoal, o psicólogo deverá verificar informações como o nome completo, idade, endereço, profissão e estado civil do candidato. O motivo da avaliação psicológica também deve ser registrado, para que se saiba se o candidato está sendo avaliado para a primeira habilitação, renovação da CNH ou recategorização (BRASIL, 2012).

O histórico escolar e profissional também são importantes para entender melhor o candidato e seus comporta o psicólogo deverá perguntar sobre a escolaridade do candidato e sua experiência profissional, incluindo o atual emprego, se houver (CFP, 2016). O histórico familiar, por sua vez, pode fornecer informações sobre a relação do candidato com seus familiares, o que pode afetar sua conduta social e emocional (BRASIL, 2012).

Os indicadores de saúde/doença também são fundamentais para a avaliação psicológica, uma vez que algumas condições de saúde podem afetar a capacidade do candidato de dirigir com segurança. Por isso, o psicólogo deverá perguntar sobre problemas de saúde e o uso de medicamentos, além de verificar se o candidato possui alguma deficiência que possa afetar sua capacidade de dirigir (BRASIL, 2020).

Por fim, os aspectos da conduta social são importantes para a avaliação da personalidade do candidato e seu comportamento em relação aos outros usuários da via (CFP, 2016). Nesta etapa, o psicólogo deverá avaliar se o candidato tem um comportamento adequado em relação a normas sociais e de convivência, e se é capaz de demonstrar respeito e cooperação no trânsito (BRASIL, 2012).

6 Os fatores de risco no trânsito e as interfaces da avaliação psicológica para a segurança viária

Compreendido toda a complexidade do processo de construção social do trânsito, e tendo em vista a importância subjetiva da vida do sujeito diante desta constituição, é imprescindível analisar as condições sociais e pessoais que se tornam fatores de risco no trânsito e que resultem na falta de segurança viária.

De acordo com Araújo, Malloy-Diniz e Rocha (2009):

Diversos fatores de risco interagem para a ocorrência de lesões por acidentes de trânsito: os que influenciam a exposição ao risco, como econômicos e demográficos; os que influenciam diretamente o envolvimento em acidentes, como velocidade inapropriada ou excessiva, o uso de álcool ou outras drogas, ser jovem, ser usuário vulnerável (como idosos, crianças e pobres), dirigir na escuridão, fatores mecânicos, defeitos e outros problemas relativos à via de tráfego; os que influenciam na gravidade do acidente; e os que influenciam na gravidade das lesões pós-acidente (ARAÚJO; MALLOY-DINIZ & ROCHA, 2009)

Para Matos (2019) o estresse é o maior causador de sofrimento na rotina do trânsito e interfere diretamente nas condições psicológicas do condutor, consequentemente no desempenho e segurança viária. De acordo com o estudo realizado pelo autor com motoristas de ônibus, diversos aspectos acarretam o estresse nos participantes da pesquisa, tais como, infraestrutura das rodovias, dificuldade de comunicação no trânsito com outros condutores, o engarrafamento e o relacionamento com as pessoas as quais estão sendo transportadas.

O Processo de avaliação psicológica nestes casos, não tem como objetivo afirmar psicometricamente se a pessoa sofrerá acidentes viários ou não, mas avaliar a capacidade do examinado em lidar com fatores estressantes, com a habilidade em manter a constância sem ser imprudente, o nível de atenção e a capacidade de

manter o foco, bem como com as formas de reagir internamente com os desafios externos.

Diante do estudo de Silva, Tomé e Formiga (2020;12) pode concluir-se que, “a Psicologia do Trânsito contribui para a prevenção de acidentes em ambiente de trânsito, embora não possa prever com exatidão em que condições os indivíduos irão ou não se envolver em situações de risco”. Tendo em vista que o próprio sujeito possa ter interferências de cunho externos que podem interferir no processo de avaliação psicológica, do mesmo modo em que este pode receber inúmeros

estímulos externos durante o período de condução diante das influências ambientais.

7 Conclusão

Diante da crescente demanda por segurança no trânsito e da importância da conscientização dos motoristas para a prevenção de acidentes, a Psicologia do Trânsito tem se mostrado uma área fundamental para a avaliação de questões psicológicas individuais que possam interferir no ato de conduzir um veículo.

Percebe-se uma variedade de obras retratando a importância do profissional de psicologia aplicado ao contexto do trânsito. Com base neste fato, compreende-se que a promoção de mudanças de comportamento no trânsito, bem como a avaliação das questões subjetivas, refletem resultados positivos, tal como a redução de imprudências e consequentemente de acidentes nas rodovias, contudo os desafios no processo de avaliação psicológica incitam uma necessidade de maior produção científica.

Como visto neste artigo, a avaliação psicológica é uma das principais ferramentas utilizadas por psicólogos para garantir a segurança no trânsito, por meio da identificação de possíveis fatores de risco que podem comprometer a habilidade do motorista na condução de veículos automotores e que o maior índice de acidentes no trânsito se dá por estresse e falta de atenção, aspectos fundamentais avaliados durante o processo de avaliação.

A avaliação psicológica no contexto do trânsito envolve a utilização de diversos instrumentos, como testes psicológicos, entrevistas e questionários específicos, tudo de acordo com as normas do CONTRAN e resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Além disso, o psicólogo deve observar e registrar dados como identificação pessoal, histórico escolar e profissional, histórico familiar, indicadores de saúde/doença e aspectos da conduta social, tendo em vista as interferências sociais no processo de avaliação das funções executivas.

A contribuição da Psicologia do Trânsito para a sociedade é inegável, pois, ao identificar possíveis fatores de risco e promover a conscientização dos motoristas, torna-se possível prevenir acidentes e salvar vidas. Dessa forma, é importante que haja investimento em políticas públicas voltadas para a segurança no trânsito, com a criação de programas que incluam a avaliação psicológica obrigatória para candidatos à habilitação e para motoristas em geral.

Em suma, a Psicologia do Trânsito tem um papel crucial para garantir a segurança no trânsito, e a avaliação psicológica é uma das principais ferramentas utilizadas para identificar possíveis fatores de risco. É importante que haja conscientização da sociedade e investimento em políticas públicas para promover a segurança no trânsito e prevenir acidentes.

Referências

ARAUJO, MARCOS MAXIMILIANO; MALLOY-DINIZ, LEANDRO FERNANDES; & ROCHA, FÁBIO LOPES. **Impulsividade e acidentes de trânsito**. Archives of clinical psychiatry. Vol. 36, n.2: São Paulo, 2009.

BRANCO, LAURA DAMIANI; ET AL. **Avaliação da tomada de decisão utilizando questionários: revisão sistemática da literatura**. Avaliação Psicológica, vol. 13, n. 1: Itatiba, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da saúde lança documentos com dados de levantamentos sobre lesões de motociclistas no trânsito**. 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/ministerio-da-saude-lanca-documento-com-dados-sobre-lesoes-de-motociclistas-no-transito>

_____. **Saúde Brasil 2017: uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 426p.

_____. Conselho Nacional de Trânsito. **Resolução nº 425, de 27 de novembro de 2012**. Estabelece os requisitos mínimos para a habilitação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames de aptidão física e mental, de avaliação psicológica e de curso de formação de condutores, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: DF, 3 dez. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 31/2022**. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicologia e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Psicológicos - SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018.

_____. **Psicologia do trânsito**: Características e desafios no contexto da MERCOSUL. Brasília: CFP, 2016.

_____. **Avaliação Psicológica: Diretrizes na regulamentação da profissão**. Brasília: CFP, 2010.

_____. **Resolução CFP nº 002/2003**. Brasília: CFP, 2003. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/05/resoluxo022003.pdf> acesso em: 03 de julho de 2024.

_____. **Lei nº 4.119/1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Câmara dos deputados. Centro de informações CFP, 1962. Disponível em:
https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/19/2017/05/Lei-4119_1962.pdf

CUNHA, M. TRETINI, C, M. **A psicologia do trânsito no Brasil: teoria e prática.** Casa do Psicólogo, 2007.

DIAS, J. C., & Gomes, A. R. **A psicologia do trânsito no Brasil: teoria e prática.** Casa do Psicólogo, 2016.

GOUVEIA, VALDINEI VELOSO; SILVA, DEUSIVANIA VIEIRA DA; SILVA, MARIA DOS PRAZERES; et al. **Atitudes frente à avaliação psicológica para condutores-** perspectivas de técnicos, estudantes de psicologia e usuários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Vol. 22, N.2, 52-61, 2002.

LAKATOS, MARINA; MARCONI, EVA. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo. Atlas, 2003.

LOPES, ANA CAROLINA DE MEDEIROS; FERREIRA, RENATA FALCHETE DO PRADO. **"Impulsionando a raiva no trânsito brasileiro: uma análise multifatorial confirmatória"**. *Revista Latinoamericana de Psicologia*, vol. 53, n. 2, p. 124-130, 2021.

MATOS, ADRIELE LORENA MORAES DE. **Psicologia do trânsito: Estudos dos fatores de risco à saúde mental de motoristas de transporte público.** Itacaiúnas. Ananindeua, 2019. 60p

MORITA, PATRÍCIA ALESSANDRA; CAVALCANTE, FÁTIMA GONÇALVES; HADDAD, SONIA RODRIGUES. **sequelas invisíveis dos acidentes de trânsito: o transtorno de estresse pós-traumático como problema de saúde pública.** *Ciência e saúde coletiva*. Vol. 14, n. 5, 2009.

ROZESTRATEN, REINIER, J. A. **Psicologia do trânsito: O que é para que serve.** *Psicologia: Ciência e Profissão*. Vol. 1, n.1: Brasília, 1981.

SAMPAIO, MARIA HELENA DE LEMOS. **Avaliação Psicológica no contexto do trânsito: revisão de pesquisas brasileira.** *Psicologia Teoria e Prática*. Vol. 13, n. 1: São Paulo, 2011.

SILVA, FABIO HENRIQUE VIEIRA DE CRISTO; GUNTHER, HARTMUT. **Psicologia do trânsito do Brasil: de onde veio e para onde caminha.** *Temas Psicologia*. Vol. 17, n.1. Ribeirão Preto: 2009.

SILVA, FABIO HENRIQUE VIEIRA DE CRISTO; ALCHIERI, JOÃO CARLOS. **Avaliação Psicológica de condutores: uma revisão da literatura.** 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/54hgZTrNzWpHyzzMdWT7M4w/?lang=pt>

SILVA, HIASMYN LORRAYNNE ALBERTO; TOMÉ, ADRIANA MANRIQUE; FORMIGA, NILTON SOARES. **Psicologia do Trânsito: Uma Revisão Sistemática.** Portal dos Psicólogos, ISSN 1646-6977, 2020. Disponível em: <https://www.portaldopsicologo.pt/pdf/psicologia_do_transito.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

SILVA, WANDERLEY RODRIGUES. **Os acidentes de trânsito e o impacto na saúde pública**. Trabalho de conclusão de curso. Pós graduação em segurança viária. Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO. 2017.

SOUZA, NEYDE LÚCIA DE FREITAS. **A atuação da psicologia em desastres e emergências**: uma visão estratégica. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 27-33, 2007. DOI: 10.1590/S0034-89102007000100005.

TEIXEIRA, ÉRICA MAIRENE BOCATE. **Estresse e acidente de trânsito**: Revisão sistemática e adaptação transcultural do questionário Driver stress inventory para o Brasil. 2022. 273fls. Tese de Doutorado. Departamento de Saúde Coletiva – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2022.

ZANIN, DANIELA SACRAMENTO; ET AL. **Desafios da avaliação psicológica no Brasil**: nova realidade, velhas questões. Avaliação Psicológica. Vol. 21, n. 4:Campinas, 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712022000400005

OBESIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRATÉGIAS EFICAZES NA PREVENÇÃO E NO CONTROLE DA OBESIDADE

Maria Heduarda De Meneses Rodrigues
Mayara Cristina Silva Pinheiro
Maria Do Socorro Ferreira Verde
Pâmara Silva Loura Franco
Liana Raquel Rodrigues Braga

1. Introdução

A obesidade consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos mais complexos e urgentes desafios de saúde pública em escala global, apresentando uma prevalência crescente que atinge diversos estratos sociais e faixas etárias. No contexto brasileiro, o fenômeno do excesso de peso e da obesidade tem demonstrado uma trajetória ascendente alarmante, afetando mais da metade da população adulta e expandindo-se significativamente entre crianças e adolescentes. Esta condição não se limita a uma questão de escolha individual, mas reflete uma profunda transição nutricional caracterizada pelo aumento desmedido no consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e gorduras, em detrimento de uma alimentação equilibrada e natural (Rodrigues et al., 2023).

Historicamente, a abordagem da obesidade no Brasil a reconhece como uma condição crônica multifatorial condicionada por determinantes biológicos, econômicos, sociais e ambientais. A resposta governamental a esse cenário estruturou-se através de marcos regulatórios como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), estabelecida originalmente em 1999 e revisada em 2012, e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em 2006. Tais políticas buscam integrar o cuidado individual no Sistema Único de Saúde (SUS) com estratégias coletivas e intersetoriais que visam modificar o chamado "ambiente obesogênico" (Freitas, 2014).

A obesidade deixou de ser uma preocupação secundária para ocupar o centro da agenda de saúde pública brasileira, impulsionada por estudos que indicam um aumento expressivo em todas as faixas etárias e níveis de renda. Notadamente, a velocidade desse crescimento tem sido mais acentuada entre a população de menor rendimento familiar, sinalizando que a obesidade não é apenas um problema de excesso, mas uma manifestação contemporânea da insegurança alimentar e nutricional. Esse cenário exigiu uma mudança de paradigma, deslocando o foco governamental, que historicamente priorizava o combate à subnutrição e à fome, para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), das quais a obesidade é tanto um fator de risco primordial quanto uma patologia complexa em si mesma. (Dias et al., 2017).

A compreensão científica da obesidade evoluiu significativamente, superando a visão restrita que a atribuía exclusivamente ao balanço energético individual e à vontade pessoal. Atualmente, reconhece-se que o “ambiente” — englobando fatores políticos, econômicos, sociais e culturais — desempenha um papel determinante na análise do problema e na proposição de intervenções eficazes. O chamado "ambiente obesogênico" exerce uma pressão constante sobre o indivíduo, tornando as escolhas saudáveis mais difíceis devido à alta disponibilidade e publicidade agressiva de alimentos ultraprocessados. Intervenções focadas apenas no corpo e no atendimento clínico individualizado

possuem baixa resolutividade se não forem acompanhadas de medidas ambientais que transformem os contextos de vida e facilitem a adoção de práticas saudáveis pela população. (Castro, 2017).

A estruturação das políticas brasileiras reflete esse entendimento ampliado ao organizar-se em dois grandes eixos: o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No âmbito do SUS, a obesidade é abordada sob uma ótica assistencial e de promoção da saúde, focando na organização de linhas de cuidado que percorrem desde a Atenção Básica até o tratamento de alta complexidade. Já o SISAN concebe a obesidade como um problema social sistêmico, propondo intervenções na cadeia de produção, comercialização e abastecimento de alimentos. Essa integração entre os sistemas é fundamental para enfrentar o complexo processo político e decisório, muitas vezes atravessado por conflitos de interesses com a indústria de alimentos, que frequentemente resiste a medidas regulatórias como a taxação de produtos nocivos e a restrição da publicidade. (Dias et al., 2017).

Apesar de tudo, a análise crítica das narrativas das políticas de saúde ignora pontos persistentes sobre as desigualdades estruturais que moldam a prevalência da doença. Fatores como gênero, raça/cor e classe social raramente são integrados como categorias analíticas centrais na formulação das estratégias de prevenção e controle. Essa negligência à interseccionalidade resulta em políticas generalistas que podem falhar em atender às necessidades específicas das populações mais vulneráveis, onde as formas de opressão social se entrelaçam com as barreiras ambientais ao cuidado nutricional. Portanto, é imperativo que as futuras estratégias incorporem uma visão crítica que problematize essas lacunas para garantir a equidade no acesso ao tratamento e na efetividade das ações de prevenção. (Rodrigues et al., 2023).

O enfrentamento da obesidade em grupos específicos, como adolescentes e indivíduos com obesidade grave, impõe desafios adicionais que exigem ferramentas especializadas. No caso dos adolescentes, as políticas públicas de nutrição no Brasil têm sido implementadas de forma ainda incipiente, carecendo de uma visão mais abrangente que articule o ambiente escolar com o sistema de saúde de forma resolutiva. Simultaneamente, para os pacientes com obesidade grave, a carência de protocolos padronizados no SUS foi identificada como uma lacuna técnica significativa. A construção e validação de instrutivos específicos para esse público visa qualificar a assistência nutricional, adequando o conhecimento científico à realidade prática dos profissionais de saúde e às necessidades complexas dos usuários do sistema público. (Dias et al., 2025; Freitas et al., 2014).

As políticas públicas brasileiras buscam integrar o cuidado individual no Sistema Único de Saúde (SUS) com estratégias coletivas e intersetoriais que visam modificar o chamado "ambiente obesogênico". No entanto, o diálogo entre instituições com práticas distintas implica um processo político complexo, atravessado por múltiplos conflitos de interesses, especialmente com a indústria de

alimentos. Além disso, emerge a necessidade de uma análise crítica sobre as narrativas dessas políticas, buscando identificar "silêncios" quanto à interseccionalidade de gênero, raça e classe social, fatores que influenciam diretamente a vulnerabilidade e o acesso ao cuidado (Freitas, 2014).

Diante da magnitude do problema e da associação direta da obesidade com o aumento do risco de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes e doenças cardiovasculares, torna-se imperativo discutir a eficácia das macroestratégias adotadas. Entre as principais iniciativas destacadas pela literatura científica e por documentos oficiais estão os guias alimentares brasileiros, a promoção da intersetorialidade governamental e as medidas regulatórias, como a tributação de produtos nocivos. Este artigo propõe-se a analisar essas estratégias, articulando a dimensão técnica da assistência à saúde com a dimensão política da segurança alimentar e nutricional (Rodrigues et al., 2024).

2. Objetivo Geral

O presente artigo tem por objetivo geral analisar e discutir as políticas públicas brasileiras e as estratégias consideradas eficazes voltadas para a prevenção e o controle da obesidade, examinando desde as concepções teóricas que fundamentam as ações governamentais até os resultados práticos de intervenções intersetoriais e regulatórias. (Rodrigues et al., 2024).

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, baseada em uma revisão sistemática da literatura e em uma análise documental crítica de normativas governamentais produzidas nas últimas duas décadas. A base de dados utilizada para o levantamento bibliográfico foi o PubMed, compreendendo o período de 2018 a 2024, complementada por documentos oficiais do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A seleção dos estudos e documentos obedeceu a critérios de relevância temática, focando em macroestratégias de prevenção e controle da obesidade, diretrizes de atenção básica e abordagens de segurança alimentar e nutricional.

A análise documental focou em "macroestratégias" produzidas pelo governo brasileiro nos últimos 20 anos, incluindo normativas do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Adotou-se o referencial de análise de políticas que concebe o documento governamental como uma prática social que dissemina concepções e reflete acordos políticos possíveis em um dado momento. Além disso, o estudo incorpora a abordagem metodológica "What's the problem

represented to be?" (WPR), utilizada para problematizar as narrativas dominantes e as lacunas nas políticas de saúde no cuidado da obesidade.

Complementarmente, a metodologia considera o processo de construção e validação de ferramentas de cuidado, como os manuais instrutivos para obesidade grave no SUS. Tais processos utilizaram métodos rigorosos como a técnica Delphi — para validação de conteúdo com juízes especialistas — e grupos focais para validação de aparência e aplicabilidade na realidade prática dos profissionais de saúde. Essa diversidade metodológica permitiu uma visão panorâmica e articulada das ações de prevenção e controle, confrontando o que é prescrito nos documentos com as necessidades e desafios da implementação (Dias et al., 2017).

4. Resultados

Os resultados apontam que as estratégias consideradas mais eficazes na prevenção e controle da obesidade no Brasil sustentam-se sobre três pilares fundamentais: a implementação de guias alimentares, o fortalecimento da intersetorialidade e a adoção de medidas regulatórias, como a tributação do açúcar. O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) representa um marco ao classificar os alimentos pelo grau de processamento e recomendar explicitamente que se evite o consumo de ultraprocessados. Esta abordagem promove escolhas saudáveis e orienta a população sobre uma alimentação equilibrada, mas sua efetividade depende da criação de ambientes que favoreçam essas escolhas.

No âmbito do SUS, a obesidade é tratada tanto como fator de risco quanto como doença crônica, sendo organizada em linhas de cuidado que abrangem desde a Atenção Básica até procedimentos de alta complexidade, como a cirurgia bariátrica. A criação de instrutivos validados especificamente para o cuidado nutricional da obesidade grave preencheu uma lacuna importante, adequando o atendimento às necessidades reais dos usuários e profissionais do sistema público. Contudo, a análise crítica revela que as medidas individuais, como consultas e cirurgias, embora necessárias como direito do paciente, possuem baixa resolutividade na redução da prevalência populacional se não forem acompanhadas de mudanças estruturais nos ambientes.

A intersetorialidade emerge como o princípio articulador entre o SUS e o SISAN. Enquanto o SUS foca na abordagem assistencial e na promoção da saúde, o SISAN concebe a obesidade como um problema social de segurança alimentar e nutricional, propondo mudanças nos modos de produção, comercialização e abastecimento de alimentos. Estratégias intersetoriais, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade (EIPCO), exemplificam

esforços para unir setores da educação, saúde e desenvolvimento social no combate ao ambiente obesogênico.

Outro resultado relevante é o impacto positivo de medidas regulatórias e fiscais. A tributação sobre bebidas e alimentos com açúcar adicionado demonstrou ser uma ferramenta eficaz para reduzir o consumo desses produtos e desacelerar a prevalência de sobrepeso. Todavia, a implementação de tais medidas enfrenta barreiras políticas significativas, especialmente devido ao poder de influência da indústria de alimentos ultraprocessados, que frequentemente resiste à regulamentação da publicidade e à rotulagem nutricional frontal mais clara.

Por fim, a pesquisa evidenciou silêncios críticos nas políticas públicas no que tange à interseccionalidade. Fatores como gênero, raça e classe social raramente são integrados como categorias de análise ou alvos de ações específicas nos documentos governamentais. A narrativa dominante ainda tende a focar de forma simplista no consumo alimentar e no sedentarismo, negligenciando como as formas de opressão social moldam a prevalência da obesidade e as dificuldades de cuidado entre diferentes grupos populacionais. Portanto, os resultados reforçam que a eficácia das políticas depende não apenas da técnica, mas de uma governança que enfrente as desigualdades sociais e os interesses comerciais (Rodrigues et al., 2023).

Um dos resultados mais impactantes observados na literatura refere-se à tributação sobre alimentos com açúcar adicionado, que demonstrou um efeito positivo direto na redução do consumo desses produtos, contribuindo para a desaceleração da prevalência de sobrepeso. Contudo, o enfrentamento da obesidade encontra barreiras políticas significativas, especialmente no que tange à regulamentação da publicidade de alimentos voltada para crianças e aos conflitos de interesse com a indústria de ultraprocessados. Além disso, a análise das políticas públicas revelou "silêncios" críticos sobre a interseccionalidade; categorias como gênero, raça e classe social raramente são integradas de forma efetiva nas ações propostas, o que pode comprometer a equidade e a efetividade do cuidado para as populações mais vulneráveis. (Dias et al., 2017).

5. Considerações Finais

As evidências apresentadas confirmam que a obesidade se estabeleceu como um problema de saúde pública crítico e de magnitude crescente no Brasil, estando diretamente associada ao aumento sistêmico no consumo de alimentos ultraprocessados. A análise dos dados demonstra que a tríade estratégica composta pela implantação de guias alimentares, pela adoção de uma abordagem intersetorial e pela tributação de alimentos com adição de açúcares configura-se como o modelo mais eficaz para a prevenção e o controle do agravo. Tais iniciativas não apenas promovem escolhas individuais mais

saudáveis, mas também fortalecem a resolutividade das intervenções governamentais ao integrar diferentes setores em prol de objetivos comuns de saúde pública. (Rodrigues et al., 2024).

O estudo reitera que, embora o atendimento clínico individualizado e o acesso a tratamentos complexos no SUS sejam direitos fundamentais do paciente, tais medidas possuem baixa resolutividade se aplicadas de forma isolada em ambientes desfavoráveis. O chamado "ambiente obesogênico" exerce uma pressão socioambiental constante que muitas vezes anula a motivação pessoal necessária para a mudança sustentável de comportamentos. Portanto, é imperativo que as políticas públicas evoluam para além da prescrição individual, priorizando medidas regulatórias e fiscais que transformem os contextos de produção, comercialização e publicidade de alimentos, enfrentando diretamente os conflitos de interesse com a indústria de ultraprocessados. (Dias et al., 2017).

No que tange à qualificação da assistência técnica, a construção e validação de ferramentas específicas, como o instrutivo para o cuidado nutricional da obesidade grave, representam um marco para a sistematização do atendimento no SUS. Tais documentos preenchem lacunas técnicas críticas, permitindo que profissionais de nutrição atuem de forma mais alinhada às necessidades reais e complexas dos usuários do sistema público. Contudo, persiste o desafio de ampliar essa visão para outros grupos vulneráveis, visto que as políticas voltadas especificamente para adolescentes, por exemplo, ainda são consideradas incipientes e carecem de uma visão mais abrangente que articule o ambiente escolar com a rede de saúde de forma resolutiva. (Dias et al., 2025; Freitas et al., 2014).

Uma contribuição fundamental desta análise é a identificação de "silêncios" críticos nas narrativas das políticas de saúde, especialmente no que concerne à interseccionalidade. A prevalência da obesidade não é distribuída de forma equânime na sociedade, sendo profundamente moldada por categorias de gênero, raça/cor e classe social que frequentemente são negligenciadas nas formulações das ações de controle. Superar a narrativa simplista focada exclusivamente no sedentarismo e no consumo individual é essencial para que as políticas públicas deixem de ser generalistas e passem a ser verdadeiramente inclusivas, enfrentando as formas de opressão social que agravam o estado nutricional das populações mais vulneráveis. (Rodrigues et al., 2023).

Em última análise, a reversão da epidemia de obesidade no Brasil depende da consolidação de uma "agenda única de nutrição" que integre a assistência assistencial do SUS com a visão sistêmica de segurança alimentar do SISAN. Esta articulação deve garantir que a promoção da saúde esteja indissociavelmente ligada à proteção dos sistemas alimentares sustentáveis e ao fortalecimento do papel regulador do Estado frente às práticas comerciais agressivas. Somente através de uma governança que priorize o Direito Humano à Alimentação Adequada e a equidade social sobre os interesses comerciais, será possível assegurar uma melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras. (Dias et al., 2017; Rodrigues et al., 2024).

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios**. Brasília: CAISAN, 2014.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Prevenção e controle da obesidade: a urgência de políticas públicas eficazes. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, e00100017, 2017.

DIAS, Mariana de Moura E. et al. Construção e validação de um instrutivo de cuidado nutricional para pessoas com obesidade grave no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e05572023, 2025.

DIAS, Patricia Camacho et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, e00006016, 2017.

FREITAS, Lorena Karen Paiva E. et al. Obesidade em adolescentes e políticas públicas de nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1755-1762, 2014.

RODRIGUES, Lorrany Santos; MIRANDA, Nayara Garcez; CABRINI, Danielle. Obesidade e interseccionalidade: análise crítica de narrativas das políticas públicas de saúde no Brasil (2004-2021). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 7, e00240322, 2023.

A PREVALÊNCIA DE FUMANTES EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE BARRA DO GARÇAS – MT

Lucas de Jesus Farias
Mariana Moraes Pereira Silva
Maria Isadora Moura Carvalhaes
Nathália Avelar Oliveira
Pâmela Marostica
Anna Carolina Ishikawa Cézar dos Santos
Mariana Costa Silva
Rafaelanne Queiroz de Moraes Souza
Jordana Belos dos Santos

RESUMO

O tabagismo permanece como um dos principais desafios de saúde pública, especialmente no ambiente universitário, onde fatores como estresse, influencia social e pressão acadêmica favorecem sua persistência. O consumo de tabaco em um meio universitário causa sérios prejuízos aos universitários no desempenho acadêmico e também ao corpo docente e técnico-administrativo, afetando diretamente a qualidade de vida e contribuindo para a poluição do ambiente. Este estudo teve como objetivo analisar o uso de tabaco entre universitários, professores e corpo técnico-administrativo em uma instituição de ensino superior em Barra do Garças, MT. O estudo foi realizado entre março e maio de 2025, e visou fornecer informações relevantes para identificar o consumo de tabaco e promover projetos de intervenção para que

haja um ambiente saudável e melhoria da qualidade de vida. Para isso, houve a aplicação de um questionário estruturado sobre o uso de cigarros. Salienta-se a anuência dos participantes ao responder o questionário. Os dados possibilitam evidenciar que a amostra institucional foi representada por 140 participantes, destes a maioria foi do sexo feminino (70%), com faixa etária predominante entre 18 e 24 anos (40%), seguido de acima de 40 anos (24%) sendo o restante distribuído entre outras faixas etárias. Com relação aos respondentes 80,6% dos respondentes se autodeclararam como não fumantes e 19,4% como fumantes. Com ênfase nos fumantes, e com relação ao tempo de fumante 54% fumam entre um a cinco anos e o tipo de cigarro mais utilizado é o eletrônico 52%.

Palavras-chave: centro universitário, saúde pública, tabagismo.

ABSTRACT

Smoking remains one of the main public health challenges, especially in the university environment, where factors such as stress, social influence and academic pressure favor its persistence. Tobacco use in a university environment causes serious harm to university students' academic performance and also to teaching and administrative staff, directly affecting their quality of life and contributing to

environmental pollution. This study aimed to analyze tobacco use among university students, professors and administrative staff at a higher education institution in Barra do Garças, MT. The study was conducted between March and May 2025, and aimed to provide relevant information to identify tobacco use and promote intervention projects to create a healthy environment and improve quality of life. For this purpose, a structured questionnaire on cigarette use was applied. Participants' consent to answer the questionnaire is emphasized. The data show that the institutional sample was represented by 140 participants, of which the majority were female (70%), with a predominant age range between 18 and 24 years (40%), followed by those over 40 years (24%), with the remainder distributed among other age groups. Regarding the respondents, 80.6% of the respondents declared themselves as non-smokers and 19.4% as smokers. With emphasis on smokers, and regarding the time of smoking, 54% smoked between one and five years and the most used type of cigarette is the electronic one 52%.

Keywords: university center, public health, smoking.

INTRODUÇÃO

O tabagismo permanece como um relevante problema de saúde pública, mesmo diante dos avanços nas políticas de controle e prevenção ao uso do tabaco. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o consumo de produtos derivados do tabaco é responsável por milhões de mortes anuais, afetando tanto fumantes ativos quanto passivos. No Brasil, o Ministério da Saúde estabelece diretrizes para o enfrentamento dessa questão, reconhecendo o tabagismo como uma condição crônica que demanda abordagem contínua e multidisciplinar (Brasil, 2020). Aliado a isso, o estudo feito por Souza, Santos e Oliveira (2024) demonstrou os principais fatores de risco associados ao consumo do tabaco, dentre os quais podem se destacar o desenvolvimento de doenças respiratórias como doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), cardiovasculares e câncer de pulmão.

No ambiente universitário, o cenário é particularmente preocupante. A vivência acadêmica, marcada por pressões emocionais, excesso de atividades e grandes influências sociais, podem influenciar uso do cigarro (Silva, Santos e Pereira, 2022b). Apesar do acesso

à informação, inclusive entre estudantes da área da saúde, a prevalência do tabagismo ainda se mostra significativa (Custódio et al., 2025; Gomes et al., 2025).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar a prevalência de fumantes em uma instituição de ensino superior, investigando os perfis dos usuários e os fatores associados ao uso do tabaco, a fim de subsidiar futuras ações de prevenção e promoção da saúde dentro do ambiente acadêmico.

METODOLOGIA

O presente artigo, foi realizado em uma instituição de ensino superior localizada em Barra do Garças, MT. Para o desenvolvimento deste, foi realizado uma pesquisa bibliográfica em base de dados tal como Biblioterca Virtual de Saúde, Scopus e site do Ministério da Saúde sobre o tema tabagismo. Como forma de coleta de dados, foi realizado uma pesquisa quantitativa e qualitativa com a aplicação de um questionário com doze perguntas objetivas, com o intuito de coletar dados sobre o uso e a prevalência do tabaco no meio universitário. O estudo foi realizado entre março e abril de 2025. Salienta-se que a aplicação desse questionário, foi feito um termo de anuência para os participantes.

Os dados dos estudo, obtido por meio de uma pesquisa através de um formulário eletrônico estruturado, contendo informações sobre o perfil do respondente (sexo, faixa etária) e questionamento sobre fumantes e não fumantes. Aos respondentes fumantes, houve perguntas específicas com base em perguntas validadas conforme Brasil (2020) em que se aborda sobre tipos de cigarro usados pelos usuários, tempo de uso, e quantidade de cigarros consumidos por dia.

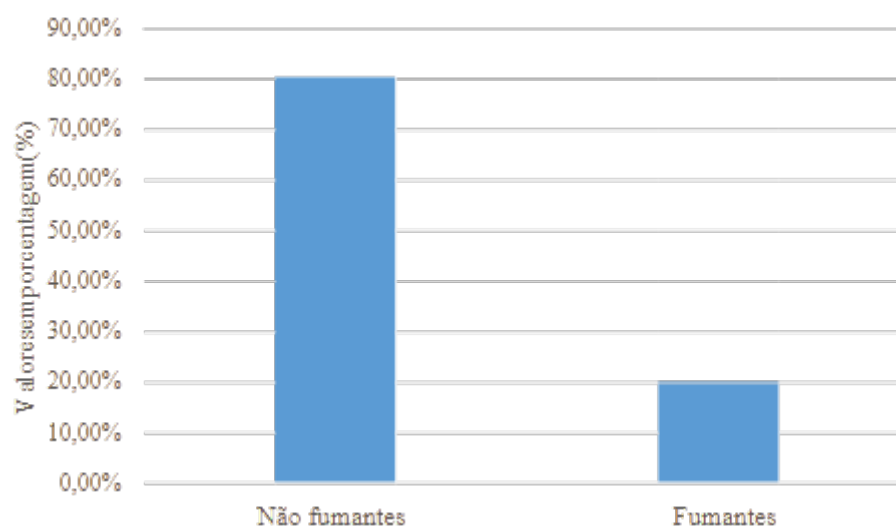
Após a aplicação do questionário os dados foram tabulados e apresentados em forma de porcentagens e imagens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada com estudantes, professores e corpo técnico-administrativo da instituição de ensino superior demonstrou dados relevantes sobre a prevalência do tabagismo no ambiente acadêmico. Da amostra populacional (Figura 1) composta por 140 participantes, 80,6% (113 participantes) dos respondentes se autodeclaram como não fumantes e 19,4% (27 participantes) como fumantes, com maior quantidade de participação do gênero feminino com total de 98 respostas (70%) (Figura 2), com predominância de jovens entre 18 e 24 anos (Figura 3) correspondendo a 56 respostas

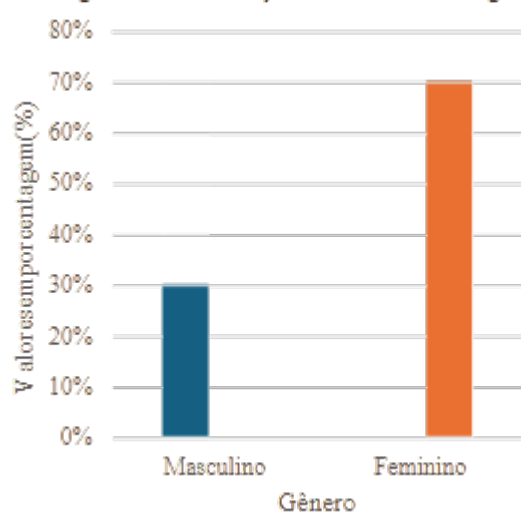
(40%). Essa faixa etária por sua vez é considerada como um dos principais grupos de risco para o início do tabagismo, conforme aponta a literatura (Silva et al., 2022a).

Figura 1 – Porcentagem de fumantes e não fumantes em uma instituição de ensino superior.



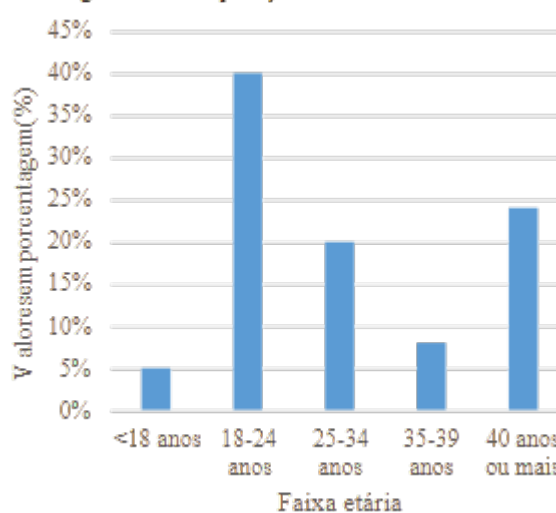
Fonte: autoria própria, (2025)

Figura 2 – distribuição de acordo com o gênero.



Fonte: autoria própria, (2025)

Figura 3 – comparação entre faixas etárias.

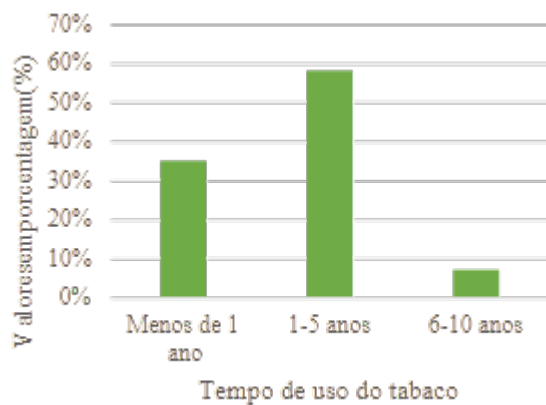


Fonte: autoria própria, (2025)

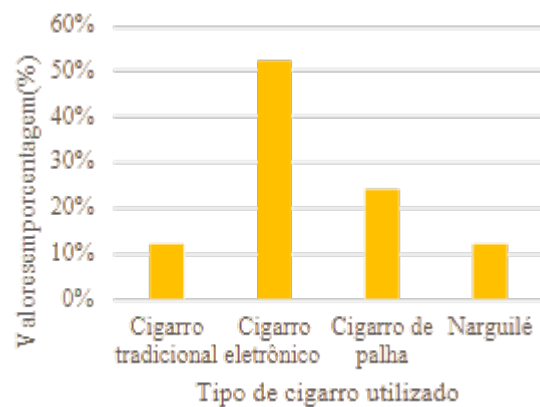
Os dados coletados permitiram a construção de gráficos que revelaram a quanto tempo os participantes praticavam o hábito de fumar (Figura 4), sendo o resultado de 1 à 5 anos de maior prevalência com 58% (16 participantes), enquanto 35 % (9 participantes) praticavam esse hábito à

menos de 1 ano, e 7% (2 participantes) realizavam a mais de 6 anos. Em relação ao tipo de cigarro consumido (Figura 5), foi identificado que o cigarro eletrônico continua sendo o mais utilizado pelos participantes tendo uma porcentagem de 52% (15 participantes), seguido pelo cigarro de palha com 24% (6 participantes), narguilé 12% (3 participantes) e cigarro tradicional igualmente ao narguilé com 12% (3 participantes), indicando uma transição entre o tabaco convencional e outras formas de consumo, demonstrando que essa mudança de padrão pode estar relacionada à falsa sensação de menor risco dessas novas formas de tabagismo, especialmente entre os mais jovens.

Figura 4 – Tempo de uso do tabaco Figura 5 – Tipo de cigarro utilizado



Fonte: autoria própria, (2025)

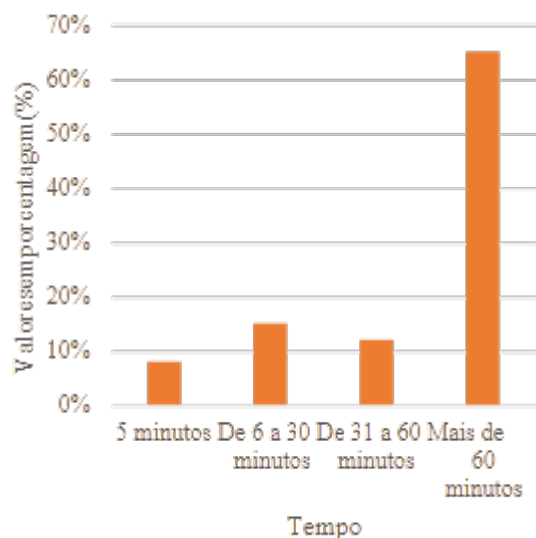


Fonte: autoria própria, (2025)

Entre os dados coletados (Figura 6), observou-se que 65% dos usuários (17 participantes), relataram fumar o primeiro cigarro do dia 60 minutos após de acordar, enquanto 15% (5 participantes) acendem o primeiro cigarro entre 6 e 30 minutos, seguido de um total de 12% (3 participantes) de 31 a 60 minutos e 8% (2 participantes) nos primeiros 5 minutos. De acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo (Brasil, 2020), esse intervalo é um importante indicador do grau de dependência à nicotina, sendo que quanto menor o tempo, maior a dependência.

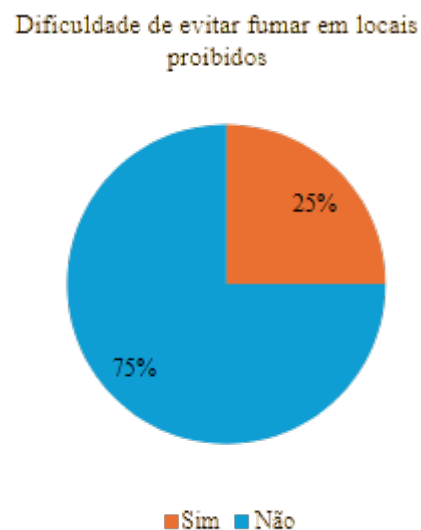
No que se refere à dificuldade de evitar fumar em locais proibidos (Figura 7), 75% dos participantes (20 participantes) não relataram sobre dificuldades em seguir essas restrições. No entanto, 25% (7 participantes) relataram sentir algum grau de dificuldade em cumprir essas normas, deste modo, demonstrando o nível de dependência apresentado por parte dos fumantes, uma vez que o autocontrole em casos de restrições é um dos critérios considerados em escalas de avaliação da dependência nicotínica (Custódio et al., 2025).

Figura 6 – Comparação do tempo de início do ato de fumar após acordar entre universitários de uma locais proibidos instituição de ensino superior



Fonte: autoria própria, (2025)

Figura 7 – Dificuldade de evitar fumar em locais proibidos



Fonte: autoria própria, (2025)

Ao serem questionados sobre qual cigarro do dia em que sentem mais prazer ao fumar, 58,3% (15 participantes) indicaram o primeiro da manhã com o momento de maior satisfação, enquanto o restante com 41,7% (12 participantes) relataram sentir o mesmo momento com outros cigarros ao decorrer do dia. Essa informação além de demonstrar o hábito social de fumar, demonstra também um momento que recorre ao cigarro nas primeiras horas do dia, o que pode indicar um padrão de uso mais compulsivo e relacionado à manutenção do nível de nicotina no organismo (Ministério da Saúde, 2020)

Em relação à quantidade de cigarros fumados por dia, 84,2% (22 participantes) referiram consumir menos de 10 cigarros por dia, enquanto que 15,8% (5 participantes) relataram consumir de 11 à 20 cigarros por dia, correspondendo a um maço por dia.

CONCLUSÃO

Os dados mostraram que o tabagismo não se limita apenas ao uso tradicional, sendo que muitos usuários apresentam padrões indicativos de dependência, como fumar logo após acordar, sentir dificuldade em respeitar restrições de local e fumar com maior frequência durante a manhã. Além

disso, o prazer associado ao cigarro em diferentes horários do dia e a presença de fatores como estresse formam gatilhos para o início do consumo reforçando o problema do tabagismo. Embora a maioria dos fumantes da amostra relate um consumo diário considerado leve, a dependência pode estar presente mesmo em níveis baixos de uso, exigindo formas intervenções adequadas.

Portanto, é essencial que as instituições de ensino superior não apenas reconheçam o tabagismo como uma questão de saúde pública, mas que também adotem medidas eficazes contra essa problemática, como políticas antitabagismo, oferta de suporte psicológico, programas e ações de promoção à saúde. Integrando esse cuidado no meio acadêmico pode ocorrer a redução da prevalência do tabagismo e também melhorar a qualidade de vida dos universitários, professores e corpo técnico-administrativo da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo: Portaria Conjunta SCTIE/SAES/MS nº 10, de 16 de abril de 2020. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/resumidos/20210113_pcdt_resumido_tabagismo.pdf. Acesso em: 6 mar. 2025

CUSTÓDIO, C.R.S.N. et al. Tabagismo entre estudantes universitários da área de saúde: perfis e fatores motivacionais em contexto acadêmico. *Revista Saúde Coletiva*, v. 15, n. 93, p. 14464-14479, 2025. Disponível em: <https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3312>. Acesso em: 6 mar. 2025.

GOMES, F.E.S. et al. O tabagismo entre os acadêmicos da área da saúde. *Revista de Ciências da Saúde*, v. 29, n. 142, p. 1-10, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-tabagismo-entre-os-academicos-da-area-da-saude>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SILVA, T.R. et al. Tabagismo e consumo de álcool em estudantes universitários: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 15, n. 4, p. 376-385, 2022a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YqkJzB3B8JLGWGLKBTj5ZRv>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SILVA, J.L.; SANTOS, M.C.; PEREIRA, M.F. Prevalência e fatores associados ao uso de tabaco por estudantes universitários brasileiros: uma revisão sistemática. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 45, n. 1, p. 12-34, 2022b. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3452>. Acesso em: 6 mar. 2025

SOUZA, L.A.; SANTOS, S.O.; OLIVEIRA, L.F.A. Prevalência e fatores de risco associados ao tabagismo e outras formas de consumo de tabaco em acadêmicos da saúde em Goiânia, Goiás. Journal of Health and Biological Sciences, v. 12, n. 1, p. 1-7, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/4855>. Acesso em: 6 mar. 2025.

O ESPORTE PARALÍMPICO COMO FERRAMENTA PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E SAÚDE COLETIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO I FESTIVAL PARALÍMPICO ESCOLAR

Débora Rosana de Souza Barreto
Altemir Trapp
Emanuel Ferreira Do Nascimento
João Paulo Silva Louzada
Gilson Pinto De Moraes
Eliete Reis Mello
Daniel De Oliveira Junior

Resumo

O presente relato tem como **objetivo** descrever a experiência vivenciada durante a realização do I Festival Paralímpico na Escola Estadual Clênia Rosalina de Souza, promovido em parceria com o Centro de Referência Paralímpico de Mato Grosso. O evento teve como principal finalidade fomentar a inclusão social por meio do esporte adaptado, promovendo o respeito à diversidade, a valorização das diferenças e a convivência harmoniosa entre estudantes com e sem deficiência. Além disso, buscou-se proporcionar experiências que estimulam hábitos saudáveis e contribuíssem para o bem-estar físico, mental e emocional dos participantes, visando tanto à saúde individual quanto à saúde coletiva no ambiente escolar. O esporte paralímpico, nesse contexto, foi compreendido como uma ferramenta educativa e social de grande impacto, capaz de transformar realidades, romper barreiras atitudinais e promover a integração de todos os estudantes. A **metodologia** adotada consistiu em vivências práticas de diferentes modalidades paralímpicas, organizadas em estações rotativas, o que permitiu a participação ativa de todos os alunos da escola, independentemente de suas condições físicas, motoras ou cognitivas. As atividades foram planejadas de forma lúdica, acessível e inclusiva, respeitando as singularidades de cada estudante e incentivando a empatia, o trabalho em equipe e o reconhecimento das potencialidades individuais. Como principais resultados observados, destacam-se o fortalecimento da empatia, a ampliação da consciência inclusiva, a valorização do bem-estar coletivo e o estímulo à participação de toda a comunidade escolar — incluindo professores, gestores, familiares e colaboradores externos. Assim, a iniciativa reafirma o esporte como uma poderosa ferramenta pedagógica, promotora de inclusão, saúde, cidadania e desenvolvimento integral, contribuindo para a construção de uma escola mais justa, democrática, ativa e comprometida com a formação plena de seus educandos. As atividades foram planejadas de forma lúdica e inclusiva, respeitando os limites e potencialidades de cada estudante, e promovendo o aprendizado por meio da experiência, da empatia e da cooperação. Como principais **resultados**, observou-se o fortalecimento da empatia, o desenvolvimento da consciência inclusiva, o reconhecimento da importância do bem-estar coletivo e individual, além do estímulo à participação ativa da comunidade escolar — incluindo professores, gestores e demais colaboradores. **Conclui-se** que, a iniciativa reforçou o papel do esporte como uma poderosa ferramenta pedagógica e social, que contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma escola mais inclusiva, democrática, saudável e comprometida com a formação cidadã de seus educandos.

Palavras-chave: Esporte paralímpico; Inclusão social; Saúde coletiva; Educação inclusiva; Desenvolvimento integral.

Introdução

A Educação Física escolar, enquanto componente curricular, desempenha papel fundamental na formação integral dos sujeitos, contemplando dimensões físicas, cognitivas, sociais e afetivas. Nesse contexto, a inclusão de práticas pedagógicas voltadas ao esporte adaptado tem se mostrado uma estratégia potente para a promoção da equidade e valorização da diversidade no ambiente educacional.

De acordo com **Darido (2012)**, a Educação Física deve possibilitar o acesso de todos os alunos às práticas corporais, respeitando suas diferenças e potencialidades. Nessa perspectiva, o esporte paralímpico emerge como ferramenta educativa capaz de romper barreiras atitudinais historicamente construídas em relação às pessoas com deficiência.

Além disso, conforme destaca **Sasaki (1997)**, a inclusão social pressupõe a adaptação da sociedade para atender às necessidades de todos os indivíduos, e não o contrário. Assim, inserir o paradesporto no contexto escolar contribui para a construção de uma cultura inclusiva, baseada no respeito, na empatia e na igualdade de oportunidades.

O I Festival Paralímpico 2025, realizado na Escola Estadual Clênia Rosalina de Souza, insere-se nesse cenário como uma proposta pedagógica inovadora, articulando teoria e prática na promoção da inclusão e da saúde coletiva. A iniciativa também dialoga com os princípios da **BNCC (2018)**, que orienta a valorização da diversidade e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

2. Objetivo

O presente estudo tem como objetivo relatar e analisar a experiência do I Festival Paralímpico escolar, destacando sua contribuição para a promoção da inclusão social, da saúde coletiva e do desenvolvimento integral dos estudantes, bem como para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física.

3. Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um **relato de experiência de abordagem qualitativa**, com caráter descritivo e reflexivo, conforme orienta **Minayo (2001)**, ao enfatizar a compreensão dos fenômenos sociais a partir das vivências e interações dos sujeitos envolvidos.

A intervenção pedagógica foi estruturada por meio de uma **metodologia ativa e participativa**, baseada em vivências práticas organizadas em estações rotativas. Segundo **Bracht (1999)**, a aprendizagem significativa na Educação Física ocorre quando o aluno é protagonista do processo, vivenciando experiências corporais contextualizadas.

As atividades foram organizadas da seguinte forma:

- **Goalball** – voltado aos alunos do 6º ano, enfatizando percepção auditiva e cooperação;
- **Vôlei sentado** – promovendo adaptação das regras e inclusão motora;
- **Tênis de mesa** – estimulando coordenação motora e concentração;
- **Basquete em cadeira de rodas** – favorecendo a compreensão das limitações e potencialidades;
- **Bocha paralímpica** – desenvolvendo precisão e estratégia.

Cada estação teve duração média de 20 minutos, permitindo que todos os estudantes participassem das modalidades. As atividades foram planejadas com base nos princípios da **educação inclusiva**, respeitando as individualidades e promovendo a participação ativa de todos.

A execução contou com o apoio de professores, equipe gestora e profissionais do Centro de Referência Paralímpico de Mato Grosso, garantindo suporte técnico e pedagógico.

4. Desenvolvimento e Discussão

A realização do Festival evidenciou que o esporte paralímpico, quando inserido de forma planejada no ambiente escolar, contribui significativamente para a transformação de atitudes e percepções dos estudantes.

Conforme aponta **Freire (1996)**, a educação deve promover a conscientização crítica dos sujeitos, possibilitando a construção de valores sociais mais justos. Nesse sentido, as vivências

proporcionadas pelo festival permitiram aos alunos compreender, na prática, os desafios enfrentados por pessoas com deficiência, favorecendo o desenvolvimento da empatia.

Além disso, segundo **Betti (1991)**, o esporte escolar deve ultrapassar a dimensão competitiva, assumindo um caráter educativo e social. Observou-se que os alunos passaram a valorizar mais o trabalho em equipe, o respeito às diferenças e a cooperação.

Outro aspecto relevante foi a promoção da **saúde coletiva**, entendida, conforme **Buss (2000)**, como resultado das condições sociais, culturais e comportamentais. O evento estimulou a adoção de hábitos saudáveis, bem como o engajamento da comunidade escolar.

Os resultados também demonstraram alinhamento com os pressupostos da **educação inclusiva**, que, de acordo com **Mantoan (2003)**, busca garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos, sem discriminação.

5. Resultados

Entre os principais resultados observados, destacam-se:

- Ampliação da consciência sobre
- inclusão e acessibilidade;
- Desenvolvimento da empatia e

6. Conclusão

A realização do I Festival Paralímpico 2025 constituiu-se como uma experiência pedagógica significativa, evidenciando o potencial do esporte adaptado como instrumento de inclusão, educação e transformação social.

A iniciativa contribuiu para a formação integral dos estudantes, promovendo valores essenciais à convivência em sociedade, como respeito, solidariedade e equidade. Além disso, reforçou a importância da Educação Física como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Conclui-se que ações dessa natureza devem ser incentivadas e ampliadas no contexto escolar, consolidando uma educação comprometida com a diversidade, a cidadania e a justiça social.

Referências

BETTI, M. Educação Física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. Cadernos Cedes, 1999.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência & Saúde Coletiva, 2000.

DARIDO, S. C. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ANEXO:



“ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE
PARA A FONOAUDIOLOGIA NO
BRASIL: UMA REVISÃO
INTEGRATIVA

Julia Gabrielle Vidal Duarte

RESUMO

Introdução: O presente trabalho aborda a relação entre as políticas públicas de saúde e a Fonoaudiologia, enfatizando sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS) e sua relevância na saúde coletiva. **Método:** A pesquisa, fundamentada em revisão integrativa de literatura segundo a metodologia do Joanna Briggs Institute (JBI). **Objetivo Geral:** Evidenciar o desenvolvimento das políticas públicas de saúde e sua relação com a Fonoaudiologia. Entre os objetivos específicos, buscou-se analisar a percepção dos profissionais quanto à sua inserção no SUS, investigar o conhecimento dos fonoaudiólogos sobre as políticas públicas, contribuir para o fortalecimento da área nas políticas públicas e fornecer subsídios para a consolidação da Fonoaudiologia no campo da saúde coletiva. **Desenvolvimento:** A metodologia seguiu etapas de formulação da questão de pesquisa, identificação, seleção e análise de estudos, permitindo uma abordagem quantitativa e qualitativa sobre o tema. **Resultados:** Os resultados destacam a importância da profissão para o cuidado integral, a ampliação do acesso e o fortalecimento da multiprofissionalidade em saúde. **Conclusão:** O número de profissionais de fonoaudiologia está em expansão e em estudo exploratório preliminar do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES observa-se que os profissionais estão possuindo mais de um vínculo profissional em decorrência, também, da insuficiência de profissionais com registro profissional no estado. **PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Sistema Único de Saúde; Tocantins; Profissionais da Comunicação

INTRODUÇÃO

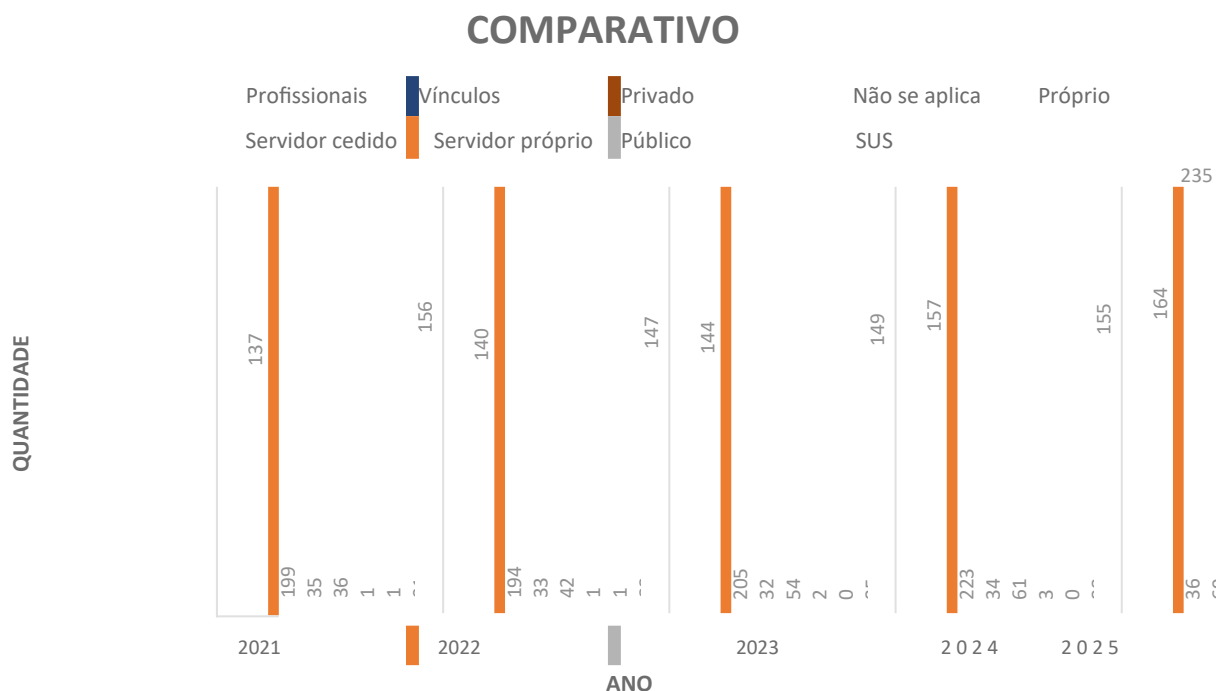
As políticas de saúde desempenham um papel essencial na organização e no funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), e a Fonoaudiologia, como área integrante das ciências da saúde, tem se consolidado progressivamente nesse contexto. A inserção da Fonoaudiologia no SUS ocorreu de forma gradual, acompanhando a evolução das políticas de saúde pública no país. A partir da década de 1990, com a expansão das equipes multiprofissionais na Atenção Básica, os fonoaudiólogos passaram a integrar programas como o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), ampliando sua atuação no sistema público de saúde. Segundo dados do Sistema de Informação do SUS, em 2014, foram registrados mais de 13 milhões de procedimentos fonoaudiológicos na rede ambulatorial do SUS, evidenciando a crescente demanda e a importância desses profissionais na assistência à saúde da população. Atualmente, essa atuação ocorre em todos os níveis de atenção à saúde, perpassando da atenção básicas até a média e alta complexidade. A afirmativa se faz evidente com a atuação do profissional nos Centros Especializados em Reabilitação (CER), as Unidades Básicas de Saúde

(UBS) e hospitais. Diante do supramencionado faz-se necessário analisar como os profissionais percebem estes espaços sócio ocupacionais e quais obstáculos enfrentam no exercício de suas funções. A Fonoaudiologia, dentro do SUS, desempenha um papel fundamental na promoção da saúde, na reabilitação e na inclusão social. A efetivação das políticas de saúde na Fonoaudiologia depende não apenas do conhecimento técnico e científico, mas também da compreensão dos profissionais sobre as diretrizes que regulamentam sua atuação no setor público.

METODOLOGIA

O método consiste em revisão integrativa de literatura, baseada em análise quantitativa de conteúdo. A metodologia proposta pelo Joanna Briggs Institute (JBI), com o propósito de mapear e analisar a produção científica existente sobre os principais conceitos em uma área específica do conhecimento. Esse tipo de revisão permite examinar a abrangência, extensão e natureza da pesquisa, além de resumir e divulgar os dados encontrados, identificar lacunas no campo de estudo e refletir sobre a complexidade e diversidade do fenômeno investigado (Arksey; O'Malley, 2005; Davis; Drey; Gould, 2009; JBI, 2015; Nora; Zoboli; Vieira, 2017; Peters et al., 2015). Os procedimentos adotados para a realização da pesquisa seguiram as etapas propostas pela metodologia, que incluem: formulação da questão de pesquisa, identificação dos estudos relevantes, seleção dos estudos, extração de dados e organização, síntese e apresentação dos resultados (Arksey; O'Malley, 2005; Davis; Drey; Gould, 2009; Levac; Colquhoun; O'Brien, 2010; Nora; Zoboli; Vieira, 2017; Peters et al., 2015). O processo de busca consiste na utilização de plataformas eletrônicas com bases indexadas, tais como Scielo, Pubmed, BVS, LILACS, com textos publicados no idioma português. Como operadores booleanos serão utilizados as chave AND e OR, com os seguintes termos de busca: Políticas Públicas; Fonoaudiologia; Atuação Profissional, Políticas Públicas; Rede de Atenção de Atenção a Saúde, Fonoaudiologia, Atuação Profissional. A primeira etapa consiste na consulta as bases eletrônicas, realizando a seleção de artigos, publicações em periódicos, dissertação de mestrado, notas técnicas, protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, legislação do SUS. A segunda etapa consiste na leitura dos títulos e artigos achados da primeira etapa e exclusão de estudos de casos clínicos, coorte, caso controle, ensaio clínico. 7 Na terceira etapa os textos selecionados serão lidos na íntegra e planilhados com estudo de escopo com três dimensões básicas: ético-política, teórico metodológica e técnico operativa. Na quarta etapa com as dimensões serão analisadas as seguintes referências qualitativas: sobre história da profissão, interseccionalidade com a história do SUS, áreas de atuação profissional e campo de práticas do exercício profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Legenda: Comparativo da distribuição de profissionais de Fonoaudiologia segundo vínculos institucionais (privado, próprio, público, SUS e demais categorias) no período de 2021 a 2025.

CONCLUSÕES

O número de profissionais de fonoaudiologia está em expansão e em estudo exploratório preliminar do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES observa-se que os profissionais estão possuindo mais de um vínculo profissional em decorrência, também, da insuficiência de profissionais com registro profissional no estado.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F.; WESTPHAL, M. F.** Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2010.
- BERNARDI, A. P. A.** Fonoaudiologia na saúde coletiva: uma área em crescimento. *Revista CEFAC*, São Paulo, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde.** Guia prático do Programa de Saúde da Família. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde.** HumanizaSUS: gestão e formação nos processos de trabalho. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde.** Sistema de informação da atenção básica – SIAB: indicadores 2001. 4. ed. atual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde.** Trabalho e redes de saúde: valorização dos trabalhadores da saúde. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Departamento de Articulação Interfederativa. Caderno de diretrizes, objetivos, metas e indicadores: 2013–2015. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

LIPAY, M. S.; ALMEIDA, E. C. A fonoaudiologia e sua inserção na saúde pública. *Ciências Médicas*, Campinas, 2008.

MOLINI-AVEJONAS, D. R.; MENDES, V. L. F.; AMATO, C. A. H. Fonoaudiologia e Núcleos de Apoio à Saúde da Família: conceitos e referências. *Revista CEFAC*, São Paulo, 2010.

MOREIRA, M. D.; MOTA, H. B. Os caminhos da fonoaudiologia no Sistema Único de Saúde – SUS. *Revista CEFAC*, São Paulo, 2017.

PENTEADO, R. Z.; SERVILHA, E. A. M. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo atuais e as perspectivas futuras. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 2012.

PENTEADO, R. Z.; SERVILHA, E. A. M. Fonoaudiologia em saúde pública/coletiva: compreendendo prevenção e o paradigma da promoção da saúde. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 2012.

SANTOS, W. S.; ENUMO, C. S. Inserção fonoaudiológica na saúde pública: revisão sistemática. *Revista da Unicesumar*, Maringá, 2016.

SOUZA, A. P. R.; CRESTANI, A. H.; VIEIRA, C. R.; MACHADO, F. C. M.; PEREIRA, L. L. O grupo na fonoaudiologia: origens clínicas e na saúde coletiva. *Revista CEFAC*, São Paulo, 2010.

TONET, I. Método científico: uma abordagem ontológica. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

WITWYTZKYJ, L. P.; TAVARES, R. S. C. R. F. Fonoaudiologia e saúde pública: análise bibliométrica. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, 2015.

ZANIN, L. E.; ALBUQUERQUE, I. M. N.; MELO, D. H. F. Fonoaudiologia e estratégia de saúde da família: o estado da arte. *Revista CEFAC*, São Paulo, 2016.

REDES DE QUILOMBOS: TERRITÓRIOS, SOCIABILIDADES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

LUCIANA MAGALHAES DE FRANCA

A pesquisa visa um estudo etnográfico, motivado pela minha trajetória pessoal como mulher negra e com história de vida de descendente de comunidade quilombola. O estudo tem como um dos principais objetivos aprofundar o conhecimento sobre a noção de ancestralidade e análise do processo de expulsão de minha família das terras de ocupação histórica e de uso tradicional, processo social que constitui grande parte das comunidades quilombolas no país e na América Latina. O ponto de partida é o relato do meu tio materno, conhecido como Miro, que conta as constantes ameaças sofridas por fazendeiros da região, os principais antagonistas dos quilombos, interessados nas terras férteis da região para a monocultura e a agropecuária.

Os fazendeiros invadiam as plantações com gado, ateavam fogo nas tulhas de arroz, disparavam tiros de espingarda sobre as casas e dirigiram ofensas racistas, chamando os moradores de “bando de pretos macumbeiros”. Tais atos culminaram na fuga da família de Miro, que abandonou o território durante a madrugada para preservar a vida e a integridade das crianças. Segundo Bispo dos Santos (2023, p. 36):

“A partir dos saberes ancestrais, traduzidos da oralidade para a escrita, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las.”

A etnografia pretende descrever as relações sociais que delineiam a rede de quilombos na região de Barra do Bugres. Tenho construído diálogos com as comunidades por meio de visitas in loco, participando de reuniões, palestras, oficinas e outras atividades de caráter educativo e cultural. As relações de parentesco, entre os de dentro e os de fora, as relações de compadrio e outras alianças possíveis, as formas de troca e sociabilidades são as questões que norteiam a etnografia proposta.

Conforme Lourenço (2024), a comensalidade — prática de comer junto — atua como produtora de parentesco em contextos quilombolas. Nos circuitos das festas de santo, substâncias compartilhadas, como comidas assadas e cozidas, rezas e cantos, são mobilizadas pelos comensais (anfitriões, festeiros e convidados). As festeiras, responsáveis pelas celebrações, devem prover comida e bebida em abundância. Quando não possuem recursos suficientes, acionam relações de compadrio ou solicitam contribuições de pessoas em dívida com os santos, principalmente carne e mandioca, alimentos centrais da culinária quilombola.

Nesse sentido, o parentesco se constrói como relação de mutualidade, conceito trabalhado por Sahlins (2013), que destaca vínculos de reciprocidade quase obrigatórios, ultrapassando a simples moralidade e consolidando a reputação dos indivíduos como “pessoas boas” ou “más”, a depender de sua disposição em compartilhar recursos.

A comunidade Quilombola “Córrego das Emas” está situada há aproximadamente 90 km do município de Barra do Bugres. Nas proximidades, encontram-se aproximadamente 05 comunidades quilombolas que

formam o território Vão Grande, coletivos quilombolas, organizados em sete territórios, entre os municípios de Barra do Bugres, Porto Estrela e Alto Paraguai. Estas comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, estão em processo de identificação e delimitação para a titulação de seus territórios pelo INCRA/MT, e têm em comum, as situações de conflitos em torno das terras de quilombo.

As comunidades quilombolas são definidas como territórios de sociabilidades e memórias.

Pretendo desenvolver uma etnografia da rede de relações destas comunidades, priorizando uma descrição da organização social e a análise dos sentidos das práticas comunitárias de seus saberes e fazeres associados à agricultura familiar, a produção culinária da rapadura, do melado de cana, o beiju e farinha de mandioca, criação de suínos e aves, e suas relações com o território. A etnografia visa a descrição dos modos de existência nos quilombos que resistem às tentativas de ameaça de direitos diante das políticas de Estado que há décadas não titularam nenhum destes territórios.

Por fim, a proposta reafirma a importância de as comunidades quilombolas serem protagonistas de suas próprias histórias. O estudo parte das seguintes questões norteadoras: Por que os quilombolas não poderiam pesquisar as particularidades de seus próprios quilombos? Por que não poderiam ensinar e aprender com sua própria terra? É preciso ter para pertencer? A pesquisa busca responder a essas inquietações, colaborando para o fortalecimento das identidades quilombolas, o reconhecimento de seus direitos e a valorização de suas memórias e territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

DEBORAH STUCCHI; FERREIRA, Rebeca Campos. O quilombo de Nossa Senhora do Carmo e os paradoxos da adequação no processo de reconhecimento de direitos.

LOURENÇO, Sonia Regina. Encontro e comensalidade nos quilombos: o devir quilombo. Universidade Federal de Mato Grosso, 2024. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0002-0286-8917>>.

LOURENÇO, Sonia Regina. “Casa e Territorialidades Quilombolas” In: Moisés Lopes (org.). Dez anos de PPGAS: Histórias, experiências e pesquisas em antropologia a partir de Mato Grosso. Recife: Editora Seriguela, 2024.p.211.

PROTOCOLO DE PREVENÇÃO AO RISCO DE SUICÍDIO: INOVAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO SETOR PÚBLICO

Flávio Jabra Peixoto
Lidiane Patricia Ferreira e Silva Leite
Tatiana Laura Guedes Libardi
Wilma Novaes Teixeira de Oliveira
Sandra Aparecida Donati Silverio

Resumo

O Protocolo de Prevenção ao Risco de Suicídio foi desenvolvido pelo SEPLAG, com o objetivo de padronizar procedimentos para identificação, intervenção e acompanhamento de servidores em situação de risco suicida, promovendo saúde mental, qualidade de vida e bem-estar no trabalho. A originalidade reside na integração das equipes psicossociais com a gestão de pessoas, no uso de formulário eletrônico de estratificação de risco baseado em recomendações da OMS e na incorporação de telemedicina e psicoterapia on-line como componentes centrais do cuidado.

Metodologicamente, o protocolo foi implementado em três fases. Na primeira, a Comissão Central composta por psicólogos, assistentes sociais e gestores elaborou e validou o documento, assegurando clareza conceitual e aderência a manuais nacionais e internacionais. Na segunda fase, promovemos capacitações presenciais para membros das equipes psicossociais setoriais, focando na identificação de sinais de alerta, na aplicação correta do formulário e em fluxos de encaminhamento escalonados conforme o grau de risco (baixo, médio e alto). Por fim, estabelecemos um sistema de monitoramento contínuo, por meio de dashboards da plataforma de telemedicina.

Implementado em 2023, o protocolo atendeu até o momento servidores de 16 órgãos distintos, totalizando encaminhamento para 1.250 sessões de psicoterapia on-line e 163 teleconsultas em psiquiatria, todas gratuitas. A estratificação de riscos revelou que 15,1 % dos atendimentos corresponderam a risco alto, 43,4 % a risco médio e 39,6 % a risco baixo. Todos os participantes receberam psicoterapia on-line, alcançando uma taxa de adesão de 60 %. No âmbito da psicoeducação, a Escola de Governo capacitou 1.193 servidores com nosso curso Saúde Mental na Administração Pública. Como resultado de destaque, a Polícia Militar registrou 12 casos de suicídio no período de 2018–2023, enquanto em 2024 não houve nenhum incidente.

Essa iniciativa fortaleceu a cultura de cuidado e otimizou recursos ao oferecer um protocolo escalável e replicável, implantado simultaneamente todos os órgãos da administração — um dos primeiros do país, oferecendo um modelo escalável e replicável em outras unidades federativas, promovendo excelência na gestão estratégica de pessoas e inovação em políticas de saúde pública.

Palavras-chave: Saúde mental; Prevenção ao suicídio; Telemedicina; Psicoterapia on-line.

1. Introdução (fonte ARIAL 12 – alinhado à esquerda negrito)

O suicídio figura entre as principais causas de morte evitável no mundo, superando anualmente o total de óbitos provocados por conflitos armados e por algumas doenças infecciosas de alta letalidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou para 2021 mais de 700 000 mortes autoprovocadas, das quais aproximadamente 77 % ocorreram em países de baixa e média renda (OMS, 2021). No Brasil, a tendência é igualmente preocupante: a taxa padronizada de mortalidade por suicídio aumentou quase 40 % desde 2010, com maior incremento entre adultos jovens em idade produtiva. Além do sofrimento humano, o fenômeno impõe ônus econômico expressivo. Estudo do Ministério da Saúde calcula que cada autodesfecho letal gera perdas de cerca de R\$ 2,3 milhões em custos diretos, como hospitalizações e perícias, e indiretos, como anos de vida produtiva perdidos. Esses números conferem ao tema prioridade absoluta na agenda de gestores públicos de saúde e de recursos humanos.

Do ponto de vista conceitual, o comportamento suicida compõe um continuum que se

inicia em pensamentos recorrentes de morte, evolui para ideação estruturada, planejamento minucioso e pode culminar em tentativas ou ato fatal (OMS, 2014). Sua etiologia é multifatorial: predisposição genética, transtornos psiquiátricos, uso de substâncias, eventos traumáticos, conflitos relacionais, condições de trabalho adversas e barreiras culturais ao cuidado interagem em tramas complexas. Entre servidores públicos, estudos nacionais têm evidenciado fatores de risco adicionais, tais como jornadas extensas, pressão por metas, exposição frequente à violência institucional, rotatividade de lotação e limitada oferta de serviços de saúde mental. Em contrapartida, a literatura indica que suporte social consistente, senso de pertencimento e acesso rápido a cuidados psicológicos funcionam como poderosos fatores de proteção, capazes de mitigar a progressão do risco.

No Estado de Mato Grosso, a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) detém a atribuição legal de formular e executar políticas de saúde ocupacional voltadas aos quase 100 000 servidores do Poder Executivo. Por intermédio da Comissão Central de Saúde e Segurança do Trabalho, a pasta publica normas técnicas balizadas por evidências científicas, entre elas o Manual de Saúde e Segurança do Trabalho, que recomenda a prevenção de riscos psicossociais. Até 2022, porém, cada órgão adotava procedimentos próprios para lidar com sinais de sofrimento extremo, resultando em respostas heterogêneas e, não raro, tardias. A ausência de instrumento padronizado para triagem, encaminhamento e acompanhamento de casos de ideação suicida evidenciava lacuna crítica na proteção à vida desses profissionais, comprometendo a efetividade da gestão de pessoas.

A pandemia de COVID-19 intensificou a urgência de soluções estruturadas. Isolamento social, incerteza econômica e mudanças abruptas nas rotinas de trabalho elevaram a prevalência de sintomas depressivos e ansiosos em trabalhadores brasileiros, segundo o IBGE, em até 25 %. No funcionalismo mato-grossense, a demanda por licenças médicas relacionadas a transtornos mentais quase dobrou entre 2020 e 2022, e relatos de ideação suicida tornaram-se mais frequentes, sobretudo em categorias expostas a situações extremas, como policiais e profissionais de saúde. Entre 2018 e 2023, a Polícia Militar registrou doze suicídios consumados; em 2024, primeiro ano pós-pandemia com protocolo já em vigor, não houve nenhum caso. O contraste desses números reforçou a necessidade de um instrumento estatal capaz de integrar cuidado clínico, dados epidemiológicos e governança intersetorial.

Foi nesse cenário que a SEPLAG lançou, em 2023, o Protocolo de Prevenção ao Risco de Suicídio, concebido para padronizar procedimentos desde a acolhida inicial até o monitoramento longitudinal dos desfechos terapêuticos. A iniciativa apoia-se em três premissas centrais: (1) articular equipes psicossociais setoriais e gestores de pessoas em fluxos decisórios claros; (2) incorporar soluções digitais que permitam triagem populacional em grande escala, análise de dados em tempo real e teleassistência; e (3) garantir continuidade do cuidado, oferecendo acesso gratuito a telemedicina psiquiátrica e psicoterapia on-line, sem abdicar dos recursos presenciais existentes. Tais alicerces alinham-se às recomendações da OMS e da Associação Brasileira de Psiquiatria, que defendem intervenções breves, escaláveis e orientadas por evidências de custo-efetividade.

O protocolo foi desenvolvido por comissão multidisciplinar que revisou literatura e mapeou boas práticas nacionais e internacionais. A versão preliminar foi testada em cinco órgãos-piloto, refinando linguagem, critérios de estratificação e fluxos assistenciais. Em seguida, mais de 100 profissionais receberam capacitação presencial em escuta qualificada e aplicação do formulário eletrônico. Casos de risco baixo e médio são encaminhados à telemedicina para consulta psiquiátrica e sessões de psicoterapia on-line; situações de risco alto demandam acionamento imediato da rede de urgência e acompanhamento presencial intensivo.

Resultados preliminares aferidos dezoito meses após a implementação confirmam a

viabilidade do modelo. Dezesseis órgãos estaduais aderiram, totalizando 1 250 sessões de psicoterapia on-line e 163 teleconsultas psiquiátricas. A primeira estratificação apontou 39,6 % de casos de risco baixo, 43,4 % médio e 15,1 % alto. As dashboards indicam taxa de adesão de 60 %. A Escola de Governo capacitou 1.193 servidores, reforçando a dimensão educativa. Registra-se, ainda, a ausência de suicídios na Polícia Militar em 2024, indício de impacto positivo em populações de alta exposição.

A fundamentação teórica do protocolo apoia-se em duas premissas basilares da suicidologia contemporânea. A primeira sustenta que fatores de proteção — suporte social, senso de pertencimento e acesso rápido a cuidados — modulam o efeito dos estressores ocupacionais. A segunda defende que intervenções breves, ofertadas no momento certo, reduzem drasticamente a progressão do comportamento suicida. O formulário on-line operacionaliza essas premissas ao combinar itens sobre ideação, planejamento, rede de apoio e intenções futuras, gerando pontuação que orienta a decisão clínica. Ao articular tecnologia, governança intersetorial e capacitação contínua, o protocolo inaugura um ecossistema de vigilância ativa que converte dados em ações, consolida cultura organizacional de cuidado, valoriza a vida no ambiente de trabalho público e inspira políticas administrativas orientadas por evidências.

Diante desse panorama, o presente artigo objetiva descrever o processo de concepção, implantação e resultados preliminares do Protocolo de Prevenção ao Risco de Suicídio instituído pela SEPLAG-MT. Busca-se analisar a aderência do modelo às recomendações internacionais e discutir suas repercussões sobre os indicadores de saúde mental dos servidores estaduais, oferecendo subsídios para políticas públicas replicáveis em outras esferas governamentais.

2. Metodologia

O Protocolo de Prevenção ao Risco de Suicídio foi desenhado para estabelecer um fluxo ágil, padronizado e baseado em evidências que possibilite identificar precocemente situações de ideação ou comportamento suicida entre os(as) servidores(as) estaduais, intervir de maneira proporcional ao grau de risco e acompanhar a evolução clínica até a completa vinculação aos serviços de saúde. A metodologia articula recursos humanos especializados, ferramentas digitais e uma rede intersetorial de apoio, garantindo cobertura em todo o território estadual e respeito às especificidades de cada órgão.

A execução do protocolo pode ser motivada por diferentes demandas, tais como: (a) procura espontânea do servidor, (b) encaminhamento institucional por gestor ou equipe de gestão de pessoas, (c) afastamento previdenciário classificado sob os códigos CID F00–F99 ou (d) observação de sinais de alerta por colegas. Em qualquer caso, a equipe psicossocial setorial — composta por psicólogo(a) e assistente social — realiza acolhimento presencial ou virtual, seguindo o Roteiro de Acolhimento (Instrução de Trabalho 001). O acolhimento envolve escuta qualificada, registro de dados sociodemográficos, histórico de saúde mental, fatores estressores atuais e avaliação inicial de suporte familiar. Quando o primeiro contato ocorre com o(a) assistente social e há indícios de sofrimento psíquico, a demanda é imediatamente encaminhada ao(a) psicólogo(a) da equipe.

1. Estratificação do risco

Confirmada a necessidade de acompanhamento psicossocial, o(a) psicólogo(a) conduz entrevista de acolhimento e aplica, se necessário, o Formulário de Estratificação de Risco de Suicídio, hospedado no Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (SIG-SST). Os servidores com indícios de comportamento de risco para o suicídio passarão

por uma triagem com profissionais do Serviço Social ou da Psicologia. Se a triagem for realizada pelo profissional do serviço social, deverá encaminhar o servidor para o profissional da psicologia que realizará o atendimento mediante uma entrevista de acolhimento com um olhar atento ao pedido de ajuda, uma escuta qualificada, o interesse pela história do servidor, a criação de um ambiente de confiança e o estabelecimento de vínculo, buscando compreender o quadro apresentado, analisando cuidadosamente a existência dos fatores de risco e proteção.

A entrevista de acolhimento permitirá ao profissional agendar atendimentos posteriores ou intervir de imediato, pois na hipótese de risco iminente para o suicídio - risco alto, o servidor deverá ser encaminhado e acompanhado à Rede de Atenção à Saúde ou atendimento de urgência, sendo que neste caso, a aplicação do formulário de estratificação de risco, só será possível quando o servidor se encontrar estabilizado e ter retornado ao trabalho.

Não havendo risco iminente, poderá agendar outro atendimento para melhor compreensão dos elementos trazidos pelo servidor(a) e aplicação do formulário. O formulário é uma das ferramentas que poderá auxiliar o profissional da psicologia na identificação dos riscos baixo, médio ou alto, e na verificação de que o servidor é ou não público alvo do Protocolo de Prevenção ao Suicídio, visando às intervenções pertinentes e os encaminhamentos necessários, como uma tentativa de prevenção ao comportamento de risco a que o servidor possa estar exposto.

BAIXO	MÉDIO	ALTO
➤ Pensamentos suicidas ocasionais; ➤ Ausência de planos suicidas; ➤ Ausência de critérios de alta intencionalidade suicida; ➤ Nunca tentou o suicídio; ➤ Ideias de suicídio são passageiras e perturbadoras; ➤ Não planeja se matar; ➤ Transtorno mental, se presente, com sintomas bem controlados; ➤ Boa adesão ao tratamento; ➤ Suporte familiar ou social.	➤ Pensamentos e planos suicidas, mas sem pretensão de concretizar; ➤ Não houve tentativa de suicídio prévia; ➤ Não há convicção de que realmente quer fazer algo a si e sim aliviar seu sofrimento; ➤ Possível presença de transtornos mentais, por exemplo: depressão, transtorno bipolar; ➤ Possível ocorrência de acontecimentos traumáticos; ➤ Ideias persistentes de suicídio vistas como solução; ➤ Não tem um plano de como se matar; ➤ Não é uma pessoa impulsiva; ➤ Não abusa/depende de álcool ou drogas; ➤ Tem suporte social.	➤ Planos ou tentativas de suicídio recente; ➤ Alta intencionalidade suicida (desejo expresso, medidas de preparo – como carta de despedida ou providências); ➤ Histórico de tentativa prévia de suicídio; ➤ Presença de transtornos mentais; ➤ Depressão grave, influência de delírio ou alucinação; ➤ Abuso/dependência de álcool; ➤ Desespero, tormento psíquico intolerável, não vê saída; ➤ Plano definido de se matar; ➤ Tem meios de como fazê-lo; ➤ Já tomou providências para o ato suicida.

		➤ Baixa adesão ao tratamento; ➤ Ausência ou baixo suporte familiar e social.
--	--	---

FONTE: Telepsiquiatria. Estratificação de Riscos, Transição para o Cuidado Presencial e Telessuporte ao Profissional de Referência. <https://telepsi.hcpa.edu.br/capacita%C3%A7%C3%A3o-de-terapeutas/manuais>.

2. Definição de conduta imediata e encaminhamentos

A conduta terapêutica é definida no mesmo encontro em que se obtém o score de risco, evitando atrasos que possam agravar a vulnerabilidade.

- Risco alto — Emergência psiquiátrica. O(a) servidor(a) é encaminhado(a) sob acompanhamento da equipe ou familiar à unidade de saúde de referência, onde receberá avaliação médica e possível internação. A família é acionada para compor rede de contenção; na ausência, o(a) profissional acompanhante permanece até garantir acolhimento seguro.

- Risco médio — Urgência relativa. O(a) servidor(a) recebe orientação para iniciar psicoterapia on-line em até 72 h e consulta psiquiátrica telepresencial em até sete dias, ambas custeadas pelo Estado por meio de vouchers liberados pela Comissão Central.

- Risco baixo — Prevenção primária. O(a) servidor(a) é encaminhado(a) exclusivamente para psicoterapia on-line, iniciando-se em até sete dias.

Todos os encaminhamentos são formalizados em guia eletrônica, garantindo rastreabilidade. O plano inicial de cuidados é documentado no Plano de Acompanhamento do Servidor, que detalha metas terapêuticas, prazos e responsáveis.

3. Teleatendimentos e monitoramento de adesão

Após definição da conduta, a equipe solicita à Comissão Central vouchers de acesso à plataforma de teleatendimento contratada pelo Estado, especificando número de sessões e prazo de validade. O(a) servidor(a) recebe instruções sobre criação de login, políticas de privacidade, confirmação de agenda e regras de cancelamento. A confirmação deve ocorrer até 48 h antes do horário marcado; cancelamentos sem ônus são permitidos até 24 h de antecedência. Não comparecimentos justificáveis são objeto de um único reagendamento; ausência injustificada implica encerramento do teleatendimento, sem prejuízo do acompanhamento presencial pela equipe. A plataforma envia alertas automáticos sobre atrasos, desconexões ou avaliações clínicas de risco elevado, disparando revisão imediata do Plano de Acompanhamento.

4. Seguimento sistemático, plano de segurança

O acompanhamento longitudinal baseia-se na curva de risco e na responsividade ao tratamento. Casos de risco alto exigem contato semanal até estabilização clínica; riscos médio e baixo são revistos mensalmente, intervalo abreviado diante de intercorrências. Em momento de estabilidade, o(a) psicólogo(a) elabora com o(a) servidor(a) um Plano de Segurança, listando sinais pessoais de agravamento, estratégias de coping, contatos de emergência, profissionais de referência e restrição de meios letais.

O profissional da psicologia estabelece um diálogo a partir de um roteiro semiestruturado - ver exemplo abaixo, explicando o objetivo ao servidor(a) e tomando nota das respostas para elencar os elementos centrais que possam motivar o comportamento suicida, nesse sentido, é fundamental comunicar ao servidor(a) que fará anotações que serão revisadas mais tarde junto com ele.

O site do TelePsi contempla um manual de telepsiquiatria no qual consta um exemplo de diálogo entre um psiquiatra e um paciente, de modo que esse material pode auxiliar os

profissionais da psicologia inseridos nas equipes psicossociais dos órgãos e entidades setoriais a explorarem os sinais de alerta entre outros elementos importantes visando a elaboração do Plano de Segurança, conforme o seguinte:

T: Gostaria de saber se podemos falar mais sobre os motivos que levaram ao seu desejo de morrer e também explorar os motivos que você tem para viver. Tudo bem?

P: Acho que podemos fazer isso. Eu posso pensar em muitas razões pelas quais terminar com isso faz sentido. É difícil pensar em razões para continuar vivendo.

T: Compreendo. Você tem lidado com muitas dificuldades. Que tal começarmos com razões para querer morrer agora?

P: Isso é fácil. Não posso trabalhar direito, diminuí metade da minha capacidade de produção, e as contas só aumentam... e isso causou muitos problemas financeiros. Minha esposa não deveria se preocupar com isso; o homem deve sustentar a família e eu não posso, então eu sou obviamente menos homem agora, apenas um inútil.

T: Gostaria de escrever no meu computador algumas dessas coisas para que possamos revisar mais tarde. Pode ser?

P: Claro. (começa a escrever uma lista)

T: Ok. Conversamos sobre os problemas financeiros que você está enfrentando e sei que eles são uma parte importante disso. Você também mencionou que se sente menos homem e que é inútil; isso faz parte dos problemas financeiros ou um motivo separado?

P: Está relacionado, mas é separado. Também não suporto que não sou capaz de fazer coisas que costumava fazer por causa das minhas costas, como ajudar em casa.

T: Ok, vamos adicionar isso à lista também. Que outras razões devemos acrescentar?

P: Bem, a única outra é que eu e minha esposa estamos cada vez mais nos afastando por todas essas brigas que estamos tendo.

T: Tudo isso soa como razões importantes que estão contribuindo para esses pensamentos que você tem sobre a morte. Existem outras?

P: Não. Nada mais que venha à cabeça nesse momento.

T: OK. Se você pensar em outras situações, poderemos adicioná-las à lista posteriormente. Estou interessado em saber como esses motivos se classificam para você; em que ordem eles entrariam se tivéssemos que listá-los em ordem de importância?

P: O primeiro definitivamente é o de me sentir inútil, não me sentir mais homem. O segundo seria todo o conflito com minha esposa, e o terceiro, provavelmente os problemas financeiros. O último é o de não ser mais capaz de fazer as coisas como eu costumava fazer.

FONTE: Telepsiquiatria. Estratificação de Riscos, Transição para o Cuidado Presencial e Telessuporte ao Profissional de Referência. <https://telepsi.hcpa.edu.br/capacita%C3%A7%C3%A3o-de-terapeutas/manuais>.

Durante o processo de acompanhamento psicossocial, o Plano de Segurança é criado em parceria com o(a) servidor(a) para consolidar ações concretas de proteção em momentos de crise. A primeira etapa consiste em reconhecer sinais de alerta pessoais que costumam anteceder a ideação suicida: pensamentos ou sentimentos de inutilidade, conflitos conjugais, preocupações financeiras intensas e a sensação de impotência frente às dores crônicas nas costas. Identificar esses gatilhos permite que o servidor desenvolva maior autoconsciência e acione o plano antes que o risco se torne iminente.

O plano contempla, ainda, pessoas e ambientes capazes de ampliar o bem-estar por meio de interação social. O servidor é incentivado a ligar para familiares ou pessoas estimadas, participar de atividades comunitárias ou grupais, assistir a filmes ou séries com

o(a) parceiro(a) e fazer passeios com familiares ou grupos em que se sinta acolhido. Paralelamente, define-se uma lista objetiva de contatos de emergência para momentos de crise, incluindo cônjuge, filhos, irmãos, pais e amigos, com seus respectivos telefones. Profissionais e serviços especializados também são registrados como recursos de acesso rápido. Entre eles destacam-se o Centro de Valorização da Vida (CVV – telefone 188), o psiquiatra de referência, a psicóloga, colegas próximos de trabalho e o serviço de emergência hospitalar local, todos citados com número telefônico. Essa rede assegura apoio clínico e comunitário imediato, reduzindo o tempo de resposta em situações críticas.

Para estabelecer um ambiente seguro, o servidor assume compromissos específicos: deixar a medicação sob os cuidados do(a) parceiro(a), evitar a compra ou o consumo de bebidas alcoólicas, sobretudo quando estiver em uso de psicofármacos, e manter-se afastado de objetos que possam representar risco à própria vida. Caso o Plano de Segurança já tenha sido elaborado pelo serviço de psicoterapia on-line, telemedicina ou outro dispositivo de atenção à saúde, ele não precisa ser reproduzido durante o acompanhamento psicossocial periódico; caso contrário, o(a) psicólogo(a) deve construí-lo com o servidor a partir do segundo atendimento.

5. Gestão de crises no local de trabalho

Se ocorrer tentativa de suicídio nas dependências do órgão, o fluxo prevê acionamento imediato do SAMU 192, visando os primeiros socorros e comunicação aos familiares. A equipe psicossocial documenta a ocorrência no SIG-SST e oferece suporte aos colegas de trabalho que testemunharam o fato. Em caso de suicídio consumado, além dos procedimentos legais, desencadeia-se um ciclo estruturado de posvenção, com reuniões de apoio, encaminhamentos para psicoterapia e monitoramento para prevenção de luto patológico.

6. Atribuições dos profissionais

O serviço social complementa a abordagem psicológica com avaliação das condições socioeconômicas e orientações sobre direitos previdenciários, licenças e tratamentos fora de domicílio. Mantém banco de dados atualizado das unidades RAPS e organizações da sociedade civil, agilizando encaminhamentos. Participa de rodas de conversas, das ações de psicoeducação, produz conteúdo informativo e, quando necessário, acompanha o(a) servidor(a) em deslocamentos ou internações, garantindo que vulnerabilidades sociais não inviabilizem o cuidado.

Já os psicólogo(a) oferecem escuta qualificada, conduz entrevistas de acolhimento e intervêm com estratégias fundamentadas nas abordagens psicológicas conforme a linha teórica profissional com ênfase em gerenciamento de crise. Propicia a inclusão da família na rede de apoio, respeitando limites éticos de confidencialidade. Diante de risco iminente, pode quebrar sigilo conforme o Código de Ética, comunicando gestores e familiares para preservar a vida. Promove ações coletivas de psicoeducação e de posvenção em casos de luto por suicídio.

Os Gestores imediatos serão capacitados a reconhecer sinais de alerta, comunicar-se de forma empática e formalizar encaminhamentos via guia institucional. Devem viabilizar ajustes de jornada, redistribuição de tarefas ou licenças, conforme recomendações clínicas, e cultivar ambiente de apoio mútuo. Quando não houver equipe psicossocial, a gestão de pessoas busca orientação da Comissão Central, dissemina material educativo e articula alternativas externas de atendimento.

Todas as etapas são documentadas em prontuário eletrônico, via Sig-SST, permitindo extração de métricas como tempo de resposta, adesão, reincidência de crises e sinistralidade trabalhista associada ao suicídio. Dados anonimizados são avaliados trimestralmente em

reuniões de governança, gerando ajustes de processo. Pesquisas de satisfação e fóruns de feedback alimentam ciclos de melhoria, favorecendo adaptação cultural e sustentabilidade do protocolo.

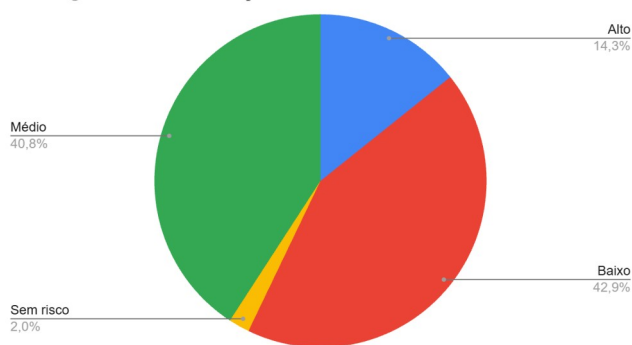
Ao combinar triagem estruturada, resposta escalonada, teleatendimento, suporte social e monitoramento de indicadores, esta metodologia oferece abordagem abrangente e custo-efetiva para prevenir o suicídio no serviço público estadual. Ela reforça a cultura de cuidado mútuo, reduz o estigma associado às doenças mentais e alinha-se às melhores práticas nacionais e internacionais de saúde do trabalhador.

3. Resultados e Discussão

Desde o lançamento do piloto em janeiro de 2023, o Protocolo de Prevenção ao Risco de Suicídio – concebido pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado de Mato Grosso – tem se mostrado consistente na aplicação da metodologia originalmente desenhada e, ao mesmo tempo, revelador de oportunidades de ampliação e refinamento. O desenho metodológico, em três fases, previu: elaboração participativa do documento normativo por uma Comissão Central multidisciplinar; capacitação presencial e virtual das equipes psicossociais setoriais para execução padronizada dos fluxos de acolhimento, estratificação e encaminhamento; e implementação de um sistema de monitoramento permanente, ancorado em dashboards que coletam dados em tempo real das plataformas de telemedicina e psicoterapia on-line. Esse arcabouço possibilitou, em apenas dezoito meses, a consolidação de uma rede de cuidado, por meio das equipes psicossociais, que abrange hoje dezesseis órgãos da administração direta e indireta, alcançando um universo aproximado de 72 000 servidores públicos distribuídos pela capital e por polos regionais.

Quanto aos resultados quantitativos, o protocolo registrou, entre março de 2023 e dezembro de 2024, 1250 sessões de psicoterapia on-line e 163 teleconsultas psiquiátricas financiadas pelo erário, todas disparadas após triagem eletrônica de risco. Foram 50 análises dos formulários de estratificação – construídos à luz das diretrizes da Organização Mundial da Saúde e integrados ao Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (SIG-SST) – revelou a seguinte distribuição: 14,3 % dos casos classificados como risco alto, 40,8 % como risco médio e 42,9 % como risco baixo.

Contagem de Classificação



FONTE: Estratificação de Riscos do Protocolo de Prevenção de Risco de Suicídio

Esses percentuais confirmam a aderência ao modelo, que espera naturalmente maior concentração de usuários em faixas de risco baixo ou moderado e menor contingente crítico, mas igualmente sinalizam a efetividade do instrumento em discriminar níveis de gravidade que exigem condutas distintas. A resposta assistencial foi imediata: todos os servidores com risco baixo ou médio receberam psicoterapia on-line em até sete dias e, quando indicado, consulta psiquiátrica via teleatendimento em até quarenta e oito horas; já aqueles classificados em risco alto foram acompanhados por profissional do atendimento psicossocial, garantindo segurança clínica compatível com recomendações internacionais. O plano de

acompanhamento proposto pelo protocolo demonstrou ainda taxa de adesão às sessões de psicoterapia, superando o patamar de referência descritos na literatura para programas virtuais de saúde mental em contextos ocupacionais, porém deixando claro que há espaço para intervenções de engajamento mais robustas – por exemplo, lembretes automatizados via aplicativo, gamificação de metas terapêuticas ou inclusão de grupos de apoio on-line mediados por pares.

No eixo de psicoeducação, um componente estratégico da metodologia, a Escola de Governo do Estado treinou 1193 servidores em dois ciclos do curso “Saúde Mental na Administração Pública”, reforçando competências para reconhecimento de sinais de alerta e formação de redes de apoio social nos locais de trabalho. A articulação entre educação permanente e intervenção clínica produziu efeitos concretos: na Polícia Militar, órgão tradicionalmente exposto a estressores intensos, contabilizaram-se doze suicídios entre 2018 e 2023; após adoção integral do protocolo em janeiro de 2024, não se registrou nenhum caso em todo o ano de 2024, marco inédito na série histórica da corporação. Essa redução a zero não pode ser atribuída exclusivamente a uma causa, mas evidencia o impacto sinérgico da triagem precoce, do atendimento on-line oportuno, da requalificação de gestores e do fortalecimento de laços de apoio entre colegas. Além disso, os relatórios semestrais do SIG-SST mostram queda nas licenças médicas motivadas por transtornos mentais (CID F), sugerindo que intervenções mais precoces têm limitado a cronificação do sofrimento psíquico e, por consequência, a incidência de afastamentos prolongados.

Apesar de tais êxitos, o ciclo de monitoramento contínuo – terceira fase da metodologia – apontou pontos críticos a serem endereçados para expansão em escala. O primeiro diz respeito à cobertura geográfica: boa parte dos órgãos estaduais, sobretudo autarquias com sedes no interior, ainda não contam com equipes psicossociais próprias; neles, o fluxo opera de forma parcial, mediado por gestão de pessoas, o que pode retardar a avaliação de risco em servidores que trabalham longe da capital. A recomendação é intensificar a política de tele acolhimento nos municípios, combinando salas virtuais de primeira escuta, dispositivos móveis de videoconferência como totens e parcerias para instalação de salas de atendimento como já ocorrem na unidade do Ganha Tempo de Rondonópolis/MT. O segundo ponto envolve governança de dados: hoje, os painéis fornecem métricas de processo (número de atendimentos, tempo até o primeiro contato, adesão), mas a frente entregarão análises preditivas de risco. A proposta é integrar algoritmos de machine learning ao SIG-SST para identificar padrões de reincidência ou de agravamento clínico e emitir alertas automáticos às equipes psicossociais, possibilitando intervenções preventivas antes de uma nova crise.

No campo da formação, recomenda-se ampliar o currículo para temas como comunicação escuta empática, primeiros socorros em saúde mental (Mental Health First Aid) e gerenciamento de crises coletivas, consolidando o papel do gestor como elo estratégico entre a triagem clínica e a rede de apoio social. Paralelamente, a Comissão Central vislumbra a criação de um observatório estadual de saúde mental do servidor, que reunirá boletins epidemiológicos, estudos de caso e relatórios de impacto, fomentando pesquisa aplicada e subsidiando políticas públicas alinhadas com a Lei 13 819/2019 (Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio).

Em síntese, a experiência mato-grossense evidencia que protocolos baseados em estratificação eletrônica, teleatendimento e governança de dados têm potencial para reduzir indicadores de suicídio e afastamentos por transtornos mentais, ao mesmo tempo em que fortalecem a cultura de cuidado dentro do serviço público. Os resultados atuais – redução a zero de suicídios em corporação de alta criticidade, taxa de adesão terapêutica superior a benchmarks internacionais e economia indireta de recursos – atestam a relevância do modelo. Entretanto, a expansão territorial, o aprimoramento da adesão e a incorporação de ferramentas analíticas avançadas constituem a próxima fronteira para consolidar um

protocolo escalável, replicável e sustentável, capaz de orientar outras unidades federativas interessadas em proteger a vida e o bem-estar de seus trabalhadores.

4. Considerações Finais

O presente estudo avaliou a implantação do Protocolo de Prevenção ao Risco de Suicídio, concebido pela Secretaria de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, cujo objetivo central foi padronizar a identificação, a intervenção e o acompanhamento de servidores públicos em situação de risco suicida, integrando triagem eletrônica, telemedicina, psicoterapia on-line e capacitação em larga escala. Em dezoito meses, o fluxo foi adotado por dezesseis órgãos, beneficiando cerca de 72 000 trabalhadores e gerando 1 250 sessões de psicoterapia on-line e 163 teleconsultas psiquiátricas financiadas pelo erário. A estratificação eletrônica de 50 formulários indicou 14,3 % de casos de risco alto, 40,8 % médio e 42,9 % baixo, confirmando a hipótese de que a maioria das demandas se concentra em níveis de gravidade manejáveis em serviços remotos e que apenas uma minoria exige intervenções presenciais de emergência. Todas as pessoas triadas receberam plano terapêutico proporcional; usuários de risco baixo ou médio iniciaram psicoterapia em até sete dias, enquanto casos de risco alto foram acompanhados pela equipe até unidade de saúde de referência, assegurando adesão às diretrizes internacionais de cuidado imediato. O índice de continuidade às sessões foi de 60 %, superando benchmarks de programas ocupacionais semelhantes, mas evidenciando margem para estratégias adicionais de engajamento. No eixo educativo, a Escola de Governo formou 1 193 servidores em saúde mental no trabalho, fortalecendo redes de apoio e contribuindo para a queda a zero de suicídios na Polícia Militar em 2024, após período de cinco anos com média de dois óbitos anuais. Esses achados respondem ao problema de pesquisa—“um protocolo estadual articulado, digital e escalável é capaz de reduzir indicadores críticos de risco suicida entre servidores?”—com evidências positivas: houve redução de óbitos em corporação de alta exposição, maior celeridade no acesso a cuidado especializado e utilização racional de recursos ao priorizar teleassistência para riscos não emergenciais. As conclusões indicam que a combinação de triagem estruturada, resposta escalonada, teleatendimento e governança de dados constitui estratégia custo-efetiva para prevenir o suicídio no serviço público, reforçando cultura de cuidado e diminuindo afastamentos por transtornos mentais.

As implicações práticas incluem a necessidade de ampliar a cobertura do protocolo a órgãos que ainda não dispõem de equipe psicossocial própria, sobretudo nas regiões do interior, adotando teleacolhimento inicial e totens de videoconferência em polos administrativos; de aprimorar a adesão terapêutica com lembretes automatizados, gamificação de metas e grupos on-line de apoio entre pares; e de evoluir a governança analítica, integrando algoritmos preditivos no SIG-SST para detecção precoce de padrões de reincidência. Recomenda-se, ainda, expandir o currículo de formação para gestores a conteúdos como escuta empática, primeiros socorros em saúde mental e gerenciamento de crises coletivas, consolidando o papel da liderança como elo entre a triagem clínica e a rede de suporte social. No plano científico, futuros estudos devem empregar delineamentos quase-experimentais com grupo controle em unidades ainda não contempladas, de modo a isolar o efeito do protocolo de fatores externos, e incorporar análises de custo-benefício detalhadas que contabilizem dias de trabalho preservados e redução de internações psiquiátricas.

Entre as limitações, registram-se a cobertura parcial do universo de servidores—16 de mais de 50 órgãos estaduais—, a dependência de autorrelato na estratificação eletrônica, que pode subestimar ideação suicida por estigma ou medo de repercussões funcionais, e o registro de adesão apenas às primeiras sessões, sem monitorar altas terapêuticas ou recaídas após seis meses. Além disso, a ausência de dados qualitativos sobre satisfação dos

usuários limita a compreensão do impacto subjetivo das intervenções e das barreiras à continuidade. Tais restrições sugerem cautela ao generalizar os resultados e apontam caminhos para inquéritos mistos que combinem métricas quantitativas e entrevistas em profundidade. Conclui-se, portanto, que o modelo mato-grossense oferece prova de conceito robusta para políticas de prevenção ao suicídio no setor público, mas que sua plena consolidação exigirá expansão territorial, fortalecimento de engajamento terapêutico e desenvolvimento de inteligência preditiva, configurando agenda fértil para pesquisas futuras e para a replicação em outras esferas governamentais.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Lei Complementar nº 502, de 07 de agosto de 2013. Institui a política de saúde e segurança no trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Decreto nº 1.919, de 29 de agosto de 2013. Institui a Política de Saúde e Segurança no Trabalho para os servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Decreto nº 1.920, de 29 de agosto de 2013. Cria o Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho para os servidores da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Decreto nº 393, de 15 de janeiro de 2016. Regulamenta aspectos da gestão de pessoas no âmbito da administração pública estadual. Cuiabá, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (MATO GROSSO). Instrução Normativa nº 04, de 28 de abril de 2025. Estabelece os procedimentos obrigatórios para a elaboração, implementação e monitoramento do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR e do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT no âmbito do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Cuiabá, 2025.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PLANTAS MEDICINAIS NO PROGRAMA KI_DA_HORT@ DA CIDADE DE PASSO FUNDO/RS

João Pedro Carvalho
Caroline Maria Ghiggi
Claudia Petry

Área temática: Políticas públicas e práticas integrativas e complementares.

As plantas medicinais estão presentes em todas as civilizações e faixas etárias, mas de formas distintas. Compreender como as crianças em idade escolar se relacionam com as plantas medicinais é fundamental para o estímulo da cultura do uso etnobotânico de plantas medicinais. Este estudo tem como objetivo analisar e valorizar as iniciativas pedagógicas envolvendo plantas medicinais desenvolvidas por escolas e professores junto a crianças e jovens, além de incentivar a ampliação de tais práticas educativas e fomentar a sistematização e o apoio institucional a essas ações. O relato de experiência apresenta brevemente o programa *Ki_da_Hort@*, uma iniciativa de implementação de hortas escolares como laboratórios biológicos de aprendizagem nas escolas municipais de Passo Fundo/RS. No eixo temático dedicado às plantas medicinais, verifica-se uma produção significativa de projetos pedagógicos que integram os estudantes em atividades práticas de horticultura, destacando-se a criação de Hortos Medicinais baseados no modelo do Relógio do Corpo Humano Medicinal. Este horto temático se fundamenta na tradição da medicina chinesa, pautando-se no princípio de que determinadas espécies vegetais apresentam propriedades bioativas associadas a órgãos específicos do corpo humano. Nesse contexto, três unidades escolares emergiram como casos exemplares, adaptando a proposta às suas realidades estruturais: a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Etelvina Rocha Duro utilizou pneus reciclados como suporte para os canteiros, promovendo sustentabilidade e reaproveitamento de materiais; a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Toquinho de Gente optou por estruturas em madeira, priorizando a durabilidade e a organização espacial e a EMEI Santa Isabel desenvolveu o horto em vasos individuais, mantendo a disposição circular do relógio medicinal, o que permitiu maior flexibilidade no manejo das espécies. Essas adaptações evidenciam a pluralidade de abordagens no âmbito do programa, reforçando a importância da contextualização local na execução de projetos educativos interdisciplinares. De modo geral, as instituições de ensino cultivam em seus espaços espécies aromáticas e medicinais de uso comum, como *Ocimum basilicum* (manjeriço), *Rosmarinus officinalis* (alecrim), *Mentha spicata* (hortelã), *Plectranthus barbatus* (boldo), *Cymbopogon winterianus* (citronela), *Aloysia citrodora* (cidrô), *Mentha pulegium* (poejo) e *Origanum majorana* (manjerona), as quais integram o cotidiano da comunidade escolar, incluindo discentes, docentes e funcionários. Contudo, embora sua popularidade seja reconhecida, observa-se que outras variedades medicinais, com igual ou maior potencial terapêutico e educativo, permanecem marginalizadas nesses ambientes. A abordagem desse tema no ambiente escolar, especialmente no ensino infantil, é fundamental para a promoção da conscientização ambiental e a preservação de saberes tradicionais, pois, ao integrar

conhecimentos empíricos transmitidos no âmbito familiar com os fundamentos científicos relacionados às propriedades das plantas medicinais, os alunos desenvolvem uma compreensão mais ampla e crítica. Essa articulação entre conhecimento popular e acadêmico não apenas enriquece o processo de aprendizagem, mas também contribui para a formação de uma consciência ecológica e para a valorização da biodiversidade. Por isso, espaços institucionalizados de alfabetização ecológica como são os espaços do Programa Ki_da_Hort@ são fundamentais para a continuidade dessa articulação entre os diversos saberes e atores.

Palavras-chave: Plantas medicinais; Ensino público; Alfabetização ecológica;



EMEF ETELVINA ROCHA DURO

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a disponibilidade das escolas e professores para a investigação e principalmente ao Mestre Professor Juliano Cavalcanti por seu incentivo na condução de meu estágio.

ANÁLISE MULTIPROFISSIONAL DE RISCOS DE DESABASTECIMENTO ASSISTENCIAL

Cíntia Cristiane Ferreira de Oliveira
Kátia Bottega Moraes

Resumo

A gestão da cadeia de suprimentos em instituições de saúde é essencial para garantir a continuidade assistencial, a segurança do paciente e a eficiência operacional. O desabastecimento de insumos configura-se como um risco relevante, com potencial impacto direto nos desfechos clínicos. Este estudo tem como objetivo descrever a implementação de um grupo multiprofissional voltado à análise e mitigação de riscos de desabastecimento assistencial. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em uma instituição hospitalar, no sul do Brasil, motivado pela crise logística decorrente das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. Como resultado, foi instituído um grupo consultivo permanente, responsável por avaliar riscos e propor alternativas em até 48 horas. Observou-se melhora na comunicação intersetorial, maior agilidade na tomada de decisão e fortalecimento da segurança assistencial. Conclui-se que a atuação integrada entre áreas assistenciais e administrativas é fundamental para a resiliência organizacional.

Descritores: Gestão de recursos em saúde; Cadeia de suprimentos; Segurança do paciente; Comunicação em saúde.

Introdução

A gestão eficiente da cadeia de suprimentos em saúde constitui um elemento central para a garantia da qualidade assistencial e da segurança do paciente. A indisponibilidade de materiais, medicamentos ou equipamentos pode comprometer procedimentos críticos e impactar diretamente os desfechos clínicos (1, 5).

O desabastecimento assistencial é um fenômeno complexo, resultante da interação de fatores internos — como falhas no planejamento e na gestão de estoques — e externos, incluindo crises sanitárias, instabilidades logísticas e eventos climáticos extremos (2). Nos últimos anos, a intensificação de desastres ambientais têm evidenciado a vulnerabilidade das cadeias de suprimentos hospitalares, exigindo maior capacidade de adaptação e resposta das organizações de saúde.

A enchente ocorrida no estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, exemplifica esse cenário, ao comprometer rotas logísticas e impactar o abastecimento hospitalar. Diante desse contexto, torna-se imprescindível a adoção de estratégias

organizacionais integradas, baseadas na colaboração multiprofissional e na gestão proativa de riscos.

Objetivo

Descrever a implementação de um grupo consultivo multiprofissional para análise e mitigação de riscos de desabastecimento assistencial em uma instituição hospitalar.

Método

Trata-se de um relato de experiência sobre a criação de um Grupo de Desabastecimento Assistencial em uma instituição hospitalar pública e universitária no sul do Brasil.

Foram identificadas áreas estratégicas envolvidas na gestão de insumos e na assistência ao paciente, sendo selecionados representantes dos seguintes setores: Suprimentos, Comissão de Normas e Rotinas, Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Farmácia e Enfermagem.

A composição multiprofissional do grupo visa garantir uma abordagem integrada e qualificada, alinhada às recomendações internacionais que destacam a importância da interdisciplinaridade na governança em saúde (3).

Resultados

O Grupo de Desabastecimento Assistencial foi instituído em resposta à crise de abastecimento decorrente das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, consolidando-se posteriormente como estratégia permanente na instituição.

O processo inicia-se com o monitoramento contínuo dos estoques, realizado pela equipe responsável, que identifica itens com risco de desabastecimento. Após essa identificação, o grupo é acionado e dispõe de até 48 horas para:

- Avaliar o impacto assistencial do item em risco;
- Identificar alternativas seguras e disponíveis;
- Definir ajustes em técnicas e procedimentos;
- Elaborar e divulgar orientações aos profissionais assistenciais.

As decisões são comunicadas por meio de e-mail e boletim institucionais, assegurando padronização e ampla disseminação das informações.

Destaca-se a atuação da Enfermagem, cuja participação é essencial. O papel da enfermeira é crucial para: a) avaliar o real impacto assistencial do

desabastecimento, sob a ótica do cuidado ao paciente; e b) definir e divulgar, de forma clara e objetiva, os ajustes necessários em técnicas e/ou procedimentos aos

profissionais da linha de frente, garantindo a continuidade e a segurança da assistência. Além disso, a inclusão de enfermeiras, com seu profundo conhecimento da prática clínica e do impacto direto dos insumos na assistência, é determinante para garantir respostas qualificadas e ágeis, integrando a perspectiva da linha de frente à decisão estratégica.

Discussão

A adoção de estratégias multiprofissionais para gerenciamento do desabastecimento está alinhada aos modelos contemporâneos de gestão de risco, que enfatizam a antecipação de eventos adversos e o fortalecimento da resiliência organizacional.

Cadeias de suprimentos resilientes são caracterizadas pela capacidade de resistir, adaptar-se e recuperar-se rapidamente de interrupções, mantendo a continuidade das operações (2). Nesse contexto, a integração entre áreas assistenciais e administrativas torna-se um fator determinante para o sucesso das intervenções.

Além disso, a comunicação efetiva entre equipes é reconhecida como um dos principais elementos para a prevenção de eventos adversos, contribuindo significativamente para a segurança do paciente (4). A criação do Grupo de Desabastecimento Assistencial mostrou-se efetiva ao transpor a barreira de comunicação entre suprimentos e assistência, tornando-se uma ferramenta eficaz e confiável de análise e divulgação.

Considerações Finais

O gerenciamento da cadeia de suprimentos hospitalar exige uma abordagem sistêmica, integrada e proativa. A implementação do Grupo de Desabastecimento Assistencial demonstrou ser uma estratégia eficaz para a mitigação de riscos, promovendo maior agilidade na tomada de decisão e fortalecendo a comunicação intersetorial.

A inclusão da Enfermagem no processo decisório amplia a qualidade das análises e garante maior aderência das estratégias à prática clínica, contribuindo diretamente para a segurança do paciente.

Contribuições para a prática

A criação de grupos multiprofissionais voltados à gestão de desabastecimento representa uma inovação organizacional relevante, ao promover a integração entre gestão e assistência.

Esse modelo reforça o papel estratégico dos profissionais de saúde, especialmente da Enfermagem, na mitigação de riscos e na manutenção da qualidade assistencial, contribuindo para a construção de sistemas de saúde mais resilientes e seguros.

Referências (Vancouver)

1. World Health Organization. Managing epidemics: key facts about major deadly diseases. Geneva: WHO; 2020.
2. Ivanov D. Predicting the impacts of epidemic outbreaks on global supply chains. *Int J Prod Econ.* 2020;227:107671.
3. World Health Organization. Framework on integrated people-centred health services. Geneva: WHO; 2017.
4. The Joint Commission. Sentinel event data summary 2021. Oakbrook Terrace: The Joint Commission; 2021.
5. Calandrine A, et al. Boas práticas na gestão da cadeia de suprimentos: experiência de um hospital de referência. *Braz J Implantol Health Sci.* 2023;5(5):858-868.

IMPACTO TRANSFORMADOR DO CLUBE
DE CIÊNCIAS STEM NA EDUCAÇÃO
CIENTÍFICA DOS ALUNOS

CHAMIS NÉDIA ABDUL KHALEK
José Vicente Lima Robaina
Gilson Valério Vicente

Resumo: Este artigo apresenta o relato de experiência do Clube de Ciências na modalidade STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) implementado na EEEM Santa Rosa, em Porto Alegre/RS. A iniciativa buscou integrar disciplinas de forma interdisciplinar, utilizando o território educativo como recurso pedagógico. Um marco significativo foi a participação de estudantes no Encontro de Clubes de Ciências no Rio de Janeiro (2024), apresentando um projeto de monitoramento de umidade com Arduino e impressão 3D. Os resultados apontam para uma melhora expressiva no engajamento e rendimento escolar. Contudo, reflete-se sobre a descontinuidade do projeto, que, apesar do impacto positivo, não foi incorporado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, resultando em seu encerramento após a saída da proponente.

Palavras-chave: Aprendizagem Prática, Clube de Ciências STEM, Interdisciplinaridade.

Introdução

A EEEM Santa Rosa, localizada na periferia de Porto Alegre/RS, destacou-se, no período de vigência desta iniciativa, pela implementação de práticas pedagógicas inovadoras, especificamente com a criação do Clube de Ciências na modalidade STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics). Naquela ocasião, as atividades foram planejadas para ocorrer em tempo integral, o que garantiu a adesão dos alunos ao processo de aprendizagem e permitiu a utilização do território educativo da comunidade local como recurso pedagógico central. Para tanto, o Clube promoveu a integração curricular ao conectar disciplinas de forma interdisciplinar. Este relato apresenta a viabilidade e o impacto daquela iniciativa, alinhando-se ao eixo temático "Currículos, Saberes e Práticas Pedagógicas na Educação Integral".

No mês de agosto de 2024, três alunas do Clube de Ciências STEM foram conduzidas ao Encontro dos Clubes de Ciências no Rio de Janeiro, realizado em colaboração com o ECV e a Seção de Assistência ao Ensino (SAE). A experiência, com duração de quatro dias, envolveu a apresentação de um projeto inovador de monitoramento de umidade das plantas, que utilizava Emojis impressos em 3D e configurada via plataforma Arduino. O principal objetivo daquela participação foi proporcionar às alunas uma experiência transformadora, ampliando seus horizontes por meio da interação com outros estudantes e da exposição a novas culturas e conhecimentos. Além disso, buscou-se incentivar o interesse contínuo pelas ciências, promovendo o multiculturalismo e o pertencimento identitário.

Durante o evento, as alunas apresentaram o projeto com sucesso, despertando grande interesse entre os participantes. Para além das sessões técnicas, as estudantes tiveram a oportunidade de visitar museus e locais históricos, o que enriqueceu a vivência pedagógica. As alunas relataram que a viagem representou um marco em suas vidas; para jovens que nunca haviam viajado de avião, conhecer o Rio de Janeiro e interagir com realidades distintas foi extremamente enriquecedor. Naquele contexto, destacaram a importância da troca de experiências e como isso as motivou a se dedicarem aos estudos e às atividades do grupo.

Como professora e coordenadora do Clube de Ciências STEM, observar o entusiasmo e o "brilho nos olhos" das estudantes ao apresentarem o projeto foi uma fonte de inspiração. Os desafios enfrentados desde a preparação técnica até a adaptação a um novo ambiente foram superados, demonstrando a resiliência e o potencial intelectual das alunas. A diversidade cultural do evento foi valorizada, reforçando o respeito às diferenças e o fortalecimento identitário na educação integral.

Embora a experiência tenha evidenciado a relevância de projetos que exploram a cultura local e global, é importante registrar que, atualmente, o Clube de Ciências STEM da EEEM Santa Rosa não está mais em atividade. Por não ter sido formalmente integrado ao currículo escolar nem ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição na época, a iniciativa desfez-se após o encerramento deste ciclo de mestrado. Contudo, o impacto social e acadêmico gerado permanece como prova do valor do multiculturalismo e do incentivo à ciência, viabilizado, naquele momento, pelo financiamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Este evento, promovido como uma ação estratégica do Clube de Ciências na modalidade STEM da EEEM Santa Rosa, gerou um impacto social positivo e imediato, transformando a trajetória escolar de estudantes que, anteriormente, apresentavam baixo envolvimento. A participação nas Olimpíadas resultou, inclusive, numa entrevista para a RBS TV (afiliada da Rede Globo no RS), transmitida no Jornal do Almoço e posteriormente disponibilizada em plataformas digitais como o Globoplay. Este reconhecimento público funcionou como um potente elemento de motivação intrínseca, consolidando o sentimento de pertença e incentivando-os a assumirem o papel de monitores no ano letivo seguinte, auxiliando novos clubistas em atividades laboratoriais e de engenharia.

Outra experiência seminal para o grupo ocorreu em 2024, com a viagem ao Rio de Janeiro. Três alunas clubistas¹ da EEEM Santa Rosa participaram do Encontro de Clubes de

1

Ciências, uma colaboração entre o Espaço Ciência Viva (ECV) e a Seção de Assistência ao Ensino (SAE) do Museu Nacional/UFRJ. Na ocasião, apresentaram o projeto de monitoramento de humidade de solo, desenvolvido com tecnologia Arduino e indicadores visuais (Emojis) produzidos em impressora 3D.

Para estas jovens, oriundas de um contexto socioeconómico vulnerável, a viagem representou uma quebra de paradigmas: o primeiro voo de avião e o contato com o ambiente académico e cultural do Rio de Janeiro expandiram as suas perspectivas de futuro. Esta vivência reforçou o conceito de "sabedoria digital" de Prensky (2001), onde o uso da tecnologia serve como ponte para a inclusão e para a cidadania ativa.

A organização do Clube foi estruturada de forma a garantir a representatividade e a autonomia dos estudantes. O corpo administrativo incluía coordenadores, professores de diversas áreas e voluntários da comunidade escolar. Os clubistas, alunos do Ensino Fundamental e Médio, desempenhavam funções de liderança, tesouraria e secretariado, exercitando competências socioemocionais fundamentais para a educação integral. A escolha do logotipo e da mascote do Clube, por exemplo, deu-se através de um processo democrático envolvendo toda a comunidade escolar durante uma Feira de Ciências, integrando as famílias ao ecossistema de aprendizagem.

Contudo, apesar do sucesso pedagógico e dos resultados científicos alcançados, a sustentabilidade de longo prazo do Clube de Ciências STEM enfrentou obstáculos institucionais. Historicamente, o Rio Grande do Sul possui uma tradição em clubes de ciências, com registos que remontam à década de 1990 (MANCUSO, 1996). Todavia, a modalidade STEM introduzida na EEEM Santa Rosa foi pioneira na rede pública de Porto Alegre, exigindo uma integração curricular que, por fim, não se concretizou de forma permanente.

Como a proposta não foi formalmente incorporada ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola nem à sua organização curricular oficial, a iniciativa acabou por se dispersar após a saída da docente coordenadora para a conclusão do seu ciclo de investigação.

Este cenário corrobora as discussões de Tardif (2002) sobre o saber docente e a necessidade de infraestruturas que suportem a inovação pedagógica para além do voluntarismo individual. A descontinuidade do clube, embora lamentável, serve como um dado analítico sobre a importância de políticas públicas que assegurem que espaços de

educação não formal se tornem direitos curriculares adquiridos, e não apenas projetos temporários.

Figura 1: Evento MOBFOG/OBA 2023



Fonte:

Arquivo pessoal dos autores

Este evento, ofertado como ação proposta pelo Clube de Ciências Modalidade STEM da EEEM Santa Rosa, teve um impacto social positivo, transformando esses alunos em ótimos alunos da escola no ano seguinte. Esses alunos tiveram a oportunidade de aparecer na televisão, em uma entrevista que foi transmitida no jornal do almoço da RBS TV4² e está disponível no Globo Play e no site da educação RS, apresentando a ação e participação do clube de ciências STEM da EEEM Santa Rosa.

Este evento os deixou tão emocionados que os motivou a se tornarem alunos participativos da escola. Durante todo o ensino médio, esses mesmos alunos, agora estão

entre os mais dedicados alunos que participam do clube de ciências, atuando como monitores, auxiliando outros alunos a participarem das ações do clube.

Figura 2: Evento SESI MOBFOG Globo Play 2023



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

A repercussão midiática e o reconhecimento público, simbolizados pela entrevista concedida à RBS TV, atuaram como um potente reforço na autoestima dos estudantes. Para jovens oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, ver suas produções científicas em plataformas como o Globoplay e no portal oficial da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) conferiu um novo significado à trajetória escolar.

Esse engajamento não foi passageiro; durante o restante do Ensino Médio, esses alunos tornaram-se monitores do Clube de Ciências STEM, atuando como mediadores no processo de ensino-aprendizagem e auxiliando seus pares em novas experimentações.

Outro marco fundamental na história do Clube foi a participação no Encontro Nacional de Clubes de Ciências no Rio de Janeiro, em 2024.

Figura 3: Evento Encontro dos Clubes de Ciência RJ/2024



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Três alunas representaram a EEEM Santa Rosa apresentando um sistema de monitoramento de umidade de solo, que integrou botânica, eletrônica e design. O projeto utilizou sensores conectados à plataforma Arduino, cujos dados eram traduzidos em "Emojis" impressos em 3D uma estratégia de gamificação e ludicidade para facilitar a compreensão da saúde vegetal.

Para essas estudantes, a experiência extrapolou o âmbito acadêmico. A hospedagem e o contato com o patrimônio histórico e científico do Rio de Janeiro proporcionaram uma ampliação cultural que se alinha ao conceito de "Educação Integral", que compreende o sujeito em suas dimensões física, intelectual, afetiva e social. Essa vivência reforçou a

importância do multiculturalismo e do pertencimento, conforme discutido por Gadotti (2004), ao permitir que estudantes de periferia ocupassem espaços de produção de saber nacional.

Fundamentação teórica

A implementação do Clube de Ciências STEM fundamentou-se em metodologias ativas, com ênfase na Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL). Essa abordagem colocou os alunos no centro do processo, incentivando a resolução de problemas reais por meio da investigação científica. Segundo Moran e Bacich (2018), tais metodologias são essenciais para construir conexões cognitivas a partir de experiências vividas, valorizando as individualidades de cada estudante.

A análise da eficácia dessas ações seguiu os preceitos da Análise Textual Discursiva (ATD). De acordo com Moraes e Galiuzzi (2016), a ATD permite emergir novos sentidos a partir do corpus textual, organizando as informações em unidades de significado e categorias que explicam o fenômeno estudado. Neste relato, as categorias iniciais focaram na integração das tecnologias inteligentes e no impacto da jornada ampliada de tempo na vida dos clubistas.

É imperativo observar, todavia, que a manutenção dessa estrutura exigia uma formação docente contínua e específica. Andreatta (2012) ressalta que a docência em STEM requer um perfil de professor-pesquisador, capaz de transitar entre saberes disciplinares e curriculares de forma fluida. O encerramento das atividades do clube, após a saída da proponente, corrobora a tese de Tardif (2002) sobre a complexidade do saber docente e a fragilidade de projetos inovadores que não encontram respaldo institucionalizado nos documentos oficiais da escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP).

A experiência da EEEM Santa Rosa deixa, portanto, um legado de evidências sobre o potencial transformador da educação científica. Embora o clube tenha se desfeito, os resultados obtidos com as participações na MOBFOG e no Encontro de Clubes de Ciências servem como base para futuras políticas públicas que busquem integrar os Clubes de Ciências não como um "extra", mas como parte essencial do currículo escolar.

Outra experiência vivenciada foi a viagem ao Rio de Janeiro em 2024. Uma das experiências mais enriquecedoras vividas por três alunas clubistas do Clube STEM da Escola Santa Rosa foi a participação no encontro dos clubes de ciências em colaboração com o ECV e o SAE-Museu Nacional no Rio de Janeiro⁵. As meninas apresentaram um sistema de monitoramento de umidade das plantas feito com Emojis impressos em 3D e programados com Arduino.

Para essas três meninas da periferia, que nunca imaginaram voar de avião, a viagem foi uma experiência transformadora. Elas tiveram a oportunidade de se hospedar em um hotel com piscina e tomar café da manhã na praia de Copacabana. Essa vivência não só ampliou seus horizontes, mas também as motivou a continuar se dedicando aos estudos e às atividades do clube da nossa escola.

A partir da experiência consolidada, observou-se que iniciativas desta natureza projetam benefícios fundamentais, tais como a melhoria na qualidade da educação integral, o maior engajamento discente com a ciência e a tecnologia, a conscientização sobre sustentabilidade e o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade. O projeto não apenas promoveu a instrução formal, mas preparou os alunos para o exercício da cidadania consciente e ativa na transformação de suas realidades urbanas.

A estrutura organizacional do Clube foi desenhada para promover a colaboração e o protagonismo. O corpo administrativo contou com coordenadores, professores de área, voluntários, estagiários e pesquisadores convidados. Além destes, membros da comunidade externa e pais participaram como monitores, expandindo o Clube para além dos muros da Escola Santa Rosa. Os "clubistas" alunos do ensino fundamental e médio desempenharam funções cruciais de liderança, atuando como representantes de turma, secretários, tesoureiros e coordenadores de eventos, o que fomentou o desenvolvimento de competências gerenciais e socioemocionais.

Os coordenadores atuaram como supervisores das ações macro, enquanto os professores de área garantiram a aplicação das atividades de forma estritamente interdisciplinar. A identidade visual do grupo, incluindo o logotipo e a mascote, foi fruto de um processo democrático: os desenhos foram apresentados durante o período da MOBFOG e a escolha final ocorreu com a participação de toda a comunidade escolar em um evento de Feira de Ciências. Esse engajamento coletivo auxiliou os alunos a desenvolverem habilidades valiosas, refletindo diretamente na melhoria do desempenho escolar ao longo de 2024.

Para a oficialização da participação, instituiu-se a necessidade de inscrição formal, emissão de carteira de identificação e engajamento em canais de comunicação digital (redes sociais e grupos de mensagens). O suporte institucional foi garantido pela direção da escola, que ofertou o espaço físico para a secretaria do Clube, onde os responsáveis legais assinavam os termos de autorização necessários.

Historicamente, o Rio Grande do Sul possui uma tradição consolidada em Clubes de Ciências, com registros que remontam a mais de cem unidades em escolas públicas na década de 1990 (MANCUSO, 1996). Todavia, o Clube da EEEM Santa Rosa distinguiu-se como a primeira unidade na modalidade STEM implementada em uma escola pública de Porto Alegre. Como espaços extracurriculares, esses clubes permitem que os alunos se envolvam em atividades experimentais focadas na construção do conhecimento científico e tecnológico, conectando a ciência à realidade cotidiana (MANCUSO, 1996).

O movimento de abordagem STEM alinha-se às metodologias ativas e encontra eco nas teorias de pensadores como John Dewey, Jean Piaget e Paulo Freire (RAMALHO *et al.*, 2011). A implementação na EEEM Santa Rosa foi motivada pela urgência de práticas pedagógicas que conectassem a realidade dos alunos a áreas de conhecimento integradas. Contudo, a trajetória revelou desafios persistentes, como a necessidade de formação profissional contínua e o desenvolvimento de estratégias eficazes que contemplem o "saber docente" em sua pluralidade (TARDIF, 2002). A experiência demonstrou que, mesmo em contextos de recursos limitados, a articulação entre teoria e prática é capaz de estimular o interesse científico, embora sua permanência dependa de uma sólida institucionalização.

Define o saber docente como “um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais Tardif (2002, p. 36).

A proposta "Educação Integral para um Futuro Melhor" no Clube de Ciências STEM da EEEM Santa Rosa refletiu a interseção necessária entre educação integral, sustentabilidade e inovação tecnológica. Esta abordagem referiu-se ao uso de tecnologias avançadas e práticas sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida urbana, destacando a importância de uma pedagogia que abrange as diversas dimensões do desenvolvimento humano. O Clube exemplificou como tais ideias podem ser transpostas para a prática, utilizando o território como recurso educativo e promovendo a integração de saberes para transformar a realidade local.

Neste contexto, a política pública de fomento foi essencial. Sobre a Escola em Tempo Integral, o Ministério da Educação (2023) posicionou-se da seguinte forma:

O programa Escola em Tempo Integral fomenta a criação de matrículas em tempo integral (igual ou superior a 7h diárias ou 35h semanais) em todas as etapas e modalidades da educação básica, proporcionando a ampliação da jornada de tempo na perspectiva da educação integral e a priorização das escolas que atendem

estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. (BRASIL, 2023, p. 1).

Esta diretriz foi fundamental para compreender como a ampliação da jornada escolar contribuiu para a educação integral dos alunos da Escola Santa Rosa, oferecendo o tempo necessário para as atividades interdisciplinares e práticas do Clube de Ciências STEM. Complementarmente, a literatura sobre os benefícios deste modelo ressalta que "com a educação em tempo integral, a escola trabalha o acolhimento, o reconhecimento e o desenvolvimento das crianças por meio de um conjunto de competências cognitivas e socioemocionais" (ETAPA, 2023). Tais benefícios alinharam-se aos objetivos do Clube em promover uma formação completa e inclusiva.

A consolidação destas políticas prosseguiu com o ciclo 2024-2025 do Programa Escola em Tempo Integral (ETI), iniciado em agosto de 2024 (BRASIL, 2024), reforçando a relevância institucional de programas que integrem ciência e tecnologia no cotidiano escolar.

Aliado a este movimento, o conceito de "Cidade Educadora" fundamentou a utilização do espaço urbano como laboratório de aprendizagem. Como define Pereira (2023, p. 182), a "Cidade educadora é um conceito que vê a cidade como um espaço de aprendizado e educação. A ideia é promover a formação cidadã, conscientização ambiental e participação ativa dos cidadãos na gestão urbana". Este conceito foi vital para o projeto, pois permitiu que o Clube de Ciências STEM utilizasse o território educativo da comunidade local como um recurso pedagógico vivo.

Esta visão encontra eco no pensamento freireano, que sustenta que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra" (FREIRE, 1982, p. 9). Gadotti (2004), ao dialogar com Freire, enfatiza que a cidade educa quando assume a responsabilidade pela formação cidadã:

A cidade pode ser considerada educadora quando, além de suas funções tradicionais econômica, social, política e de prestação de serviços, exerce uma nova função, cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. (GADOTTI, 2004, p. 12).

Ao olhar para a cidade e reconhecer os seus desafios, o Clube de Ciências STEM comprometeu os seus alunos com a transformação social. No entanto, a eficácia desta mediação entre tecnologia e realidade local exigiu uma atualização das abordagens de ensino. Como observa Prensky (2001, p. 2), os alunos atuais são "nativos digitais" e, portanto, as abordagens tradicionais podem não ser eficazes. A integração da tecnologia no Clube de Ciências STEM não foi, portanto, um acessório, mas uma necessidade para atender às

características cognitivas e sociais desta geração, conectando o saber científico à linguagem tecnológica contemporânea.

Metodologia

Para o desenvolvimento do projeto "Cidades Inteligentes e Sustentáveis e Educação Integral", implementado no Clube de Ciências STEM da EEEM Santa Rosa, adotaram-se metodologias ativas que promoveram o engajamento discente e a aplicação prática do conhecimento.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, focada na análise de casos e na interpretação de fenômenos sociais e pedagógicos. Quanto à natureza, definiu-se como aplicada, pois buscou resolver um problema prático: a renovação das práticas pedagógicas em escolas de tempo integral. Conforme Pereira (1976), a integração entre escola, governo e comunidade é o pilar fundamental para o sucesso de uma cidade educadora.

Os objetivos foram exploratórios e descritivos, utilizando-se do procedimento de pesquisa-ação. Esta escolha permitiu a implementação de mudanças no contexto escolar e a reflexão imediata sobre seus efeitos. As atividades incluíram o desenvolvimento de protótipos e maquetes 3D de escolas sustentáveis, integrando tecnologias como painéis solares e sistemas de captação de água da chuva.

As estratégias de ensino basearam-se na Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL) e na prototipagem rápida. Segundo Moran e Bacich (2018), tais abordagens são essenciais para construir conexões cognitivas a partir de experiências vividas. A coleta de dados foi organizada com o auxílio do *software* Zotero e a análise seguiu os preceitos da Análise Textual Discursiva (ATD). Segundo Moraes e Galiazzi (2016), a ATD busca nos múltiplos sentidos do *corpus* textual a unitarização e a categorização necessárias para a elaboração de metatextos que respondam aos objetivos da investigação.

Análise e Resultados

Os resultados obtidos durante a vigência do Clube de Ciências STEM na EEEM Santa Rosa evidenciaram um impacto transformador na comunidade escolar. A análise dos dados, fundamentada em medições qualitativas (ROBAINA *et al.*, 2021), permitiu identificar categorias de impacto, como o engajamento e rendimento escolar onde a participação em

eventos como a MOBFOG 2023 e o encontro de Clubes de Ciências 2024 (Rio de Janeiro) funcionou como um divisor de águas para alunos com histórico de baixo rendimento. O reconhecimento público (entrevistas e premiações) elevou a autoestima e converteu alunos desinteressados em monitores ativos e dedicados. Também o letramento científico e tecnológico através do uso de ferramentas como Arduino e impressão 3D permitiu que os alunos transpusessem conceitos teóricos de física, química e biologia para soluções reais, como o monitoramento de umidade em hortas escolares. Isso corrobora a tese de Prensky (2001) sobre a necessidade de adaptar o ensino à realidade dos "nativos digitais". Ainda como impacto transformador analisou-se o pertencimento e cidadania pelo meio da integração do "território educativo" permitiu que os alunos enxergassem a periferia de Porto Alegre não apenas como um local de carência, mas como um espaço de potencial inovação. A viagem ao Rio de Janeiro e as visitas a museus históricos reforçaram o sentimento de multiculturalismo e o direito de acesso à ciência.

Entretanto, o principal resultado crítico observado foi a fragilidade institucional. Por não estar formalmente integrado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, o Clube, apesar de seu sucesso, desfez-se após o encerramento do ciclo de mestrado da coordenadora. Isso demonstra que a inovação pedagógica, embora potente, requer políticas de Estado que garantam sua continuidade.

Considerações Finais

O sucesso de projetos como o monitoramento de jardins com Arduino e Emojis demonstrou que os clubes de ciências através da modalidade STEM consistir em uma ferramenta importante para a educação integral. Contudo, essa eficácia depende intrinsecamente da formação contínua dos docentes. Como aponta Andreatta (2012), a formação voltada para as áreas STEM equivaler a essência para que o professor atue como orientador de processos de experimentação e criatividade consigam uma experiência em áreas mais brutas como áreas da engenharia.

A experiência na EEEM Santa Rosa comprovou que a cidade pode, de fato, ser educadora quando a escola se abre para a comunidade e utiliza as tecnologias como mediadoras do conhecimento (GADOTTI, 2004). O Clube de Ciências STEM preparou os alunos para serem cidadãos conscientes e ativos, capazes de pensar criticamente sobre sustentabilidade e inovação.

Em conclusão, entende-se que a educação em tempo integral desempenha um papel fundamental na formação do desenvolvimento cognitivo e social. O legado deste projeto, embora interrompido fisicamente na instituição, permanece nos registros acadêmicos e na trajetória de vida dos alunos impactados, servindo como modelo para futuras implementações curriculares que busquem unir a ciência à vida real.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. Apresentação. In: BACICH, L.; MORAN, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: abordagens pedagógicas para o ensino superior. Porto Alegre: Penso, 2018.

ANDREATTA, L. C. C. A docência em STEM: a sala de aula como o espaço do professor-pesquisador. Curitiba: CRV, 2020.

ANDREATTA, L. C. C.; NITZKE, J. A. A Educação em Engenharia: fundamentos teóricos e possibilidades didático-pedagógicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Aberto período de adesão ao ciclo 2024-2025 do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 12 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/escola-em-tempo-integral-aberto-periodo-de-adesao-ao-ciclo-2024-2025>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ETAPA. Benefícios da educação em tempo integral. São Paulo: Grupo Etapa, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://blog.etapa.com.br/colegio/beneficios-da-educacao-em-tempo-integral>. Acesso em: 10 abr. 2024.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura da palavra, leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- GADOTTI, M.; PADILHA, P. R.; CABEZUDO, A. Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.
- MANCUSO, R. Clube de Ciências: criação, funcionamento, dinamização. Porto Alegre: SE/CECIRS, 1996.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2016.
- PEREIRA, A. R. L. Cidades Educadoras: um olhar acerca da cidade que educa. Caderno Humanidades em Perspectiva, Curitiba, v. 7, n. 16, p. 182-186, 2023.
- PEREIRA, L. A Escola numa área metropolitana: crise e racionalização de uma empresa pública de serviços. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PRENSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, out. 2001.
- RAMALHO, P. F. N. *et al.* Clubes de Ciências: educação científica aproximando universidade e escolas públicas no litoral paranaense. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Campinas, 2011. Anais... Campinas: ENPEC, 2011.
- ROBAINA, J. V. L. *et al.* Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Pesquisa em Educação em Ciências. Curitiba: Bagai, 2021.
- SANTIN, D. M. Zotero, Software gratuito de gerenciamento de Referências e Citações. 2024. Disponível em: <https://www.zotero.org>. Acesso em: 03 out. 2024.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
- TOLEDO, L.; FLORES, M. L. R.; CONZATTI, M. Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

CONSUMO ALIMENTAR ENTRE
FEIRANTES DA AGRICULTURA
FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA
FEIRA LIVRE DO PRODUTOR RURAL
EM GOUVEIA-MG

Varla da Anunciação Silva
Anderson Alvarenga Pereira
Nadja Maria Gomes Murta

RESUMO

A alimentação humana engloba dimensões biológicas, culturais, sociais e ambientais. Com o avanço da industrialização e urbanização, nota-se a troca de alimentos tradicionais por alimentos ultraprocessados, um fenômeno denominado transição alimentar, que tem contribuído para o crescimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Nesse cenário, a agroecologia representa uma alternativa viável, ao unir conhecimentos tradicionais com a ciência. O presente estudo teve por objetivo analisar a relação entre ser feirante de produtos agroecológicos e o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados agroecológicos entre os feirantes do município de Gouveia-MG, buscando entender como o modo de vida e a produção agroecológica afetam seus padrões alimentares. Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter transversal, realizado com um universo de dez feirantes agroecológicos através da aplicação de um Questionário de Frequência Alimentar (QFA) e entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE nº 83583224.1. 0000. 5108. Os dados quantitativos foram analisados utilizando o *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 20. 0, com a aplicação de análise de agrupamento hierárquico pelo método de Ward e Análise de Componentes Principais (PCA), enquanto os dados qualitativos foram analisados com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Os resultados mostraram a formação de três grupos distintos, sendo um grupo principal que compreende oito feirantes com um padrão alimentar focado no consumo de alimentos *in natura*, produção própria e baixa ingestão de ultraprocessados. Os outros dois grupos, analisados separadamente, demonstraram padrões alimentares variados: um ligado à permanência de práticas alimentares tradicionais com consumo elevado de alimentos calóricos, e o outro caracterizado por maior consumo de alimentos ultraprocessados, influenciado pelo ambiente urbano e pelo estilo de vida. Os resultados destacam a coexistência de práticas alimentares tradicionais e hábitos moldados pela urbanização, configurando um processo de transição alimentar sob a influência de aspectos sociais, culturais e econômicos. A feira se estabelece como um local de resistência e fomento à agroecologia, ressaltando a importância da integração entre tradição e modernidade para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional e a preservação da cultura local.

Palavras-chave: Agroecologia; Feiras livres; Segurança alimentar e nutricional.

e atualmente ocupo a presidência, situada também no município de Gouveia. Isso me proporcionou uma oportunidade para aprofundar meu conhecimento sobre o Vale do Jequitinhonha e interagir com um campo que sempre me interessou; na ONG, elaboramos projetos de ambientação para comunidades no Jequitinhonha, recebemos a entrega voluntária e a apreensão de animais silvestres, que são reabilitados e posteriormente reintegrados à natureza, entre outras atividades.

A conexão com Gouveia, e com a região do Vale Jequitinhonha sempre esteve presente em minha vida, pelo fato da cidade estar inserida no Vale. Nasci em Diamantina - MG, no dia 16 de setembro de 1998, mas sempre morei em Gouveia, a cidade onde residem meus pais. Sou descendente de caboclos e, por isso, carrego traços, identidade e cultura de meus antepassados. Passei minha infância e parte da adolescência ao lado de meus pais e minhas duas irmãs, em uma casa que proporcionava conforto e disciplina. Cresci me alimentando de forma abundante, porém inadequada, sem realizar atividades físicas e consumindo muitos produtos ultraprocessados, o que me levou a ganhar bastante peso. Mesmo tendo acesso a alimentos frescos na roça dos meus avós, minhas preferências se voltavam para biscoitos, pipoca, frituras e lanches rápidos. Aos doze anos, notei que estava enfrentando dificuldades para andar e cansava-me com facilidade, já apresentando sobrepeso. Foi nesse momento que iniciei a minha reeducação alimentar com a nutricionista da minha cidade, uma experiência transformadora, pois nesse período compreendi a verdadeira importância dos alimentos frescos que meus avós tanto se esforçavam para cultivar. Consegui superar o sobrepeso da infância e sigo me cuidando até hoje.

Esta pesquisa teve início a partir do meu interesse pela alimentação que é não só segura, mas também saudável. Minha conexão com a Segurança e Soberania Alimentar está profundamente enraizada. Sendo neta de feirantes da agricultura familiar, passei minha infância e adolescência no ambiente rural, onde pude experimentar a dedicação, o esforço e a determinação dos produtores. O tempo que passei com meus avós, o estilo de vida no campo e as vendas em feiras foram as motivações que me levaram a investigar o consumo alimentar dos agricultores que também são feirantes. Como se alimentam aqueles que estão por trás da produção dos nossos alimentos? De que maneira os agricultores percebem a sua própria saúde?

INTRODUÇÃO

A alimentação é uma necessidade biológica e fisiológica, tanto para os humanos quanto para os seres não humanos. Trata-se de uma abordagem que vai além do mero consumo de "alimentos" ou "nutrientes"; é, de fato, uma atividade cujo propósito é atender às necessidades alimentares e lutar contra a fome, garantir o sustento físico; influenciar a saúde, além de criar lembranças culturais e afetivas, promovendo uma estruturação sustentável e socioambiental (ABUD; GORISH; SOUZA, 2024).

Na espécie humana, a alimentação sempre desempenhou um papel essencial. Com o aumento da população global ao longo dos anos, a dificuldade em assegurar um fornecimento suficiente de alimentos se tornou marcante (KOPRUSZYNSKI; MARIN, 2022). Estudos indicam que a troca de diversos tipos de alimentos entre os continentes foi intimamente ligada ao comércio e à introdução de espécies de plantas e animais domesticados (ABREU *et al.*, 2001). Durante o século XII, a Europa começou a receber diferentes tipos de plantas comestíveis, enquanto ervas e temperos foram introduzidos a partir dos séculos XV e XVI, especialmente em Portugal. Com o passar dos anos, várias civilizações adicionaram novos tipos de alimentos, motivadas pela chegada de produtos desconhecidos, pela melhoria das técnicas agrícolas e industriais, pelo aprendizado sobre fermentação, assim como pela mecanização da agricultura e pelo avanço nas formas de conservação dos alimentos (ABREU, 2000).

Como um direito essencial do ser humano, a alimentação está inseparavelmente conectada à dignidade da pessoa e à preservação da vida. Conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), estabelecida pela Lei n.º 11.346/2006, toda a população possui o direito ao acesso constante e durável a uma alimentação adequada e de boa qualidade, sem que isso prejudique outras necessidades fundamentais (BRASIL, 2006). Conforme Valente (2002), esse direito deve ser compreendido não apenas como o acesso físico e financeiro à comida, mas como uma vivência social que envolve cultura, identidade e justiça social.

Dessa forma, a comida ultrapassa os fatores biológicos e nutricionais, revelando também suas dimensões culturais e simbólicas. De acordo com Canesqui (2005), a alimentação é uma atividade que envolve aspectos sociais e culturais, refletindo modos de vida, valores e legados culturais. Nesse cenário, o campo da alimentação e nutrição ultrapassa a mera sugestão de nutrientes, uma vez que analisa como os indivíduos impactam seus hábitos alimentares, moldados por elementos históricos, econômicos e ambientais.

O Guia Alimentar Para a População Brasileira ressalta que se alimentar é uma ação tanto política quanto social, relacionada à sustentabilidade e à proteção da cultura gastronômica do país (OLIVEIRA; JAIME, 2016). Entretanto, as mudanças no sistema global de produção e distribuição de alimentos, aceleradas pela industrialização e o crescimento das áreas urbanas, resultaram em uma alteração nos hábitos alimentares. Essa mudança é marcada pela troca de alimentos tradicionais por opções processadas, que contêm altos níveis de açúcares, gorduras e sódio (BATISTA; RISSIN, 2003). Esse procedimento resultou na elevação de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT), como obesidade, *diabete* e hipertensão (BIELEMANN *et al.*, 2015).

Com este cenário, a agroecologia se apresenta como uma alternativa viável e positiva para a produção e o consumo. Conforme Altieri (2012), a agroecologia se apresenta como uma área que integra conhecimentos tanto tradicionais quanto científicos, indicando práticas de cultivo que respeitam os recursos naturais e que também reconhecem a importância dos saberes locais. Trata-se de um sistema que busca recuperar o equilíbrio entre as pessoas e o meio ambiente, promovendo a autossuficiência alimentar e a justiça social.

E um desses meios é nas pequenas localidades do interior das cidades, conhecida como as feiras livres, que atuam como espaços de resistência e preservação dessas tradições, além de funcionarem como ambientes de convivência social. Segundo Vedana (2013), é fundamental levar em conta que o feirante está inserido nas dinâmicas urbanas, tanto na construção do mercado como um local de trocas e interações sociais, essenciais para a vida diária, quanto nas estratégias que ele adota para se reinventar, considerando as transformações que o crescimento das cidades traz para suas atividades.

Nesse contexto, embora haja avanços no debate sobre alimentação saudável e agroecologia, ainda são limitados os estudos que investigam o consumo alimentar daqueles que produzem alimentos agroecológicos, especialmente os feirantes da agricultura familiar. Considerando que esses sujeitos ocupam uma posição estratégica entre produção e consumo, torna-se relevante compreender se é como suas práticas alimentares refletem os princípios que orientam sua produção.

No município de Gouveia-MG, a Feira Livre do Produtor Rural configura-se como um espaço relevante para a circulação de alimentos agroecológicos, bem como para a reprodução de saberes e práticas tradicionais. Ao mesmo tempo, esses feirantes não estão isolados das dinâmicas contemporâneas, sendo também atravessados por influências urbanas e pela transição alimentar em curso no país. Dessa forma, emerge a necessidade de analisar em que medida o envolvimento com a produção agroecológica se relaciona com o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados entre esses sujeitos.

Diante disso, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo o trabalho de ser feirante de produtos agroecológicos influencia o consumo alimentar entre esses sujeitos?

Desta maneira, o objetivo geral deste estudo foi analisar a relação entre ser feirante de produtos agroecológicos e o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados agroecológicos entre os feirantes do município de Gouveia-MG. Tendo como objetivo específico compreender a percepção dos feirantes agroecológicos em relação a sua produção e o autoconsumo, bem como, a relação com a sua saúde. Parte-se do princípio de que o consumo alimentar tem um papel vital na saúde e o modo de vida no campo, com suas tradições e saberes, pode mostrar diversas maneiras de promover a independência alimentar. Assim, compreender os padrões alimentares dos feirantes de produtos agroecológicos na cidade de Gouveia-MG é também compreender as relações entre trabalho, cultura e a atenção à vida, fatores essenciais para conceber um futuro alimentar mais sustentável.

Durante a minha trajetória, principalmente a infância e a adolescência foram marcadas pelas vivências na área rural e pelo convívio com meus avós que trabalhavam na agricultura agroecológica e na Feira Livre do Produtor Rural em Gouveia – MG, percebi que a alimentação vai além de uma necessidade biológica ela reflete estilos de vida, identidades e vínculos com o espaço em que estamos inseridos. Assim, este estudo carrega um importante valor pessoal e social: analisar a alimentação dos feirantes da agricultura familiar agroecológica do município não só resgata narrativas e recordações que fazem parte da minha própria trajetória, mas também se relaciona com os desafios atuais relacionados à saúde, sustentabilidade e equidade social. A pesquisa também tem uma contribuição direta para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ao promover práticas agroecológicas e a Soberania Alimentar; o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ao investigar as práticas alimentares e suas consequências para a saúde; e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao identificar as feiras como circuitos curtos de comercialização que fortalecem as economias locais e diminuem os impactos no meio ambiente. Assim, este estudo situa-se na Linha 2 – Configurações do Rural, Política e Meio Ambiente, isso evidencia como o rural se reconfigura diante das transformações sociais, econômicas e ambientais que caracterizam o contemporâneo. Dessa forma, a realização desta pesquisa é justificada pela necessidade de aprofundar a investigação sobre as práticas alimentares dos feirantes que vendem produtos agroecológicos, e se este grupo, juntamente com seus familiares, consomem os produtos que oferecem, além de estar alinhada com a missão do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais da UFVJM.

Para a realização desta pesquisa, o projeto foi primeiramente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no dia 25 de setembro de 2024, cumprindo as diretrizes e normas que regulam pesquisas com seres humanos no Brasil. O estudo respeitou os princípios éticos determinados pela Resolução nº 466/2012 e pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que norteiam a realização de pesquisas nas áreas da saúde e das ciências humanas e sociais, assegurando a proteção da dignidade, direitos e bem-estar dos envolvidos (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016). O parecer

fundamentado foi emitido em 25 de março de 2025, autorizando a execução da pesquisa. Assim, o estudo obteve o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 83583224. 1. 0000. 5108, com número de identificação 7. 435. 058. É importante destacar que todos os participantes foram convidados a participar de forma voluntária na pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o respeito aos princípios éticos de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, conforme estipulado nas normas éticas de pesquisa em vigor no Brasil (BRASIL, 2012; MINAYO, 2014).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O direito humano à alimentação adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

A fome representa uma questão social complexa, afetada pela cadeia de fornecimento de alimentos, e está interligada a diversos sistemas que se inter-relacionam. Os direitos humanos, os quais englobam o direito a uma alimentação apropriada, fortalecem a dignidade inerente dos indivíduos e contribuem para assegurar todas as liberdades civis. Após a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU em 1948, a entidade empregou esforços significativos para estabelecer um entendimento comum em sua organização em relação a temas de direitos. Com o tempo, essa perspectiva evoluiu à medida que surgiram novas complexidades. Análises recentes ampliaram a compreensão da legislação, no entanto, ainda existem significativas dificuldades que prejudicam uma aplicação eficiente. Em 1948, a Organização das Nações Unidas ratificou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirmava que todo ser humano possui direitos fundamentais e dignidade inerente, abrangendo aspectos como sociedade, economia, cidadania e gestão pública de forma equilibrada (OLIVEIRA, 2024).

No Brasil, o Direito Humano à Alimentação (DHAA) foi definido como um direito social essencial pela Constituição Federal, atribuindo ao governo a responsabilidade de assegurar, proteger e fomentar o acesso a esse direito por meio de ações governamentais estratégicas. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) estabelece essa segurança como a afirmação de que todas as pessoas devem ter acesso contínuo a refeições saudáveis e apropriadas, sem isso comprometer outras necessidades fundamentais da existência. Para alcançar essa meta, é essencial colocar em prática ações e estratégias públicas que conectem diversos setores, promovendo uma interação significativa entre os diferentes níveis de governo e a participação engajada da sociedade organizada (SANTOS; PALMEIRA; OLIVEIRA, 2025).

Conforme os debates acerca da Segurança Alimentar se desenvolvem ao longo do tempo, fica claro que esse assunto passa por transformações constantes. O desenvolvimento das Redes de Área de Armazenamento envolve diversas nações e continentes; nos últimos tempos, observaram-se progressos

notáveis na tecnologia. A alimentação tem um papel crucial em nossas existências, influenciando as práticas sociais mediante diferentes fases da vida. Sob essa ótica, entender a essência da SAN demanda reconhecer seu valor que vai além da simples acessibilidade tanto econômica quanto operacional. Assegurar que as refeições sejam nutritivas, acessíveis, que respeitem a biodiversidade e a herança alimentar é um elemento fundamental da Segurança Alimentar; nenhum alimento isolado pode atender a essa necessidade. No cerne da proteção à adequação alimentar e nutricional encontra-se o acesso a um vasto abastecimento de alimentos saudáveis (MATTOS; GUERIN; CATE, 2023).

Ao nos referirmos à sociedade, percebemos que a alimentação está ligada a fatores culturais, nutricionais, socioeconômicos e demográficos, os quais, de alguma maneira, provocam transformações nos comportamentos relacionados aos hábitos alimentares. A alimentação humana é uma atividade que necessita ser examinada por diversos olhares, visto que transcende a esfera biológica e abrange igualmente um ato de natureza socioambiental, cultural, política e econômica. Dessa forma, as escolhas alimentares de indivíduos e/ou comunidades são influenciadas por uma série de elementos, que englobam aqueles ligados à relação com a comida, como hábitos culturais e convicções religiosas, assim como fatores do contexto socioeconômico, a procura e o preço dos alimentos, além das questões de saúde. Um exemplo, são os estilos de vida no campo que, junto aos costumes alimentares, servem como instrumentos para a formação dessa identidade. Toda comunidade tem um padrão alimentar e, portanto, é essencial conectar esses padrões à prevenção e ao tratamento de Doenças Crônicas não Transmissíveis, tais como câncer, *diabete*, doenças do coração e obesidade, que são consideradas questões de saúde pública (ABREU *et al.*, 2001; CLARO *et al.*, 2015; SILVA; STELUTI, 2018).

De acordo com Nepomuceno; Pereira e Simões (2025), existem várias instrumentações empregadas para avaliar a ingestão alimentar pelos seres humanos. Uma delas refere-se ao cálculo da oferta de alimentos, devido à sua habilidade de revelar padrões alimentares. A FAO é uma das agências das Nações Unidas responsável por monitorar a disponibilidade de alimentos, organizando-os em várias classes e grupos, com informações acessíveis desde os anos 60. As quantificações da oferta de alimentos por pessoa para o consumo humano são valiosas e amplamente empregadas para avaliar tendências e monitorar alterações que acontecem ao longo do tempo.

Vale ressaltar que examinar a relevância da agricultura familiar no que diz respeito à Segurança Alimentar é crucial não apenas para os pequenos agricultores, mas também para toda a comunidade. A agricultura familiar, caracterizada por sua variedade de produção e práticas sustentáveis, é uma alternativa efetiva para atingir esse propósito, principalmente em áreas rurais e em processo de desenvolvimento (LIMA, BESSA, SALOMÃO, 2024).

Ao relacionar esses conceitos com o objetivo deste estudo, torna-se possível compreender os feirantes da agricultura familiar agroecológica como sujeitos inseridos em sistemas alimentares

específicos, nos quais produção e consumo se interligam. Esses atores não apenas garantem o acesso a alimentos para a população local, mas também vivenciam, em seu cotidiano, as condições concretas que estruturam a alimentação, como o autoconsumo, a disponibilidade de alimentos e as influências do mercado.

Assim, analisar a alimentação desses feirantes permite observar como os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do DHAA se materializam em contextos locais, evidenciando tensões entre práticas tradicionais, baseadas na produção própria e no consumo de alimentos *in natura*, e mudanças associadas às dinâmicas contemporâneas. Esse olhar possibilita compreender a alimentação como um campo de disputas e negociações, no qual se articulam saúde, cultura, trabalho e sustentabilidade.

2.2 Transição Alimentar ao Nível Populacional

Ao discutirmos o conceito de transição alimentar, seu significado pode diferir conforme o contexto, sendo frequentemente utilizado em três circunstâncias diferentes: 1) Transição alimentar/nutricional (populacional) - em uma perspectiva global, a transição nutricional refere-se às mudanças significativas nas práticas alimentares e na condição nutricional que ocorrem nas populações em decorrência do crescimento da urbanização, da industrialização e do aumento da renda, 2) É a transição no que diz respeito ao indivíduo, essa representa uma alteração consciente e orgânica na forma como uma pessoa se relaciona com os alimentos, é um processo gradual para a adoção de uma alimentação mais saudável, que pode incluir reeducação alimentar, alterações no estilo de vida ou a recuperação de problemas de saúde. 3) Transição alimentar (na infância), este conceito diz respeito à incorporação de alimentos sólidos na alimentação de crianças pequenas, além do leite materno. A introdução de novos alimentos de maneira apropriada, tanto em termos de textura quanto de diversidade, é um aspecto essencial no crescimento da criança (FILHO; BATISTA, 2010). Nesta sessão será discutido a transição alimentar ao nível populacional.

Conforme Mintz (2001, p.31) desde a década passada, a antropologia se dedica aos papéis que os alimentos exercem na estruturação da vida em sociedade. Nos dias presentes, o autor apresenta a seguinte consideração: “um número imenso de indivíduos ao redor do planeta já não produz o que consomem ou utilizam o que produzem, e uma imensidão de alimentos se desloca em tal volume e rapidez, que a conexão entre a produção e o consumo frequentemente se perde ou se disfarça”. Para Giorgi (2015), alimentos são definidos como produtos provenientes da natureza. Estes itens são submetidos a um processo de formação cultural, sendo apreciados, utilizados, modificados e também respeitados por meio de um rigoroso conjunto de normas de uso. Segundo o autor, à medida que os

agronegócios progridem em relação ao emprego de métodos de conservação, transporte e armazenamento, devido à globalização e à industrialização do setor alimentar, os produtos se tornam uniformes e homogêneos.

Nesse contexto, Poulain e Proença (2003a) demonstram que o procedimento de industrialização teria ocasionado a desintegração da conexão entre os alimentos e a natureza. As dimensões sociais relacionadas à alimentação envolvem a transformação da apreciação social das práticas domésticas, onde impulsiona as indústrias agroalimentares a se expandir no âmbito de autoprodução que simbolizava a culinária doméstica, ou seja, sugerindo mercadorias cada vez mais nas proximidades do consumo, tornando-os afastados da socialização.

Nos últimos cinquenta anos o Brasil mudou significativamente tanto em fatores externos, devido a um mundo globalizado quanto a transformações no processo histórico e cultural. Entre essas mudanças destaca-se a transição alimentar ao nível populacional, uma mudança no padrão alimentar de uma sociedade, gerando alterações no estado nutricional, visto que, refere-se a passagem das carências nutricionais para a obesidade e comorbidades. Esta transição, tal como a mudança no perfil alimentar, também se dispõe com a influência de variados determinantes como: determinantes biológicos, sociais, econômicos e demográficos. Portanto, entender a conduta populacional e a maneira de adoecer é importante, assim como ter um olhar sobre as transições alimentares, epidemiológicas e demográficas (MARTINS *et al.*, 2021).

De acordo com Filho; Batista (2010) essa transição, após inúmeros avanços, está progredindo para uma linha arriscada: a desconfiguração dos alimentos, a desconfiguração da existência humana e dos ecossistemas na totalidade, a batalha contra a natureza, semelhante a um conflito silencioso: os avanços da tecnologia a serviço dos mercados. Dessa forma, a maioria dos alimentos, antes de entrarem e chegarem ao nosso consumo, passa pela abertura das máquinas. A comida atualmente é simbolicamente representada por um sanduíche: seja nas lanchonetes rápidas das ruas, seja na matéria-prima da indústria que fabrica insumos para a agricultura e na outra linha industrial que processa os produtos agrícolas transformados em bens manufaturados.

Já se chega ao paradoxo de empobrecer alimentos através da industrialização e, posteriormente, enriquecê-los por meio de um novo processo de reciclagem tecnológica: exemplo do ferro, dos folatos, da vitamina A e das vitaminas complexo B, introduzidos de forma artificial para corrigir a perda nutricional do processamento em si. Os desafios em incentivar as pessoas a modificar seus consumos alimentares têm sido amplamente investigados, sendo importante levar em conta a variedade de

elementos que influenciam esse comportamento. Uma das principais dificuldades para implementar alterações na alimentação é a convicção de que não é necessário modificar as práticas alimentares, geralmente resultante de uma avaliação incorreta do próprio padrão de consumo. Existe uma inclinação das pessoas, em especial entre aquelas que possuem uma alimentação pouco saudável, a serem extremamente otimistas em relação aos pontos positivos de sua alimentação (FILHO; BATISTA, 2010).

No caso dos feirantes da agricultura familiar agroecológica, a análise da transição alimentar ganha contornos específicos. Embora esses sujeitos estejam diretamente envolvidos na produção e comercialização de alimentos considerados saudáveis, suas práticas alimentares não estão dissociadas das dinâmicas mais amplas do sistema alimentar. Assim, torna-se possível observar tensões entre o autoconsumo de produtos produzidos localmente e a incorporação de alimentos processados e ultraprocessados em sua dieta, evidenciando a influência de padrões urbanos mesmo em contextos rurais (MINTZ, 2001; FILHO; BATISTA, 2010).

Dessa forma, a transição alimentar, no contexto deste estudo, não deve ser compreendida como um processo linear ou homogêneo, mas como um fenômeno situado, atravessado por diferentes condições sociais, econômicas e culturais. Analisar como esse processo se manifesta entre feirantes agroecológicos permite compreender, de maneira mais aprofundada, as relações entre produção, consumo e modos de vida no meio rural, especialmente em realidades como a de Gouveia-MG.

2.3 O Guia Alimentar para a População Brasileira

No Brasil, o debate em torno da alimentação saudável se intensificou após a divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), que apresenta orientações para o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, além de alertar sobre os perigos do consumo excessivo de produtos ultraprocessados.

Conforme Fernandes *et al.* (2025) o guia considera igualmente os efeitos que os sistemas alimentares exercem sobre a sociedade e o meio ambiente, além de destacar a importância de aumentar a liberdade das pessoas em fazer escolhas alimentares saudáveis, indo além das restrições frequentemente encontradas nas orientações alimentares tradicionais. As orientações contidas no Guia foram elaboradas a partir de princípios que sustentam a formulação de tais recomendações, levando em conta o panorama da epidemiologia nutricional no Brasil e sua conexão com uma alimentação adequada e saudável, bem como a sustentabilidade do sistema alimentar. Incluem também diretrizes gerais sobre a seleção de alimentos, o ato de consumir e a convivência à mesa, além dos fatores que podem

representar barreiras à adesão das pessoas às orientações do guia. É essa diversidade de dimensões que expande a noção de alimentação saudável proposta por ele.

O Guia Alimentar Para a População Brasileira (2014) tem sido um dos principais aliados para o combate do consumo de alimentos processados e ultraprocessados. Este instrumento visa apoiar e estimular as práticas alimentares saudáveis e naturais tanto individuais quanto coletivas, assim como contribuir para as políticas, ações e promoções que possam apoiar, incentivar e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população. No guia é abordado quatro grupos para classificação dos alimentos, sendo eles:

1. Alimentos *in natura* ou minimamente processados: são aqueles de origem vegetal, uma vez que, se tornam a base de uma alimentação balanceada, saborosa e de forma cultural, torna-se apropriada a um sistema alimentar ambiental e socialmente sustentável. Ainda nesta fase, quando o alimento começa a passar pela remoção de partes não comestíveis, limpeza, secagem, embalagem, pasteurização, moagem e fermentação, já são exemplos de processos mínimos que os alimentos *in natura* sofreram, passando a ser alimentos minimamente processados. E neste processo mínimo não há necessidade de incorporação de açúcar, sal, óleos e outras substâncias.
2. Ingredientes culinários: óleos, gorduras, sal e açúcar. Estes ingredientes, desde que usados com moderação nas preparações culinárias baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados, ajudam a tornar diversificada e mais saborosa a alimentação, sem ficar desbalanceada. São empregados pelas pessoas, nas cozinhas de suas casas, em restaurantes e para criar receitas culinárias agradáveis e palatáveis. Já que o sal, óleos, gorduras e açúcares são produtos utilizados para temperar e cozinhar, o resultado sobre a qualidade nutricional da alimentação vai depender da quantidade que for utilizada nessas preparações.
3. Alimentos processados: são fabricados pelas indústrias e neles contém a adição de açúcares, sal e outras substâncias culinárias à base de alimentos *in natura* tornando-os palatáveis e com maior durabilidade. Estes produtos têm reconhecimento com versões dos alimentos originais.
4. Alimentos ultraprocessados: são caracterizações industriais feitas completamente de substâncias extraídas de alimentos como: gorduras, amido, açúcares, proteínas e também podem ser derivadas de amido modificado, gorduras hidrogenadas ou sintetizadas em laboratórios com base em matérias orgânicas como carvão, aromatizantes, corantes, dentre outros tipos de aditivos usados para aderir aos produtos de propriedades sensoriais de forma atraente. Conforme o ministério da saúde, no Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda-se no mínimo três refeições diárias, que são elas: café da manhã, almoço e jantar, intercaladas com pequenos lanches no dia, para assim garantir saúde (BRASIL, 2014).

Uma vez que o guia orienta sobre consumo alimentar equilibrado levando em conta suas diversas dimensões, analisar a conformidade de adultos e idosos com suas diretrizes é um passo significativo para entender o impacto e a complexidade deste recurso. Conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a análise de diretrizes nutricionais é inadequada em diversos países. Avaliar essa adesão possibilita quantificar as particularidades dos hábitos alimentares da população e suas interações com outros fatores determinantes, como aspectos sociais, econômicos e demográficos, por exemplo. Por isso há a necessidade de empregar o modelo conceitual dos determinantes sociais da saúde proposto pela OMS para situar alguns dos elementos sociodemográficos (gênero, etapa da vida, etnia/cor da pele, estado civil, nível de instrução e rendimento per capita) que podem estar associados à adesão de adultos e idosos às práticas alimentares sugeridas pelo guia. Este modelo leva em conta os fatores estruturais (mecanismos sociais, econômicos e políticos) que influenciam por meio de determinantes intermediários (condições materiais, aspectos comportamentais, biológicos e psicossociais) para definir impactos na saúde (FERNANDES *et al.*, 2025).

Neste estudo, o uso do Guia Alimentar não se limita a um referencial normativo, mas se configura como uma ferramenta analítica que permite compreender, de maneira situada, como se estruturam os padrões de consumo alimentar entre feirantes da agricultura familiar agroecológica no município de Gouveia-MG.

2.4 Princípios Agroecológicos

A agroecologia representa uma das práticas agrícolas mais sustentáveis em todos os aspectos e busca recuperar a dignidade dos agricultores, que ao longo do tempo, domesticaram plantas e animais, além de manter uma parte importante da diversidade genética aproveitada pela sociedade. Além disso, ao preservarem a agrobiodiversidade, esses agricultores incentivaram métodos e inovações que hoje são reconhecidos pela comunidade científica e pelos formuladores de políticas (NODARI; GUERRA, 2015).

Segundo Melo, Silva e Araújo (2017) o conceito de agroecologia se relaciona em conhecimentos tanto tradicionais quanto científicos, abrangendo trocas de experiência e também visando alimentos nutritivos e é dessa forma que os feirantes agroecológicos produzem uma gama de alimentos saudáveis. Interligar a alimentação com a agroecologia é peça fundamental, porque ambas estarão atuando na Segurança Alimentar e Nutricional, no ambiente rural, assim como na saúde desses trabalhadores.

Para Altieri (2012) a agroecologia é dada como uma ciência que procura compreender a profundidade dos agrossistemas e todas as práticas mediante ao conhecimento científico associado aos

saberes locais exercido pelos agricultores, oferecendo diretrizes para que além da produtividade, sejam também mantidos os recursos naturais.

Dentro da agroecologia os princípios devem ser sobrepostos mediante a realidade própria de cada área, visando uma alimentação limpa para assim adequar-se aos interesses da população. A tecnologia presente nesta prática é isenta de pesticidas para qualquer seção de produção, como o exemplo da fertilização sem composição sintética (agrotóxicos), a diminuição das doenças e dos parasitas. Estudos apontam que o uso desordenado de agrotóxicos é visto como uma grande preocupação para a garantia dos direitos humanos e isso tem agravado inúmeros problemas de saúde e ao meio ambiente. Este padrão agroalimentar também tem sido percebido como fatores que contribuem para a existência da obesidade, fome e mudanças climáticas (SOARES, 2005; SILVA; RIZZOLO, 2023). Essa visão também está alinhada com a definição de transição agroecológica proposta por Silva *et al.*, (2025) a qual se refere a um processo que visa restaurar a harmonia ecológica, diminuindo a dependência de insumos externos e promovendo práticas de produção sustentáveis.

A prática da agroecologia, por ser um método benéfico tanto para redução de custos quanto para a conservação do meio ambiente, ainda enfrenta grandes desafios, sendo eles: econômicos, sociais e ambientais. Um dos maiores desafios enfrentados é a falta de conhecimento da população, entretanto, atualmente já se tem construído um marco regulatório da agroecologia para haver este avanço agroecológico. Dessa forma, a aplicação das práticas agroecológicas é uma forma de incentivar o desenvolvimento rural sustentável, com totalidade de mais conhecimento científico e local que tende a preservar as plantações, que desenvolve a saúde e nutrição da população e preservam os recursos naturais, impedindo as alterações do ciclo natural das plantas, a poluição atmosférica, da água, e o aquecimento global, para que assim não haja um desaparecimento dos recursos naturais. A implantação de uma organização produtiva sustentável na esfera ambiental, social e econômica é a finalidade da agroecologia. Ainda que a agricultura familiar seja de suma importância por produzir grande parte da alimentação brasileira e os desafios enfrentados pela agroecologia sejam recorrentes, o consumo alimentar relacionado à saúde da população rural tem sido pouco referenciado em pesquisas da saúde pública e coletiva (JESUS; OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2023).

Em meio a tantos problemas, a agroecologia segue como uma forma de produzir alimentos fundamentais para intentar o sistema homogêneo e viabilizar mudanças mediante a tantos desafios colocados. Ademais, além de ser uma ciência que apresenta o manuseio sem uso de agrotóxicos, ela é um exercício que abrange um conjunto de princípios que sugerem transformações a realidade por meio do território e da terra, a qual recupera as raízes culturais, ancestrais e tradicionais, incentivando a biodiversidade e promovendo a soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, ampliando por meio de trocas e saberes o fortalecimento da agricultura familiar nas zonas rurais (SILVA; RIZZOLO, 2023).

No caso dos feirantes da Feira Livre do Produtor Rural em Gouveia-MG, os princípios agroecológicos não se restringem ao modo de produção, mas também podem influenciar suas escolhas alimentares. Entretanto, essa relação não é homogênea, pois esses sujeitos estão inseridos em contextos sociais mais amplos, sendo atravessados por dinâmicas urbanas e pela transição alimentar. Assim, analisar a agroecologia nesse contexto implica compreender suas potencialidades e limites na conformação dos padrões de consumo alimentar.

Com isso, a agroecologia é abordada neste estudo não apenas como prática produtiva, mas como um elemento que pode incidir sobre os modos de vida e as práticas alimentares dos feirantes, permitindo problematizar em que medida a produção de alimentos saudáveis se traduz, ou não em consumo alimentar igualmente saudável.

2.5 Agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização: o caso das feiras livres

No Brasil, as feiras, que datam do período colonial, possuem grande importância tanto para a geração de renda das comunidades rurais quanto para a dinâmica econômica nas cidades. Elas refletem expressões culturais através dos costumes alimentares da população da região. Bastante enraizadas na venda e na troca de excedentes de produção agrícola e de hortaliças e frutas entre os cultivadores, as feiras se inserem na categoria de comércio onde a origem e as qualidades dos itens vendidos se destacam através da interação direta entre o consumidor e o produtor (ARAÚJO; RIBEIRO, 2018).

As feiras livres, também conhecidas como mercados tradicionais, foram introduzidas no Brasil pelos imigrantes e tiveram sua primeira menção no país no ano de 1548. Esses mercados ofereciam duas modalidades de comércio diferentes: uma voltada para itens de luxo e outra para bens provenientes da agricultura. As feiras, mesmo mantendo sua essência, observaram, ao longo do tempo, transformações tecnológicas e de comportamento, que refletem diretamente os modos de vida dos consumidores (DANTAS, 2008)

Assim, inserem-se em redes de cadeias curtas de comercialização que, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, entendem como modalidades de comércio que se fundamentam na venda direta de produtos frescos ou sazonais, eliminando intermediários ou restringindo ao mínimo a intermediação entre produtores e consumidores, ou seja, refere-se à venda direta ou indireta com a inclusão de, no máximo, um intermediário que mantenha uma conexão geográfica e relacional entre o produtor e o consumidor (CEPAL; FAO; IICA, 2021).

Essas cadeias curtas se distinguem por três aspectos: a) espacial – encurtando a distância entre a produção e o consumo de alimentos; b) social – promovendo uma maior interação entre consumidor e

produtor, o que favorece o estabelecimento de vínculos de confiança; e c) econômica – criando um mercado regional para a produção. As feiras passaram a ser alvo de pesquisa, principalmente a partir do início dos anos 2000, levando em conta como principais temas a agricultura familiar e a segurança alimentar, em decorrência da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu a Política Nacional para a Agricultura Familiar e os Empreendimentos Rurais de caráter familiar. Entretanto, é evidente que os estudos ainda tendem a ser muito mais qualitativos do que quantitativos (SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

Dentro do cenário das feiras, encontra-se a participação de agricultores que pertencem a famílias, uma vez que, esses representam formas compactas de comercialização. Esses canais têm se mostrado como alternativas para a inclusão produtiva de grupos que historicamente foram deixados de lado, como os camponeses e as mulheres. Ademais, eles são igualmente adequados e estratégicos para a distribuição da produção agrícola proveniente de famílias. Compreender a realidade da região é, assim, fundamental para a elaboração de políticas públicas que estimulem a inclusão de pequenos agricultores em formas diretas de venda, assim como as feiras, uma vez que, a entrada desses agricultores em canais mais longos tem acontecido em razão da escassez de opções de envolvimento em canais diretos (DA SILVA *et al.*, 2017).

No Vale do Jequitinhonha, onde se localiza o município de Gouveia-MG, o fruto do trabalho familiar é um dos pontos importantes. Os produtos ofertados são praticamente sem química agrícola, primando pelas histórias, saberes e técnicas. Grande parte do aprendizado destes feirantes agroecológicos foi obtida através de seus pais e avós e ao longo dos anos foram aperfeiçoando com a prática. Estes feirantes plantam com embasamento no solo, nas plantas e segundo os recursos naturais (CRUZ *et al.*, 2020).

Vale ressaltar que as feiras livres atuam como espaços de resistência e preservação das tradições. Esses espaços são vistos como um local ideal para socializar, geralmente composta de amigos, parentes e vizinhos. São espaços que não só visam o capital, mas implicam um importante convívio social entre feirantes e comerciantes. Para o consumidor, a feira abrange várias vantagens como encontrar alimentos sem o uso de agrotóxicos, além da percepção de como eles enxergam esses produtos para comprá-los (PAULINO *et al.*, 2020; CRUZ *et al.*, 2020). Diante disso, a agricultura familiar desempenha um papel crucial não somente na geração de alimentos, mas também na preservação das tradições alimentares e na promoção da Segurança Alimentar e Soberania (PAIVA, 2018).

Ao considerar os feirantes da agricultura familiar agroecológica, os circuitos curtos assumem um papel ainda mais significativo, pois conectam diretamente produção, comercialização e consumo. Essa proximidade possibilita que os próprios feirantes acessem e consumam os alimentos que produzem, ao mesmo tempo em que estão expostos às dinâmicas do mercado e às transformações nos

padrões alimentares. Assim, analisar os circuitos curtos no contexto da feira de Gouveia permite compreender como essas relações influenciam não apenas a comercialização, mas também os hábitos alimentares desses sujeitos.

2.6 Feirantes como Sujeitos de Consumo

A pesquisa sobre feiras livres no Brasil tem se fortalecido, principalmente, através de abordagens que ressaltam sua função como circuitos de comercialização diretos, locais de interação social e reprodução de estilos de vida (VEDANA, 2013; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017). Nesses estudos, os feirantes são predominantemente vistos como produtores e vendedores, sublinhando sua relevância na disponibilização de alimentos, na movimentação das economias regionais e na preservação de práticas culturais ligadas à agricultura familiar. No entanto, nota-se que há uma escassez de literatura que analise os feirantes como consumidores, isto é, como indivíduos que também desenvolvem suas próprias práticas alimentares, influenciadas por diversas forças sociais, econômicas e culturais. Essa deficiência revela uma tendência analítica que distingue produção de consumo, ignorando que, dentro do contexto da agricultura familiar, essas dimensões tendem a se entrelaçar.

De acordo com Mintz (2001), a alimentação deve ser vista como um fenômeno social intrincado, onde a produção e o consumo estão intimamente conectados, embora atualmente essas ligações sejam mais difusas. No caso dos feirantes, essa interdependência adquire características próprias, já que esses indivíduos atuam simultaneamente como produtores, comerciantes e consumidores. Além disso, autores como Fischler (1995) ressaltam que os hábitos alimentares são moldados por identidades, valores e pertencimentos, sugerindo que o ato de se alimentar vai além da simples disponibilidade de alimentos, englobando escolhas, representações e circunstâncias de vida. Assim, mesmo aqueles que cultivam alimentos saudáveis, como os feirantes que trabalham com a agroecologia, podem ter padrões alimentares variados, influenciados por aspectos como o tempo disponível, a renda, o acesso a produtos industrializados e a participação em dinâmicas urbanas.

No âmbito das pesquisas sobre áreas rurais e alimentação no Brasil, apesar dos progressos na compreensão da agricultura familiar e dos circuitos curtos (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017), as investigações que aprofundam o autoconsumo e as práticas alimentares desses indivíduos ainda são bastante limitadas. Algumas pesquisas indicam que o autoconsumo é um aspecto crucial para a segurança alimentar das famílias que trabalham na agricultura, mas também ressalta que sua ocorrência não é uniforme, sendo afetada por mudanças socioeconômicas e pela crescente inserção nos mercados (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

No que diz respeito especificamente aos feirantes que atuam na agroecologia, essa questão se torna ainda mais relevante, pois esses indivíduos estão imersos em um contexto particular, onde a geração de alimentos saudáveis convive com a exposição a práticas alimentares atuais. Portanto,

entender os feirantes como consumidores requer a compreensão de que suas escolhas alimentares não são ditadas apenas pela produção, mas resultam de um complexo conjunto de interações que envolve trabalho, cultura, mercado e estilos de vida.

Dessa maneira, esta pesquisa também contribui para o progresso desse campo ao transformar a perspectiva dos feirantes, não os vendo apenas como produtores, mas também como consumidores. O objetivo é analisar em que medida a participação na agroecologia e em circuitos curtos de venda afeta, ou não, seus hábitos alimentares. Essa abordagem permite desafiar a ideia de que o cultivo de alimentos saudáveis implica, inevitavelmente, em seu consumo, evidenciando as contradições e complexidades que permeiam os sistemas alimentares contemporâneos.

3. METODOLOGIA

Cenário da pesquisa e participantes

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Gouveia é um município de Minas Gerais, localizado na região intermediária de Teófilo Otoni (IBGE, 2017), tendo municípios vizinho como: Diamantina, Conceição do Mato Dentro, Santana de Piracema, Presidente Juscelino, Monjolos e Datas, e, no último censo de 2024, sua população estimada era de 11.536 habitantes, área territorial 866,601 km².

Segundo Oliveira (2007) e Silva (2012), a população do município se forma a partir da relação entre diferentes etnias. No município a economia é notada por uma agricultura familiar, essencialmente para o autoconsumo, dentre esses produtos da agricultura podemos destacar: o feijão, o arroz e a cana de açúcar como principais produções. É importante salientar que nas comunidades rurais do município a renda principal é a venda dos produtos da agricultura familiar na Feira Livre do Produtor Rural. Os produtos que se destacam fortemente nas comunidades são: as hortaliças, as frutas, o alho, o doce caseiro em conserva e os temperos naturais feitos à base da própria colheita do quintal. Entretanto, além das atividades na agricultura, o artesanato é inteiramente presente na vida das famílias, feito à base da palha de milho que é uma referência para o município.

A pesquisa realizada se deu a partir de entrevistas com um universo de dez feirantes que produzem alimentos agroecológicos no município. A Feira Livre dos Produtores Rurais no município de Gouveia-MG é constituída no total por oitenta feirantes. Dentre estes, o universo de dez feirantes comercializa na feira produtos provenientes da agricultura familiar com enfoque na agroecologia. A escolha pelo grupo dos dez feirantes se deu pela trajetória da minha vida pessoal. Por ser neta de produtores e feirantes agroecológicos, parte da minha infância foi na zona rural. Acompanhei meus avós na produção e comercialização de seus produtos e vivenciei de perto todas as transformações passadas por eles referente ao perfil alimentar e a saúde vinculado a este trabalho. Toda essa convivência me fez refletir sobre a base da alimentação daqueles que produzem os nossos alimentos. A curiosidade sobre

ser um feirante agroecológico e o seu modo de vida foi o que me incentivou a pesquisar sobre o consumo alimentar desse grupo.

Percursos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida foi de caráter qualitativo e quantitativo, caracterizada como transversal, que se deu por meio de aplicação de um questionário de frequência alimentar para mensurar o consumo alimentar dos participantes, este Questionário de Frequência Alimentar (QFA) desenvolvido por Fisberg *et al.* (2008) foi validado em um estudo populacional realizado no município de São Paulo. O instrumento foi elaborado a partir de dados de recordatório alimentar de 24 horas aplicado a 1.477 indivíduos, permitindo identificar os alimentos responsáveis pela maior contribuição na ingestão energética e de nutrientes da população. Foi feita também a entrevista com feirantes agroecológicos do município. Os critérios de inclusão para a pesquisa foram ser feirante que trabalham com produtos da agricultura familiar exclusivamente agroecológicos e tendo como os critérios de exclusão: feirantes com limitações cognitivas que impossibilitassem responder adequadamente às perguntas; feirantes que não se reconheciam como produtores agroecológicos; e aqueles que comercializavam produtos agroecológicos apenas na condição de revendedores.

A coleta de dados deu-se por meio da aplicação do Questionário de Frequência Alimentar caracterizado como um método quantitativo delineado com o propósito de coletar informações sobre a frequência de consumo de alimentos dos indivíduos (APÊNDICE 1). A aplicação do questionário nesta pesquisa foi interessante para conhecer o padrão alimentar destes feirantes, medindo o consumo alimentar e verificando a frequência de consumo de determinado alimento ou de um grupo alimentar baseado na classificação do Guia Alimentar para a População Brasileira (FISBERG *et al.*, 2008; SLATER *et al.*, 2003). Também foi aplicado um questionário semiestruturado realizado através da entrevista aberta (APÊNDICE 2). Esta, foi escolhida por possibilitar uma melhor exploração do tema e informações mais detalhadas. A técnica de entrevistas abertas tem finalidades exploratórias e é utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. No que se refere a estrutura, o entrevistado teve total liberdade para falar sobre o tema proposto, em uma conversação informal. A interferência do entrevistador foi mínima, assumindo uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, interrompeu a fala do entrevistado (BONI; QUARESMA, 2005).

O presente estudo ocorreu em três etapas. Na primeira etapa foi feito um contato prévio com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a Emater do município para obtenção dos endereços do grupo. Embora a feira conte com aproximadamente 80 feirantes, apenas dez estão cadastrados como produtores da agricultura familiar de base agroecológica no sistema da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Os demais feirantes comercializam produtos variados, como alimentos de produção

doméstica, artesanato, produtos de limpeza e outros itens. Assim, os dez produtores agroecológicos identificados constituíram o universo desta pesquisa. E em seguida sucedeu a segunda etapa que se caracterizou na apresentação da pesquisa para os participantes em suas residências, bem como também ficaram agendadas uma data para a realização das entrevistas e aplicação do questionário com os participantes que aceitaram participar, ainda nesta etapa foi recolhida as assinaturas do TCLE (APÊNDICE 3). A terceira etapa se caracterizou na realização da aplicação do questionário de frequência alimentar e nas entrevistas semiestruturadas. A aplicação dos questionários e as entrevistas ocorreram de forma individual nos domicílios dos participantes, para melhor privacidade e comunicação. A duração das entrevistas apresentou média de sessenta minutos. Utilizou-se um gravador digital de áudio de um aparelho telefônico para gravar as entrevistas. Para digitalizar e arquivar as entrevistas foi utilizado um computador e um *pendrive* externo para cópia, objetivando segurança no arquivamento das entrevistas.

Quanto a análise quantitativa foi realizada de forma minuciosa, com proposta de examinar os dados coletados. Utilizou-se o *Software Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS)*, versão 20.0, para análises estatísticas e agrupamentos de padrões, denominados *clusters*, esses agrupamentos resultam de uma análise detalhada proveniente de um procedimento de agrupamento hierárquico realizado a partir dos dados obtidos por meio de um Questionário de Frequência Alimentar. A análise inicial foi conduzida utilizando o método proposto por *Ward* o qual possibilitou a formação de três *clusters* distintos, considerando uma amostra composta por dez entrevistados. Além disso, planilhas do *Microsoft Excel* também foram utilizadas para tabulação e cálculo de porcentagens, tornando-se a análise precisa e eficiente. Após a tabulação e cálculo das métricas adequadas, foi possível construir uma matriz de dados com os resultados obtidos. Esta proporcionou uma visualização clara e estruturada das informações analisadas, auxiliando na identificação de padrões, tendências e relações entre as variáveis estudadas. A abordagem quantitativa, reforçou a confiabilidade e a robustez dos dados e contribuiu para uma análise consistente e embasada no estudo proposto.

Em relação aos dados qualitativos, a análise das entrevistas se deu pelo método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2011). Para a autora, a função primordial da análise de conteúdo é o desvendar crítico, permitindo descrever e interpretar diferentes realidades, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, procurando conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras.

O método proposto por Bardin se baseia em três fases: a pré-análise, onde é feita uma leitura flutuante em que são elaborados as hipóteses e os objetivos da pesquisa, assim, todo material é organizado para compor o corpus da pesquisa. Na fase seguinte, de exploração do material, são feitas as codificações, processo pelo qual os dados são transformados sistematicamente e agregados em

unidades e são feitas também as categorizações, que são como rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns. Por último, são realizados o tratamento e interpretação dos resultados, onde o pesquisador retorna ao referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação (BARDIN, 2011).

Análise dos Dados

As entrevistas foram completamente transcritas e organizadas para formar o corpus qualitativo, enquanto os dados oriundos do Questionário de Frequência Alimentar foram revisados, codificados e submetidos a um tratamento inicial. Essas práticas garantiram a uniformidade interna dos dados, a detecção de padrões iniciais e a solidez metodológica essencial para a análise dos resultados subsequentes. A análise estatística foi realizada no SPSS 20.0. As respostas obtidas no Questionário de Frequência Alimentar foram transformadas em médias de frequência semanal para a uniformização dos dados. Posteriormente, foi realizada uma Análise de Agrupamento através do método hierárquico, empregando a distância euclidiana e o método de *Ward*. A metodologia de *Ward* é uma técnica de agrupamento em nível hierárquico (análise de agrupamento) utilizada para classificar pessoas ou unidades de análise em conjuntos que apresentam características comuns. Essa abordagem de *Ward* se desenvolve através de um processo de aglomeração hierárquica, no qual cada elemento inicia como um grupo separado e, com o tempo, são constituídos grupos maiores a partir da semelhança existente entre eles. A finalidade do método é reduzir a variabilidade nos grupos que foram criados (WARD, 1963). E esse método foi o que culminou na identificação de três grupos de padrões de consumo alimentar. Além disso, foi conduzida uma Análise de Componentes Principais (PCA), fundamentada na matriz de correlação, para diminuir a dimensionalidade e descobrir os eixos que apresentam maior variabilidade, além da visualização dos dados e uma análise estatística comparativa das médias de consumo entre os *clusters*, havendo a necessidade de investigar e descrever os fatores que levaram as variáveis de consumo que mais contribuíram para a singularidade dos entrevistados 3 e 4. A base de dados inicial, composta pelas respostas do universo dos dez participantes e as cento e trinta e duas variáveis relacionadas à frequência e à quantidade de consumo de diversos alimentos, foi complementada pela designação de um rótulo de *cluster* para cada indivíduo, alinhada com a solução de três grupos detectada na análise dendro gramática.

Os dois primeiros elementos possibilitaram a observação da distinção entre os grupos formados. Os dados estatísticos foram posteriormente combinados à análise qualitativa das entrevistas, o que enriqueceu a compreensão do consumo alimentar dos feirantes.

O Cluster 1 foi novamente submetido a um processo de agrupamento, sendo realizadas análises por meio do método *Ward* e da Análise de Componentes Principais (PCA), a partir dos dados disponíveis, o que possibilitou identificar a presença de *subclusters*.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Feirantes

Foram entrevistados um universo de dez feirantes produtores agroecológicos residentes no município de Gouveia, com idades variando entre 27 a 67 anos. A fim de preservar o anonimato dos participantes, estes foram identificados ao longo da pesquisa como Entrevistados 1 a 10.

Conforme apresentado na Tabela 1, observa-se a predominância de participantes com escolaridade correspondente ao ensino fundamental, embora também haja a presença de entrevistados com ensino médio completo e ensino superior. No que se refere à renda familiar, os valores declarados situam-se, em sua maioria, entre 1,5 e 3 salários mínimos, o que evidencia certa heterogeneidade nas condições socioeconômicas dos feirantes participantes. Em relação ao estado civil, verifica-se a predominância de indivíduos casados, além da presença de participantes solteiros e viúvos, indicando diferentes configurações familiares entre os entrevistados. A caracterização sociodemográfica dos participantes contribui para a contextualização do grupo investigado e para a compreensão das práticas e hábitos alimentares analisados no estudo.

Tabela 1- Perfil sociodemográfico de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.

Entrevistado	Idade (anos)	Escolaridade	Renda familiar	Estado civil
1	63	Ensino fundamental I (4º ano)	1,5 salários mínimos	Viúva
2	27	Ensino médio completo e curso técnico	2,5 salários mínimos	Casada
3	60	Ensino fundamental I (3º ano)	2 salários mínimos	Casado
4	29	Ensino superior	3 salários mínimos	Solteiro
5	63	Ensino fundamental II (8º ano)	2 salários mínimos	Solteira
6	67	Ensino fundamental I (3º ano)	2 salários mínimos	Casado
7	65	Ensino fundamental I (4º ano)	3 salários mínimos	Casada

8	56	Ensino fundamental II (8ª série)	2	salários mínimos	Viúva
9	70	Ensino fundamental I (3º ano)	2	salários mínimos	Casado
10	30	Ensino médio completo	2	salários mínimos	Casada

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 2 mostra como os entrevistados estão distribuídos de acordo com a estrutura familiar em suas residências, revelando a quantidade de pessoas que habitam em cada núcleo familiar. A relevância dessa variável na análise se dá pelo seu papel na influência das práticas alimentares, assim sendo, ela se caracteriza como uma condição social importante na compreensão dos padrões alimentares observados.

Tabela 2- Caracterização da composição familiar de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.

Entrevistado	Composição familiar no domicílio	Nº de moradores
1	Mora com a filha	2
2	Mora com o marido	2
3	Mora com a esposa (filhos casados moram fora)	2
4	Mora sozinho	1
5	Mora sozinha (sobrinha não reside fixo)	1
6	Mora com a esposa	2
7	Mora com marido, filha, filho e 2 netas	6
8	Mora sozinha (filhos são casados e moram fora)	1
9	Mora com a esposa	2

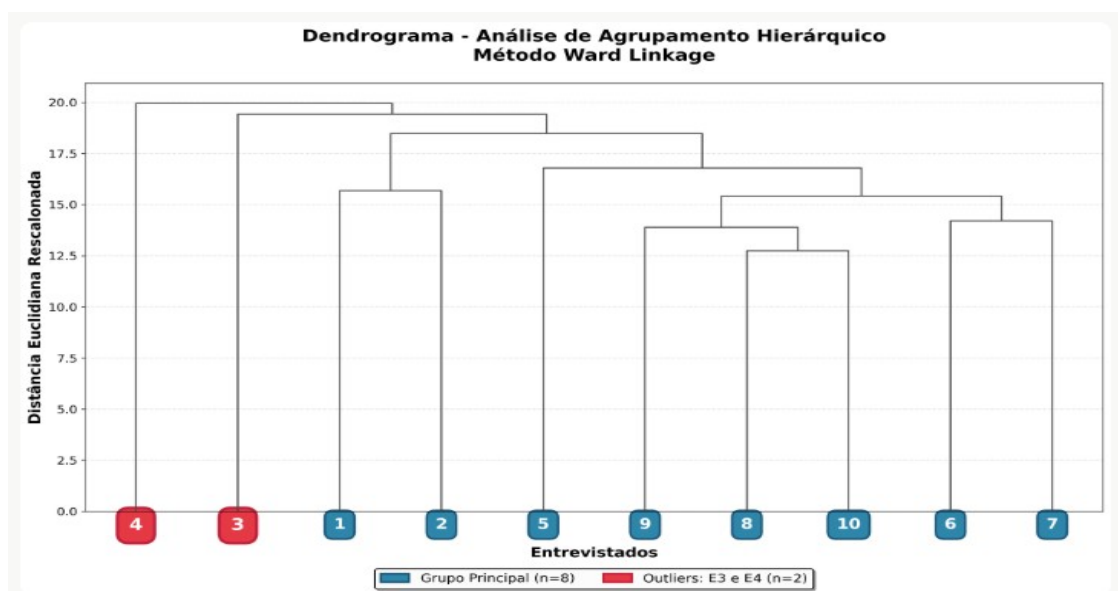
10	Mora com marido e 2 filhos	4
----	----------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora

Análise de Agrupamentos Hierárquico: caracterização de Clusters e identificação de padrões atípicos

Nessa sessão, apresentam-se os principais achados decorrentes da análise aprofundada dos *Clusters* resultou na formação de três *clusters* distintos a partir de uma amostra de dez entrevistados. O *Cluster 1* emergiu como o grupo principal, congregando oito dos dez participantes. Em contraste, os entrevistados 3 e 4 foram isolados em *clusters* individuais (*Cluster 2* e *Cluster 3*, respectivamente), indicando perfis de consumo alimentar claramente distintos.

Figura 1: Dendrograma de análise hierárquica de *Clusters* de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025. *Cluster 1*, *Cluster 2* e *Cluster 3*.



Fonte:

Elaborado pelo Software statistical package for social Science for Windows.

O dendrograma apresentado ilustra a organização hierárquica dos grupos que foram criados com base nas variáveis de frequência alimentar dos feirantes. Esse tipo de gráfico demonstra a similaridade entre os indivíduos, possibilitando identificar quais participantes têm práticas alimentares semelhantes e quais se afastam de forma significativa. No dendrograma, observa-se de maneira nítida a criação de três grupos, sendo o *Cluster 1* (Entrevistados 1,2,5,6,7,8,9 e 10) o mais extenso e integrado, enquanto os *Clusters 2* e *3* (Entrevistados 3 e 4) surgem como ramificações separadas, sugerindo padrões alimentares distintos e afastado dos demais.

A coesão do *Cluster 1* no dendrograma pode ser observada pela proximidade dos oito feirantes que possuem consumos alimentares similares. Este coletivo é formado por pessoas do campo que, segundo as entrevistas realizadas, seguem uma alimentação essencialmente centrada no autoconsumo

de alimentos frescos, cultivados sem o uso de agrotóxicos. As declarações das entrevistadas abaixo ilustram de maneira exemplar a proximidade visual desses participantes no dendrograma:

[...] O que nós plantamos aqui também comemos. É tudo muito natural e verdinho, sem veneno e sem remédio (Entrevistada 1).

[...] Minha alimentação é balanceada, como o que planto e sem remédio nenhum. Evito comer os industrializados (Entrevistada 2).

[...] É sem veneno, não jogo nada de agrotóxicos nas plantas, porque isso é um veneno medonho que acaba com a lavoura da gente, entende? Então é tudo natural, bem cuidado com o adubo que eu mesma faço e coloco na terra (Entrevistada 9).

Essas declarações contribuem para entender a razão pela qual esse grupo de entrevistados está tão próximo entre si no dendrograma: suas práticas alimentares são parecidas e estão alinhados com os princípios agroecológicos que guiam sua maneira de viver. Isso está em consonância com a análise de Altieri (2012) e Gliessman (2015), que argumentam que sistemas agroecológicos favorecem a promoção de hábitos alimentares saudáveis e consistentes dentro das famílias de agricultores.

Embora esse grupo demonstre uma maior afinidade com alimentação que são vistas como mais saudáveis, é fundamental evitar uma interpretação simplista ou idealizada desses resultados. Conforme salienta Fischler (1995), as práticas alimentares não se estruturam apenas a partir de aspectos nutricionais ou produtivos, mas abrangem elementos simbólicos, sociais e culturais que podem desafiar essa aparente coerência. Dessa forma, mesmo entre os feirantes +que mais se dedicam ao consumo de alimentos frescos, pode haver incertezas e negociações diárias que não estão claramente evidentes nos dados, sugerindo que a conexão entre produção agroecológica e alimentação saudável não é sempre linear ou uniforme.

Em oposição, o dendrograma revela que dois participantes se afastam consideravelmente da união do *Cluster 1*: o feirante pertencente ao *Cluster 2* (Entrevistado 3) e o do *Cluster 3* (Entrevistado 4). Esses indivíduos se manifestam como "ramificações longas", ou seja, estão conectados ao restante do grupo por uma distância maior, indicando que suas práticas alimentares diferem consideravelmente do padrão prevalente.

Essa distinção entre os grupos também possibilita questionar a noção de que o acesso à produção agroecológica, por si só, assegura práticas alimentares mais saudáveis. De acordo com o que discutem Contreras e Gracia-Arnaiz (2005), as decisões relativas à alimentação são influenciadas por fatores como tempo, renda, preferências pessoais e influências culturais, podendo assim gerar uma desconexão entre o que é produzido e o que realmente é consumido. Nesse contexto, os dados obtidos neste estudo

não somente corroboram a literatura existente sobre alimentação saudável, mas também revelam limites e contradições que desafiam interpretações simplistas do mundo agroecológico.

No caso do entrevistado 3 (*Cluster 2*), ele ingere excesso de açúcares, alimentos fritos, rapadura, gordura suína e café com açúcar, enquanto tem uma baixa ingestão de legumes e produtos frescos. Essa particularidade se revela de forma evidente em sua maneira de falar:

[...] Gosto de uma banhazinha de porco na comida e de fritura também. Minha filha é nutricionista e tá sempre puxando minha orelha, mas já acostumei assim desde de novo (Entrevistado 3).

A separação do grupo ao qual o entrevistado 3 pertence no dendrograma ilustra de forma clara a descontinuidade entre seu consumo alimentar dos demais feirantes. Essa questão remete à descrição feita por Contreras e Garcia (2011) sobre a “manutenção dos costumes alimentares tradicionais”, na qual os autores destacam que determinados alimentos considerados “fortes” estão carregados de significados simbólicos relacionados à energia, à rusticidade e à herança familiar. Nesse contexto, práticas alimentares como o uso da banha suína também podem ser compreendidas como parte desse conjunto de tradições culinárias, uma vez que estão historicamente vinculadas aos modos de vida rurais e à transmissão de saberes alimentares entre gerações. Assim, observa-se que tais práticas se mantêm ao longo do tempo, revelando a permanência de hábitos alimentares culturalmente construídos e socialmente compartilhados.

Para Canesqui (2005) denomina como “cultura alimentar da resistência”, na qual tradições antigas são preservadas como emblemas de identidade, mesmo frente a narrativas contemporâneas sobre alimentação saudável. Assim, existe um significado simbólico que vai além da alimentação e se fundamenta na recordação, nos vínculos emocionais e na trajetória familiar.

Por outro lado, observa-se também a presença de mudanças no padrão alimentar, evidenciadas pelo aumento do consumo de alimentos fritos, açucarados e industrializados. Conforme discute Garcia (2003), esse processo está relacionado às transformações sociais ocorridas nas áreas rurais, especialmente à intensificação da urbanização e à maior disponibilidade de produtos industrializados. Nesse sentido, tais mudanças refletem a incorporação de novos hábitos alimentares que passam a coexistir com práticas alimentares tradicionais.

Mesmo diante dessa situação, o entrevistado 3 enfatiza a relação ética e ambiental com a alimentação, desaprovando o uso de agrotóxicos e entendendo o alimento natural como sendo mais “limpo” e saudável, o que está alinhado ao conceito de autonomia camponesa apresentado por Altieri (2012).

[...]o agrotóxico é assim, ele pode até ajudar a plantação crescer e sem nenhum bicho, o problema é que quem come essa comida são as pessoas, uai. E esse veneno entra no corpo

devagarinho e vai prejudicando a saúde sem a pessoa ver, quando ela assusta já tá mal demais, por isso não uso e não sou a favor dele (Entrevistado 3).

Essa divergência entre o ideal agroecológico e as práticas convencionais reflete a presença de dois sistemas alimentares: o da agricultura sustentável e o da tradição alimentar rural, que se refere ao conjunto de práticas, saberes e hábitos ligados ao cultivo, preparo e consumo de alimentos transmitidos entre gerações nas comunidades rurais. Esses costumes estão associados à cultura local, à memória familiar e às formas tradicionais de produção, expressando também valores simbólicos, sociais e identitários que contribuem para a preservação das formas de vida no campo (LIMA; FERREIRA NETO; FARIAS, 2016).

Já o entrevistado 4 (*Cluster 3*) embora graduado em engenharia florestal e profissionalmente engajado na área da agroecologia, constitui um grupo ainda mais remoto, mostrando no dendrograma uma divisão que indica seu amplo e intenso padrão de consumo de ultraprocessados. As informações numéricas indicam que ele costuma ingerir refrigerantes, embutidos, pizzas, lanches e doces com frequência. Tal escolha evidencia a influência da modernidade e da rotina de trabalho sobre os padrões alimentares. Esse fenômeno já foi abordado por Bielemann *et al.*, (2015) que analisaram a transição alimentar e a crescente ingestão de alimentos ultraprocessados entre jovens adultos. Um padrão que se destaca quando comparado ao dos demais participantes da pesquisa. A sua declaração valida essa conduta e ilustra de maneira visual sua posição distante:

[...] Eu moro sozinho, então você já sabe, né, peão não liga para muita coisa não, o que tem come, geralmente compro marmita dia de semana e final de semana como lanches ou pizza, tudo para facilitar mesmo (Entrevistado 4).

Esse afastamento expressivo no dendrograma sugere que o padrão do entrevistado 4 não só se distancia da alimentação observada no Cluster 1, mas também pode estar ligado a fatores relacionados ao ambiente doméstico. Assim sendo, é relevante levar em conta a estrutura familiar como um fator possivelmente influente no padrão alimentar, uma vez que as práticas alimentares podem diferir de acordo com a configuração do convívio. Pessoas que moram e se alimentam em núcleos familiares costumam dividir rotinas, preparações e escolhas alimentares, ao passo que aqueles que vivem sozinhos podem exibir maior autonomia e, em certos casos, uma variabilidade maior em suas condutas alimentares. Essa diferenciação está em consonância com as observações de Poulain (2004), abordando a maneira, o estilo de vida nas cidades, a personalização nas refeições e a acessibilidade de produtos alimentícios processados influenciam as práticas alimentares contemporâneos, inclusive entre aqueles que cultivam produtos frescos. Monteiro *et al.*, (2019) destacam que os alimentos ultraprocessados têm grande capacidade de atratividade devido à sua praticidade, uniformidade e apelo sensorial, o que ajuda a entender por que o entrevistado se encontra significativamente afastado dos demais. Sob a perspectiva

da Nutrição e Saúde Coletiva, a alimentação do entrevistado 4 configura um perigo para a saúde, apresentando um elevado consumo de sódio, gorduras e açúcares, elementos que estão relacionados à obesidade e a Doenças Crônicas não Transmissíveis como abordado por Filho e Rissin (2003).

Embora essa situação persista, a fala do entrevistado 4 revisita a importância simbólica e emocional da comida ao afirmar:

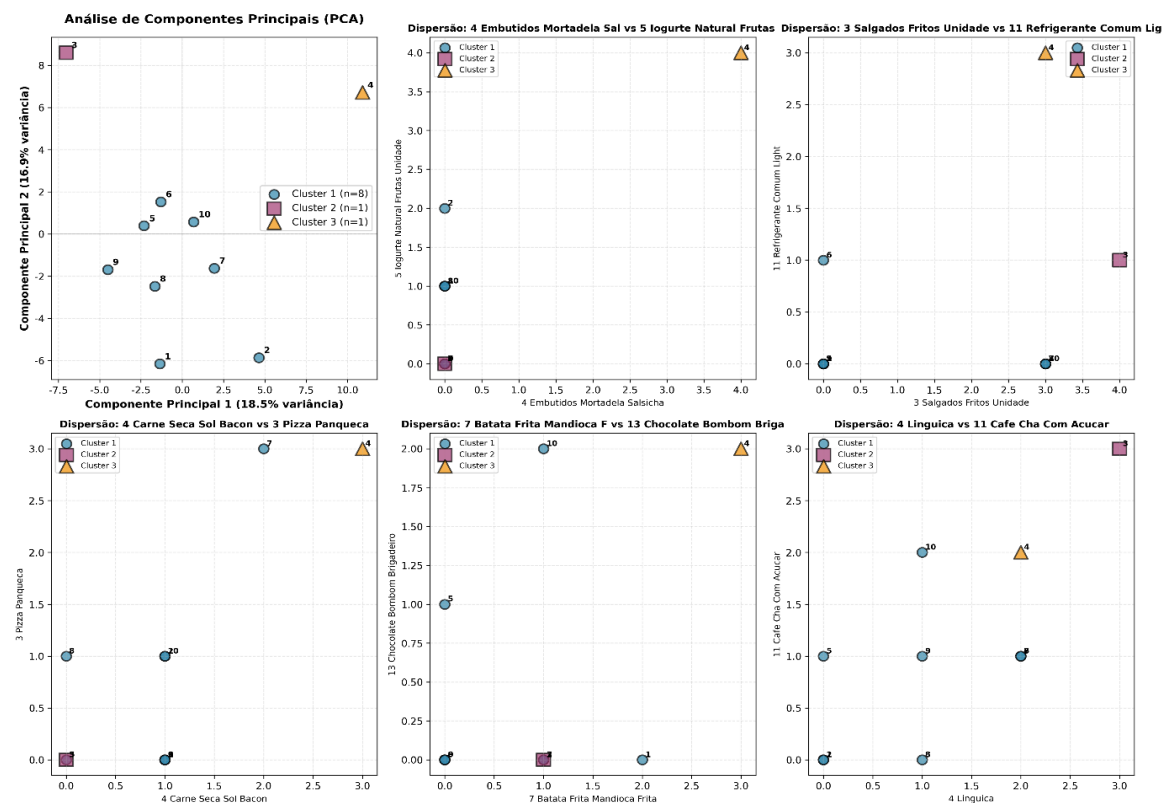
[...] Eu cresci sabendo o que era comida saudável, comendo chuchu, abóbora, pepino, quiabo e jiló e quando a gente queria comer algum doce, minha mãe fazia um bolo de fubá ou um doce de mamão com doce de leite e nós ficávamos satisfeitos demais com aquilo (Entrevistado 4).

Essa recordação revela que, mesmo diante da presença de alimentos ultraprocessados, existe uma memória alimentar sólida, a qual, conforme afirma Pereira (2025), as práticas alimentares são construídas desde a gestação e vai perdurando por toda a infância, e dessa maneira se cria a memória alimentar.

Portanto, o dendrograma apresenta de forma visual três aspectos fundamentais que as entrevistas auxiliaram na compreensão: em primeiro lugar, a uniformidade interna do *Cluster* 1, apoiada por um consumo alimentar alinhado com a agroecologia da agricultura familiar; em segundo lugar, a presença de padrões alimentares distintos, representados pelos *Clusters* 2 e 3, cada um com suas particularidades, no caso do entrevistado 3 observa-se a presença de elementos associados à conveniência e à praticidade características do contexto contemporâneo, especialmente quando se considera situações em que o indivíduo mora sozinho ou possui uma rotina de trabalho intensa, com pouco tempo disponível para cozinhar ou organizar sua alimentação. Esse aspecto evidencia como as demandas do cotidiano influenciam as escolhas alimentares. Por fim, destaca-se também a diversidade nos arranjos alimentares entre os feirantes, o que corrobora as reflexões de Canesqui e Garcia (2005) acerca da complexidade dos hábitos alimentares, mesmo entre grupos que apresentam perfis sociais semelhantes.

Além disso, é essencial levar em conta que os dados empíricos não apenas corroboram tendências já identificadas na literatura, mas também indicam áreas de tensão e falta de consistência. Conforme argumentam Monteiro et al (2019), a disseminação de alimentos ultraprocessados acontece de forma abrangente, atingindo até mesmo regiões rurais e populações que estão diretamente ligadas à produção de alimentos. Entretanto, no caso em estudo, percebe-se que a presença desse fenômeno não anula completamente as práticas alimentares tradicionais, mas sim se combina com elas, resultando em arranjos híbridos. Isso implica que o ambiente agroecológico deve ser entendido não como um espaço de total coerência, mas como um domínio caracterizado por conflitos, adaptações e contradições do dia a dia. A figura 2 apresenta o gráfico de dispersão dos participantes da pesquisa, destacando a disposição dos pontos conforme os critérios analisados na pesquisa.

Figura 2: Dispersão dos componentes principais (PC1 e PC2) do consumo alimentar de Clusters de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.



Fonte:

Software
statistical
package
for social
Science
for
Windows

A

Figura 2
ainda
ilustra a
coesão do
Cluster 1

e o

notável distanciamento dos *Cluster 2* e *Cluster 3*, que ocupam posições extremas no gráfico, sugerindo padrões de consumo radicalmente diferentes. Observa-se a coesão do *Cluster 1*, que engloba a maioria dos sujeitos participantes, contrasta com o isolamento dos entrevistados 3 e 4, posicionados em *clusters* distintos. Essa distribuição evidencia a heterogeneidade dos comportamentos alimentares, indicando distintos níveis de concordância com práticas dietéticas mais tradicionais e agroecológicas. Em consonância com Portilho; Castañeda e Castro (2011), a alimentação brasileira contemporânea é caracterizada pela presença de padrões culturais híbridos que conciliam a valorização dos alimentos *in natura* com a crescente disponibilidade de produtos ultraprocessados, o que parece ser corroborado pela diversidade dos perfis identificados.

O *Cluster 1* que agrupa a maioria dos feirantes, que evidenciam uma sólida correspondência entre a produção agroecológica e seus hábitos alimentares. As entrevistas revelam um consumo alimentar voltado para o autoconsumo, caracterizada por uma escassa utilização de produtos industrializados e uma valorização de alimentos frescos e naturais. Essa atitude reflete o que Altieri (2012) e Gliessman (2015) mencionam sobre a harmonia que normalmente se observa entre sistemas agroecológicos e práticas alimentares sustentáveis. Em contraste, os *Clusters 2* e *3* exibem um maior consumo de alimentos industrializados e uma menor adesão ao padrão agroecológico que foi destacado pelos feirantes do *Cluster 1*. Tanto o entrevistado 3 quanto o entrevistado 4, embora estejam envolvidos

na produção e venda de alimentos saudáveis, adotam práticas alimentares que se afastam da ideia de autoconsumo e da cozinha tradicional. Portanto, o que une os *Clusters* 2 e 3 não é a analogia em seus padrões, mas sim o que os distingue do modelo alimentar que se baseia em alimentos frescos, naturais e de produção local e este modelo é o que prevalece no grupo majoritário. Essa discrepância evidencia que, mesmo em um mesmo ambiente de produção, os costumes alimentares são moldados por diferentes elementos culturais, sociais e práticos, não se baseando necessariamente apenas na lógica agroecológica. Além disso, observa-se que fatores como a sazonalidade da produção agrícola também podem interferir nas escolhas e na disponibilidade de alimentos consumidos pelos agricultores, influenciando, assim, a composição de suas práticas alimentares. A tabela 3 representa claramente essa diferenciação dos *Clusters*.

Tabela 3- Análise dos *Clusters* de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.

Cluste r	Entrevistados	Quantidad e	Percentu al	Característica principal
1	1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10	8	80%	Padrão alimentar equilibrado
2	3	1	10%	Consumo seletivo e polarizado
3	4	1	10%	Alto consumo generalizado

Fonte: Elaborado pela autora

Ao aprofundar a análise dos padrões observados entre os *clusters*, torna-se fundamental considerar o papel do autoconsumo como elemento estruturante das práticas alimentares entre feirantes agroecológicos. Conforme apontam Grisa e Schneider (2008), o autoconsumo constitui uma estratégia central de segurança alimentar nas unidades familiares, embora não ocorra de forma homogênea. No presente estudo, observa-se que, ainda que determinados grupos evidenciem maior associação entre produção e consumo, essa relação é atravessada por fatores como a sazonalidade da produção agrícola, que influencia diretamente a disponibilidade e a diversidade dos alimentos consumidos ao longo do ano. Dessa forma, mesmo em contextos agroecológicos, o consumo alimentar não depende exclusivamente da produção própria, mas também das condições ambientais e dos ciclos produtivos.

Nota-se que apesar de os *Clusters* 2 e 3 (20%) se assemelharem por ambos se afastarem do padrão de alimentação saudável predominante entre o grupo majoritário (80%), eles apresentam diferenças marcantes um em relação ao outro. O *Cluster* 2, cujo representante é o entrevistado 3, é definido por uma alimentação que se destaca pela sua seletividade e polarização, marcado nas raízes da tradição rural. Seu aporte alimentar é limitado a alguns itens, com predileção por pratos energéticos como frituras, rapadura, açúcar e garapa. Essa atitude reflete um padrão alimentar desenvolvido ao longo dos anos, fundamentado em costumes familiares e culturais, destacando a noção de que a dieta, em ambientes rurais, frequentemente gira em torno do que se considera "alimento substancial" e energizante.

Por outro lado, o *Cluster* 3, personificado pelo feirante 4 mostra uma abordagem totalmente diferente. Diferente da seletividade típica que se nota no feirante 3. O feirante 4 mostra um consumo exagerado, ingerindo uma variedade generalizada de alimentos em grandes porções, com destaque para os ultraprocessados, como pizzas, lanches, refrigerantes e outros tipos de comidas rápidas. Nesse caso, a quebra do padrão saudável não é uma questão cultural, mas sim uma manifestação do estilo de vida: viver sozinho, uma rotina intensa e a escassez de tempo para preparar refeições impulsionam escolhas orientadas à praticidade e à conveniência. Assim, enquanto o *Cluster* 2 mostra uma baixa variedade com preferências definidas, o *Cluster* 3 revela uma grande diversidade e uma frequente adesão a alimentos ultraprocessados. Conforme Monteiro *et al.*, (2019), esses dois perfis refletem diferentes maneiras de se afastarem da alimentação saudável: um relacionado à preservação de hábitos tradicionais e o outro ligado à alimentação moderna e ao modo de vida nas cidades. Essa distinção destaca que, mesmo entre um conjunto de agricultores que praticam a agroecologia, as motivações que influenciam a alimentação diária podem variar consideravelmente e tanto o dendrograma, quanto as entrevistas revelam essas sutilezas.

Na tabela 4, é apresentada a análise de Componentes Principais (PCA), que facilita a visualização da disposição dos participantes em função de suas características alimentares, ressaltando os grupos formados e as variáveis que mais influenciaram essa distinção.

Tabela 4 - Análise de Componentes Principais (PCA) de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.

Entrevistado	Cluster	PC1 (18,5%)	PC2 (16,9%)	Descrição
1	1	-1,35	-6,16	Grupo principal

2	1	4,65	-5,86	Grupo principal
3	2	-7,03	8,60	Perfil seletivo
4	3	10,90	6,71	Alto consumo
5	1	-2,31	0,39	Grupo principal
6	1	-1,30	1,53	Grupo principal
7	1	1,93	-1,62	Grupo principal
8	1	-1,66	-2,48	Grupo principal
9	1	-4,51	-1,69	Grupo principal
10	1	0,68	0,57	Grupo principal

Fonte: Elaborado pela autora

A Análise de Componentes Principais (PCA) apresentada revela os três padrões distintos de consumo alimentar entre os participantes da pesquisa. Os dois primeiros componentes principais (PC1 = 18,5% e PC2 = 16,9%) são responsáveis por 35,4% da variabilidade dos dados, o que é uma tendência observada em pesquisas sobre comportamento alimentar, que incluem diversas variáveis e uma considerável heterogeneidade entre os indivíduos (MONTEIRO *et al.*, 2019). *Cluster* 1 “Grupo Principal” (maioria dos entrevistados). Os indivíduos agrupados no *Cluster* 1 estão situados próximos ao eixo central da PCA, evidenciando um padrão de hibridação cultural alimentar e sem extremos pronunciados. De acordo com Carvalho; Luz e Prado (2011) as mudanças atuais nas práticas alimentares são fruto de um processo denominado de hibridação cultural na alimentação, onde diversas referências simbólicas, sociais e históricas se entrelaçam e se combinam, gerando padrões que unem tradições locais, influências globais e novas formas de sociabilidade. Os autores ressaltam que essas transformações não ocorrem de forma linear ou uniforme: elas surgem das tensões entre o que é culturalmente transmitido e o que é assimilado pelas dinâmicas contemporâneas, revelando um

panorama alimentar dinâmico, complexo e caracterizado por negociações incessantes entre o ato de "comer em casa" e o "comer global".

Este grupo costuma demonstrar práticas alimentares mais consistentes, característicos de comunidades rurais, onde alimentos *in natura* convivem com preparações mais calóricas, conforme apontado em pesquisas sobre a alimentação tradicional no Brasil (CANELLA *et al.*, 2018). A homogeneidade interna do *Cluster* 1 indica que a maioria dos feirantes possui uma rotina alimentar parecida. No entanto, é possível notar uma ligeira diferenciação interna dentro do próprio *Cluster* 1, a qual é evidenciada pelos valores variados de PC1 e PC2 entre os participantes, que será discutido na próxima sessão. O *Cluster* 2 “Perfil Seletivo”, que aparece isolado no gráfico (PC1 = -7,03; PC2 = 8,60), exemplifica um comportamento seletivo. A separação desse indivíduo revela opções alimentares limitadas ou preferências muito peculiares. Pesquisas indicam que práticas alimentares que envolvem seletividade podem estar ligadas à preservação de hábitos culturais, aversões a determinados alimentos ou à escassez de certos itens alimentares (KLOTZ; PRADO; SEIXAS, 2019). Tal perfil é frequentemente encontrado em contexto das comunidades rurais, onde a tradição familiar possui forte influência, evidencia-se que os elementos culturais exercem papel importante na configuração do comportamento alimentar, atuando de forma comparável aos fatores socioeconômicos. (GARCIA; CANESQUI, 2005). E por fim o *Cluster* 3 de “Alto Consumo”, o entrevistado 4 se destaca com índices extremamente altos (PC1 = 10,90; PC2 = 6,71), formando de maneira isolada. Esse modelo indica um perfil de elevado consumo de alimentos, possivelmente associado a uma ingestão calórica superior, maior regularidade nas refeições ou a uma escolha preferencial por alimentos energéticos. Pesquisas sobre hábitos alimentares utilizando Análise de Componentes Principais (PCA) frequentemente reconhecem categorias de “alto consumo”, que estão ligadas a uma maior capacidade financeira, maior esforço físico ou a tradições alimentares mais profundas (BEBRAHIMI *et al.*, 2023).

Para entender as causas dessa separação, foram identificadas as 20 variáveis com maior poder de discriminação entre os *clusters*. A tabela 5 apresenta uma comparação das médias de consumo para essas variáveis-chave.

Tabela 5- Comparação das médias de consumo referentes às vinte variáveis que apresentaram maior distinção entre os clusters de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.

Alimentos	Cluster 1 (Média)	Cluster 2 (Entrevistado 3)	Cluster 3 (Entrevistado 4)
Embutidos (mortadela, salsicha)	0,00	0,00	4,00

Iogurte natural/frutas (unidade)	0,62	0,00	4,00
Acelga, rúcula, agrião (unidade)	2,38	0,00	4,00
Espinafre, escarola (unidade)	2,25	0,00	4,00
Feijoada/feijão tropeiro (unidade)	3,12	0,00	3,00
Embutidos (mortadela, salsicha – unidade)	0,00	0,00	3,00
Carne seca/sol/bacon (unidade)	2,38	0,00	3,00
Doces, tortas, pudins (unidade)	0,62	0,00	3,00
Pizza/panqueca	0,75	0,00	3,00
Melão/melancia (unidade)	2,25	0,00	3,00
Chocolate/bombom/brigadeiro (unidade)	0,75	0,00	3,00
Macarrão com carne (unidade)	2,12	0,00	3,00
Carne seca/sol/bacon	0,88	0,00	3,00
Hambúrguer (unidade)	0,88	0,00	3,00
Iogurte natural/frutas	1,00	0,00	3,00
Melão/melancia	1,00	0,00	3,00
Refrigerante comum/light (unidade)	0,38	3,00	3,00
Pizza/panqueca (unidade)	1,62	0,00	3,00
Refrigerante comum/light	0,12	1,00	3,00
Salgados fritos (unidade)	1,12	4,00	3,00

Fonte: Elaborada pela autora

A Tabela 5 destaca variações importantes nas categorias e nas taxas de consumo de alimentos entre os três grupos. O *Cluster 1* demonstra médias alinhadas com um consumo alimentar equilibrado, enquanto o *Cluster 2* (Entrevistado 3) revela um consumo reduzido de frutas e hortaliças e um aumento

no consumo de frituras e refrigerantes; por outro lado, o *Cluster 3* (Entrevistado 4) se destaca por um consumo elevado e generalizado, especialmente de produtos processados, doces e laticínios. Essas informações contribuem para o aprimoramento da análise apresentada por Monteiro *et al.* (2019), que descrevem os alimentos ultraprocessados como uma das transformações mais significativas no sistema alimentar atual e tem adquirido maior visibilidade, sendo definidos pelo uso elevado de aditivos e pela troca de ingredientes naturais, o que afeta diretamente a qualidade nutricional da alimentação. Essa tendência tem se alastrado para além das áreas urbanas, atingindo habitantes rurais e localidades que anteriormente tinham uma forte ligação com a produção local, como ressaltado por Menasche (2008), ao indicar a diminuição gradual das práticas de autoconsumo alimentar e o crescimento da dependência de mercados externos.

No que diz respeito aos feirantes agroecológicos, essa contradição está vinculada à pressão entre a produção sustentável e o consumo estimulado pela indústria de alimentos. As entrevistas mostraram que, apesar de a maioria das pessoas produzir e consumir alimentos saudáveis, existem exceções que refletem hábitos urbanos e desigualdades relacionadas ao tempo dedicado ao trabalho e à renda. E isso reflete o que Contreras e Gracia-Arnaiz (2005) chamam de pragmatismo alimentar urbano, onde a comida deixa de ser apenas uma manifestação cultural e assume um papel de praticidade. Diante disso, de acordo com fundamento nas reflexões de Monteiro *et al.*, (2019) e a Organização Pan-Americana da Saúde (2019) evidenciam-se claramente que por meio de esforços integrados entre as áreas da saúde, educação e agricultura é possível frear a propagação dos alimentos ultraprocessados e promover o direito humano a uma alimentação adequada e saudável.

A avaliação dos resultados também destaca a urgência de expandir a conversa com o setor de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, além da agroecologia. Iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são fundamentais ao facilitar a conexão entre a produção da agricultura familiar e o fornecimento de alimentos saudáveis, contribuindo para o fortalecimento de cadeias curtas de comercialização (BRASIL, 2009; GRISA; SCHNEIDER, 2014). Contudo, os dados oferecidos sugerem que, apesar desses esforços, continuam a existir obstáculos quanto à inclusão desses alimentos nos hábitos alimentares dos próprios agricultores. Ademais, as Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e as estratégias de incentivo à Agroecologia ressaltam a necessidade de articular a produção, o consumo e a cultura alimentar, algo que nem sempre se transforma em realidade prática (MALUF; REIS, 2013). Assim, os resultados deste estudo indicam que o fortalecimento dessas políticas deve levar em conta não apenas a dimensão da produção e do acesso, mas também os fatores socioculturais que influenciam as práticas alimentares, evidenciando a complexidade necessária para promover sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis.

Desse modo, a Tabela 5 evidencia, de forma empírica, o que os relatos qualitativos expõem: a existência de uma diversidade de formas de interação com a alimentação, que vão desde o consumo consciente e natural até o modelo industrializado e fragmentado, refletindo tanto processos de resistência quanto a incorporação de hábitos urbanos.

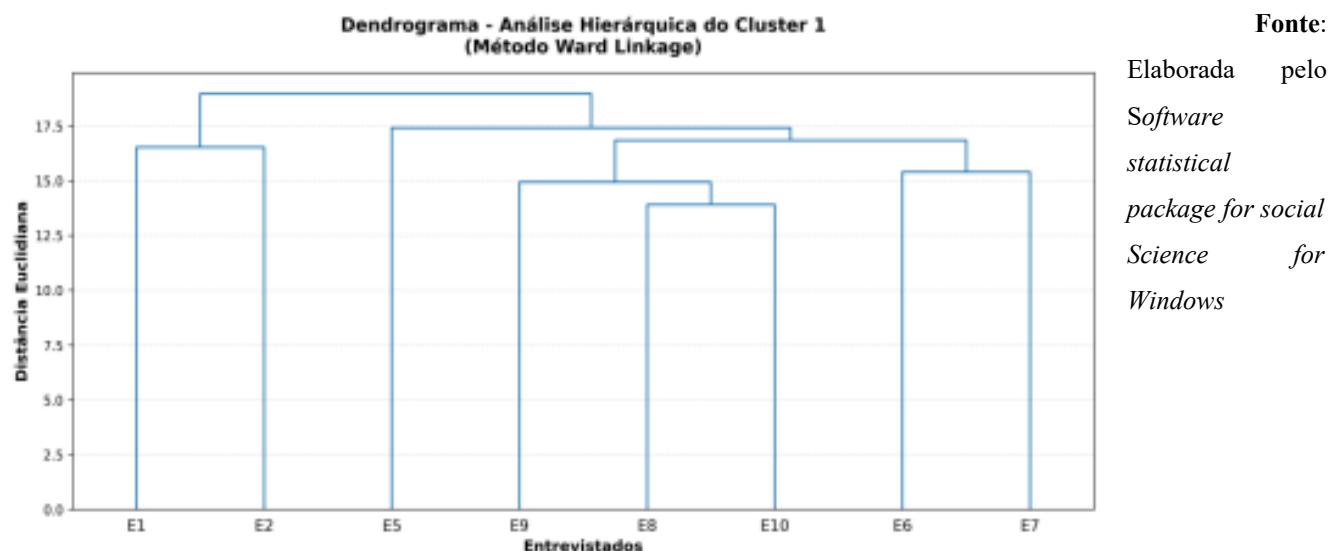
Análise aprofundada do Cluster 1: identificação de padrões internos

Embora tenha sido evidenciada as discrepâncias entre o *Cluster 1* e os *Clusters 2 e 3*, foi possível verificar também variações internas no próprio *Cluster 1*, sugerindo que até mesmo o grupo majoritário possui heterogeneidade em seus padrões alimentares.

Essa sessão foca exclusivamente no *Cluster 1*, a heterogeneidade existente no padrão alimentar no *Cluster 1*, sugeriu um reagrupamento para identificar possíveis subgrupos. Com a análise de reagrupamento interno no *Cluster 1* foi possível observar diferentes perfis de consumo que, à primeira vista, parecem semelhantes. Os dados foram submetidos a análise de agrupamento hierárquico pelo *Ward Linkage* e na figura 3 observa-se o dendrograma com os *subclusters*.

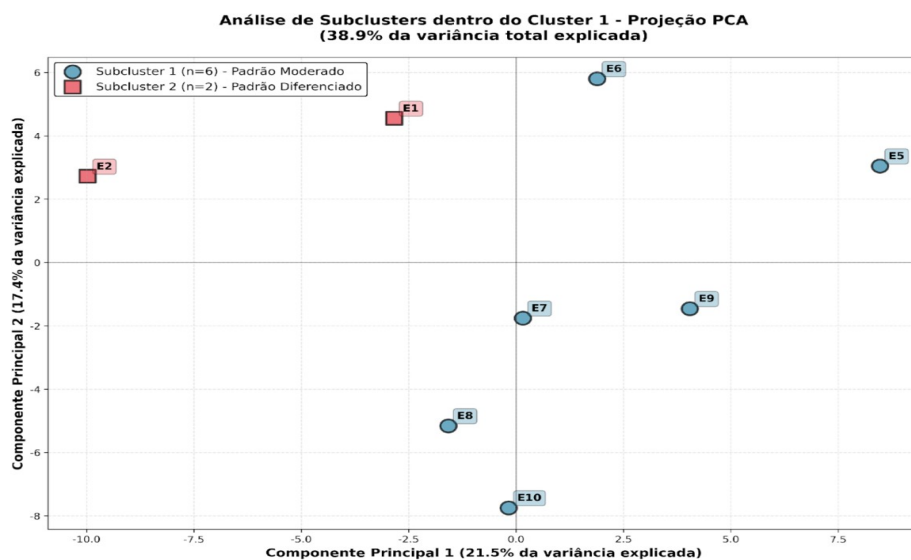
A análise hierárquica dentro do *Cluster 1* revelou uma divisão clara em dois subgrupos, como ilustrado pelo dendrograma abaixo.

Figura 3- Dendrograma da análise hierárquica aplicada aos oito membros do *Cluster*, cuja estrutura indica uma divisão inicial em dois subgrupos distintos de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.



Conforme observado no dendrograma, inicialmente foram definidos dois *subclusters*: o *Subcluster 1* composto por 6 entrevistados, abrangendo os participantes 5, 6, 7, 8, 9 e 10, enquanto o *Subcluster 2* é composto por 2 entrevistados formado pelos entrevistados 1 e 2. Em relação à caracterização dos *subclusters*, a projeção dos dados nos dois primeiros componentes principais (que explicam 38.9% da variância interna do *Cluster 1*) confirma a separação entre os dois subgrupos.

Figura 4: Gráfico de dispersão dos membros do Cluster 1, coloridos por *subcluster*. O Subcluster 2 X (E1, E2) se posiciona de forma distinta do *Subcluster 1*, principalmente ao longo do Componente Principal.



Fonte: Elaborado pelo *Software statistical package for social Science for Windows*.

A análise das variáveis que mais contribuem para a formação dos componentes principais (*loadings*) indica que o Componente Principal 1 (eixo X) está associado ao consumo de itens como iogurtes e frutas (lado positivo) em relação a massas e bebidas açucaradas (lado negativo). O Componente Principal 2 (eixo Y), por sua vez, contrapõe o consumo de farinhas e tubérculos cozidos (lado positivo) ao de salgados fritos e carne de porco (lado negativo). O *Subcluster 2* (Entrevistadas 1 e 2) se diferencia por ter valores mais altos no PC1, sugerindo um maior consumo relativo de massas e um menor consumo de iogurtes e frutas em comparação com o *Subcluster 1*.

Conforme observado no dendrograma e no gráfico, essas configurações indicam que, mesmo com o compartilhamento de práticas agroecológicas entre o grupo, existe uma diversidade nas suas preferências alimentares e entendimentos sobre saúde, o que reforça a complexidade apontada por Canesqui e Garcia (2005) ao abordarem as interações entre cultura alimentar e condições sociais.

O *Subcluster 2*, composto pelas entrevistadas 1 e 2, sobressai-se por um padrão alimentar mais urbano e, ao mesmo tempo, variado com alimentos *in natura*, evidenciado pelo consumo mais elevado de laticínios e produtos processados.

[...] Aqui em casa tem a presença dos alimentos industrializados por cauda do meu marido que trabalha fora e não alimenta bem. Quando ele está aqui eu ainda tento ao máximo para ele alimentar melhor, faço receitas e coloco os legumes ou verduras escondidas. (Entrevistada 2).

[...] Aqui em casa só mora eu e minha filha, ela leva frutas para o trabalho que nós colhemos lá na roça também, então nós aqui não temos frescura para comer, comemos o que plantamos e o que compramos no mercado (Entrevistada 1).

Embora de maneira ocasional. As declarações das participantes da entrevista refletem essa dualidade.

[...] Lá uma vez ou outra que a gente quer comer alguma coisa diferente ou que a boca tá pedindo (risos), olhamos algumas receitas e a gente mesmo faz. (Entrevistada 1)

Por sua vez, a entrevistada 2 ressalta a articulação entre as atividades cotidianas e a adoção de práticas alimentares saudáveis, frequentemente associadas às dinâmicas do contexto urbano.

[...] Faço acompanhamento nutricional também. Eu tenho uma alimentação balanceada, e pratico exercício físico, faço meus treinos de manhã. (Entrevistada 2).

Essas reflexões destacam uma combinação de práticas alimentares discutidas por Paiva (2018), onde os costumes da agricultura familiar se entrelaçam com os hábitos desenvolvidos no contexto da vida urbana. A chamada hibridização alimentar, traduzindo a coexistência de distintas referências culturais em um único indivíduo, integrando o rural e o urbano, bem como o saber popular e o técnico.

Por outro lado, o *Subcluster* 1 reflete um perfil mais tradicional, no qual o ato de consumir está ligado à produção caseira e à valorização dos alimentos naturais

[...] Tudo que cresce com veneno morre cedo. Eu prefiro plantar devagar, mas colher firme (Entrevistada 5).

[...] Meu agrotóxico agora é a reza (Entrevistado 6)

[...] Eu respeito a lua para tá plantando e dá certo. Se for lua nova planto alface, repolho e couve, se for a minguante é beterraba, cenoura, cebola e na lua crescente é milho, feijão, algumas frutas (Entrevistada 7).

Essas expressões expressam a ideia de agroecologia como uma prática ética e espiritual que visa o cuidado tanto da terra quanto do corpo (CAPORAL E COSTABEBER, 2004). Assim, o dendrograma e o gráfico não só evidenciam variações estatísticas, mas também revelam aspectos simbólicos e culturais relacionados à alimentação. As diferenças percebidas entre os *subclusters* refletem, segundo Bordieu 1983 apud Das e Mishra (2021) como um conjunto de disposições socialmente construídas que orientam percepções, práticas e preferências dos indivíduos. No campo alimentar, essas disposições se manifestam nas escolhas e nos modos de consumo, refletindo experiências sociais e culturais incorporadas ao longo da trajetória de vida. Desse modo, a alimentação passa a constituir também um

marcador social e identitário, uma vez que os hábitos alimentares são moldados pelos processos de socialização e pelos contextos culturais nos quais os indivíduos estão inseridos.

No *Subcluster* 1, nota-se uma alimentação profundamente enraizada na tradição rural, com predominância de alimentos *in natura* e minimamente processados, muitas vezes provenientes da própria produção familiar. Os relatos revelam uma ligação contínua entre o ato de plantar, consumir e viver, evidenciando que o alimento ultrapassa sua função nutricional para se tornar também uma expressão de valores e saberes.

[...] A gente sempre vai ter um ganho né, Varla? Porque são produtos naturais que ajudam na saúde. Eu sou das antigas, gosto da minha verdura com angu (risos) (Entrevistada 5).

[...] Quando é a gente mesmo que mexe com a plantação, vê as verduras crescendo, vê o feijão, o arroz apontando, dá mais gosto de a gente querer comer (Entrevistado 6).

Percebemos que a entrevistada 5 expressa essa perspectiva ao destacar a importância dos produtos naturais para a saúde e menciona sua predileção por alimentos como verduras acompanhadas de angu, caracterizando um estilo de vida que rejeita produtos industrializados. O entrevistado 6 reforça essa conexão simbólica entre cultivo e consumo, expressando o prazer em presenciar o crescimento dos vegetais e grãos cultivados por ele próprio, o que intensifica sua experiência alimentar. Essa relação direta entre produzir e comer torna-se essencial para a identidade alimentar desse grupo.

Essa integração entre produção e consumo expressa o que Viviane Vedana (2013) denomina de “ética da feira”, compreendida como um espaço no qual terra, trabalho e alimento se articulam de maneira recíproca, permeados por relações de cuidado e afeto. De acordo com a autora, ser feirante ultrapassa a dimensão estritamente econômica da atividade, envolvendo também a construção de um modo de vida em que a alimentação adquire significados éticos e simbólicos. Essa perspectiva é evidenciada na fala de uma das feirantes entrevistadas, que destaca os impactos negativos do uso de venenos agrícolas e valoriza o tempo necessário para práticas naturais de cuidado e cura, reafirmando princípios da agroecologia fundamentados no respeito e no cuidado com a vida.

[...] O veneno mata aos poucos e eu prefiro o tempo que cura devagarinho (Entrevistada 8).

Além disso, os relatos do *Subcluster* 1 apontam para um consumo reduzido de frituras e laticínios, o que está consoante os dados quantitativos obtidos no estudo.

[...] Eu só não tomo leite porque sou intolerante à lactose e nada de fritura também não como (Entrevistada 5).

Enquanto o entrevistado 6 relaciona melhorias em sua saúde ao consumo de alimentos naturais e ao abandono de hábitos alimentares menos saudáveis.

[...] Eu antigamente tinha muita azia, agora estou com quase 70 anos, me sinto bem melhor. Tudo isso porque nós comemos uma comida natural mesmo (Entrevistado 6).

Esse comportamento está alinhado sobre uma alimentação saudável, que destaca as práticas alimentares tradicionais como fundamentos para a sustentabilidade e a promoção da saúde Canuto *et al.* (2017). Dessa forma, a harmonia entre os dados quantitativos e os relatos qualitativos evidencia que este grupo não se distingue apenas por escolhas alimentares mais equilibradas, mas também por incorporar uma dimensão ética, relacional e afetiva na alimentação, ligada ao cuidado com o meio ambiente e com o próprio corpo.

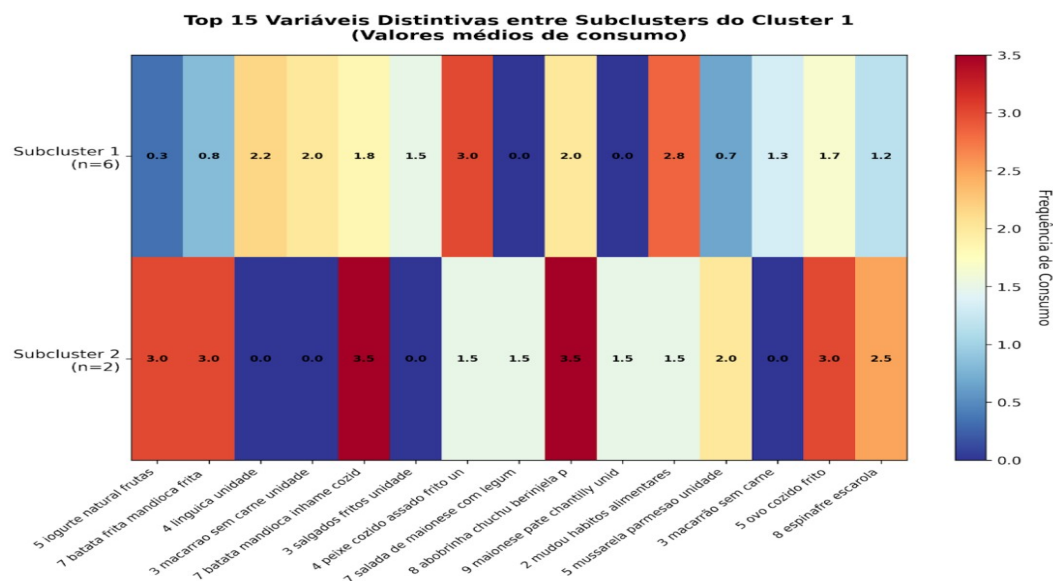
Analisando as falas, verifica-se que ambos os subgrupos partilham um núcleo comum: o orgulho no trabalho com alimentos saudáveis aliado à crença na feira como espaço social essencial para conexões humanas, solidariedade e resistência cultural.

[...] E quando cê vai para feira cê acaba esquecendo até dos seus problemas (risos), lá cê encontra com um e outro, conversa, faz uma venda boa e de repente a gente já se alegrou (Entrevistada 1).

[...] A feira também eu gosto porque é um meio de eu não ficar muito só [...] Lugar que vai muita gente é bom por causa disso, é muito entrosamento (Entrevistada 5).

O sentimento coletivo mencionado reflete a concepção de educação como uma prática de liberdade, conforme delineado por Freire (1987). Esses espaços se configuram como locais de aprendizagem, nos quais os indivíduos passam a reconhecer e valorizar aspectos fundamentais como a vida, o alimento e as relações interpessoais. Além disso, conectam-se à perspectiva do conceito freiriano de "esperançar", entendido como uma ação proativa de resistência frente às adversidades presentes no cotidiano do campo e às desigualdades sociais. Para quantificar as diferenças entre os dois *subclusters* do *cluster* 1, foi gerado um *Heatmap* com as 15 variáveis que mais distinguem os dois subgrupos, com base na diferença de suas médias de consumo.

Figura 5- Heatmap das médias de consumo dos subclusters do cluster 1, de feirantes produtores agroecológicos, Gouveia (MG), 2025.



Fonte: Elaborado pelo Software statistical package for social Science for Windows.

A Figura 5 ilustra um *Heatmap* que descreve a comparação das médias de consumo das 15 variáveis mais distintivas entre os dois subgrupos pertencentes ao *Cluster 1*. As cores mais quentes, como vermelho e laranja, denotam uma frequência elevada de consumo, enquanto tons mais frios, como azul e verde, indicam uma menor frequência de consumo. O gráfico permite destacar diferenças significativas entre os subgrupos, especialmente no consumo de iogurtes, frituras, massas e laticínios em um dos grupos, em contraste com o consumo de hortaliças, tubérculos e alimentos minimamente processados no outro.

As discrepâncias quantitativas evidenciadas refletem contrastes culturais e práticas alimentares dos indivíduos entrevistados. O *Subcluster 1* (Entrevistados 7, 8, 9 e 10) distingue-se por apresentar um padrão alimentar mais tradicional, centrado no autoconsumo, com ênfase no consumo de vegetais, tubérculos e preparações culinárias caseiras. Esse padrão pode estar relacionado aos hábitos alimentares construídos no contexto rural e à valorização dos alimentos produzidos na própria unidade produtiva. Observa-se, a partir das entrevistas, que o consumo desses alimentos não se associa necessariamente a restrições econômicas, mas a práticas consolidadas no cotidiano dos feirantes, nas quais o autoconsumo da produção agrícola ocupa lugar central na organização da alimentação familiar. Dessa forma, o padrão alimentar identificado reflete tanto a continuidade de costumes alimentares do meio rural quanto estratégias de aproveitamento da própria produção. Em contrapartida, o *Subcluster 2* (Entrevistados 1 e 2) caracteriza-se por um consumo mais acentuado de produtos industrializados e laticínios, sinalizando um comportamento alimentar que mescla características do contexto rural com elementos associados ao padrão urbano. Esse subcluster apresenta certa proximidade com o *Cluster 3*, especialmente em relação à maior presença de alimentos processados. No entanto,

diferencia-se deste último por manter ainda a presença de alguns alimentos tradicionalmente consumidos no meio rural, o que indica uma combinação entre práticas alimentares tradicionais e influências contemporâneas no padrão de consumo.

Sob uma perspectiva técnica, as diferenças mais marcantes identificadas no *Heatmap* como o maior consumo de iogurte natural (média de 3,0 no *Subcluster* 2 em comparação, a 0,33 no *Subcluster* 1) e de massas sem carne (média de 2,0 no *Subcluster* 1 em contraste com 0,0 no *Subcluster* 2) evidenciam a coexistência de duas lógicas alimentares que, embora complementares, se distinguem entre si. O grupo majoritário (*Subcluster* 1) manifesta uma preferência por alimentos produzidos de forma *in natura*, enquanto o grupo minoritário (*Subcluster* 2), nesse sentido, observa-se a incorporação de práticas alimentares associadas ao contexto urbano, influenciadas tanto por discursos contemporâneos voltados à nutrição e à conveniência quanto pelas transformações vivenciadas nos espaços rurais. Esse processo pode ser compreendido como parte de uma transição marcada pelo rural urbanizado, na qual elementos característicos da vida urbana passam a integrar o cotidiano das áreas rurais. Tal dinâmica se expressa, entre outros aspectos, na crescente presença de produtos alimentícios industrializados nos padrões de consumo, bem como no maior acesso a diferentes tecnologias provenientes de diversos setores industriais, como a alimentação, a internet, os telefones celulares e a televisão, que também influenciam os modos de vida e as práticas alimentares nesses contextos.

Essas distinções ficam claras nas entrevistas. Quando a entrevistada 1 menciona que, em casa, às vezes sente vontade de algo diferente, evidenciando a adoção de alimentos rápidos e receitas variadas.

[...] Eu gosto muito de fazer essas receitas que vejo na internet e é rapidinho, só mesmo para sair da mesmice de comer a comida de todo dia.

Já a entrevistada 2, também do *Subcluster* 2, destaca seguir uma alimentação balanceada com acompanhamento nutricional. Esse discurso alinha ao estilo de saúde moderno e urbano que redefine o consumo alimentar e são direcionados a um discurso mais técnico e médico racionalizando o comer.

[...] Eu mantendo essa vida ativa com treinos, caminhada e uma alimentação balanceada, eu sei que não tem erro (risos), é só ter foco total.

No *Subcluster* 1, o discurso enfatiza fortemente a conexão com a terra e a valorização dos alimentos naturais.

[...] Quando é a gente que planta, que mexe na roça, a gente valoriza o nosso alimento (Entrevistada 8).

[...] Aqui em casa é comida de roça mesmo, colhida do quintal (Entrevistada 7).

[...] Num troco minha comida de sal fresquinha para comer miojo e salsicha de jeito nenhum. Eu sou das antigas, gosto da minha verdura com angu.” (Entrevistada 5).

Esses depoimentos ilustram a noção de autenticidade alimentar, um conceito analisado por Carvalho (2011). Essa perspectiva associa os alimentos naturais a valores como pureza, bem-estar, saúde e à legitimidade do trabalho no meio rural, conferindo-lhes uma superioridade moral na percepção social. Canesqui e Garcia (2005) argumentam que essas declarações evidenciam a resistência simbólica dos conhecimentos alimentares tradicionais diante da crescente disseminação dos alimentos ultraprocessados. Por sua vez, no *subcluster* 2, segundo Grisa e Schneider (2014) analisam esse fenômeno como um componente de um processo de transição alimentar no meio rural, marcado pela articulação entre práticas agroecológicas e a incorporação de padrões urbanos de consumo.

O *Heatmap* destaca maior consumo de frituras (batata frita, salgados fritos e linguiça) no *Subcluster* 2. Essa tendência reflete o estilo de vida mencionado pela entrevistada 2, que, apesar de defender alimentação saudável, relata dificuldade em controlar a dieta do marido devido à rotina urbana e viagens.

[...] Já em relação ao meu marido ele não segue essa alimentação balanceada ele já consome muitos produtos industrializados, porque ele trabalha fora, a empresa o envia para outras cidades e estados em algumas semanas, então eu acredito que é por isso que ele não consegue manter essa alimentação (Entrevistada 2).

Neste contexto, destacam-se tensões significativas entre o ato de produzir e o de consumir na rotina desses feirantes. Apesar de estarem integrados em sistemas de produção agroecológicos que seguem princípios de saúde e sustentabilidade, suas práticas alimentares nem sempre correspondem completamente a esses valores. Essa contradição pode ser entendida através do processo de transição alimentar, onde alimentos ultraprocessados começam a ter presença mesmo em áreas rurais (Monteiro *et al.*, 2019). Portanto, a inclusão desses produtos na dieta de alguns entrevistados não representa apenas uma escolha pessoal, mas também a influência de dinâmicas mais amplas, como a conveniência, o tempo disponível e a participação nos mercados.

Essas evidências possibilitam questionar a noção de que a adoção da agroecologia está, de forma automática, relacionada a hábitos alimentares saudáveis. No que diz respeito aos feirantes examinados, percebe-se a presença de contradições que estão inseridas no próprio contexto agroecológico, onde a narrativa sobre a alimentação saudável se mistura a práticas que são determinadas pela conveniência, pela falta de tempo e por influências urbanas.

Por outra perspectiva, o maior consumo de hortaliças e tubérculos no *Subcluster* 1 reflete um *ethos* camponês que diz respeito à natureza e valorização da alimentação sazonal. O chamado *ethos*

camponês refere-se ao conjunto de valores, normas e princípios morais que orientam o modo de vida e as práticas produtivas das famílias camponesas, estruturando relações de trabalho, parentesco e reciprocidade. Essa perspectiva compreende o campesinato não apenas como uma categoria econômica, mas como uma ordem moral, na qual as decisões produtivas estão profundamente relacionadas aos valores sociais e familiares (WOORTMANN, 2018).

[...] Não tem coisa melhor do que comer uma verdura e legume colhido na hora do quintal, a gente come com gosto e agradecendo a Deus por esse privilégio (Entrevistado 6).

[...] Eu e minha família comemos o que a gente tem na roça, comida fresca, colhida na hora (Entrevistado 9).

Essas práticas se conectam ao conceito de "agroecologia cultural" de Altieri (2012) onde a alimentação incorpora valores de autonomia, espiritualidade e conexão com a natureza. Salientando que os sistemas de alimentação agroecológicos representam práticas socioculturais que reforçam estilos de vida e conhecimentos tradicionais.

Os resultados desta pesquisa destacam ligações importantes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que diz respeito à promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Verificou-se que a maior parte dos participantes da pesquisa pratica uma alimentação centrada no consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, frequentemente oriundos de sua própria produção. Esse padrão de comportamento evidencia a importância da agricultura familiar agroecológica na promoção da segurança alimentar e nutricional, como salientado pela FAO (2019), ao reconhecer a importância desses sistemas produtivos no fortalecimento de dietas mais equilibradas e sustentáveis.

Por outro lado, as distinções identificadas entre os *subclusters*, em especial no que diz respeito aos participantes que vivem sozinhos, revelam desafios importantes em relação ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). A literatura indica que aspectos sociais, como a estrutura familiar, impactam diretamente as práticas alimentares, podendo afetar a qualidade nutricional dos alimentos consumidos (MONTEIRO et al., 2019). No presente estudo, indivíduos em situações unipessoais, principalmente do gênero masculino, demonstraram maior dificuldade em manter uma dieta equilibrada, o que pode ser entendido através das construções socioculturais de gênero, que historicamente estão ligadas à divisão das responsabilidades no trabalho doméstico. Nesse contexto, esses resultados enfatizam a urgência de desenvolver estratégias que levem em consideração tais desigualdades na elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde.

Além disso, os resultados estabelecem uma conexão com o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), pois os feirantes evidenciam um forte compromisso com métodos de autoconsumo, valorização da produção local e diminuição da dependência de alimentos processados. De acordo com

CEPAL; FAO; IICA (2021), sistemas alimentares fundamentados na produção local e sustentável são essenciais para o desenvolvimento de modelos que sejam mais resilientes e ecologicamente responsáveis. Assim, os hábitos alimentares detectados na pesquisa não apenas ilustram práticas culturais e sociais, mas também destacam o potencial da agroecologia como uma estratégia efetiva para atingir os ODS.

Os achados deste estudo enfatizam a importância de entender a alimentação dentro do contexto da agroecologia, indo além de uma visão normativa ou idealizada. Como menciona Mintz (2001), os sistemas alimentares são formados historicamente e são influenciados por permanências e mudanças. Assim, o que se percebe entre os feirantes não é uma adesão total a um modelo alimentar “ideal”, mas sim a construção diária de práticas viáveis, marcadas por contradições, adaptações e negociações.

Além de descrever os padrões alimentares identificados, esta pesquisa acrescenta ao demonstrar que a conexão entre produção agroecológica e consumo alimentar não se dá de maneira linear ou automática. Os dados revelam que, mesmo entre os feirantes que estão diretamente envolvidos na produção de alimentos saudáveis, continuam a existir práticas alimentares influenciadas por fatores sociais, culturais e econômicos. Portanto, a principal contribuição deste estudo é desafiar a ideia, frequentemente encontrada na literatura, de que a participação na agroecologia resulta, necessariamente, em uma maior adesão a padrões alimentares saudáveis, ressaltando a coexistência de diversas racionalidades na vida cotidiana desses indivíduos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação humana consiste em um sistema cultural que categoriza, atribui significados e símbolos, permitindo identificar o que pode ser consumido, organizando os hábitos e comportamentos relacionados à alimentação. Os feirantes agroecológicos, reconhecidos pelos seus estilos de vida e a acumulação de conhecimentos geracionais, se mostram consciente e inconscientemente as práticas alimentares incorporadas de forma recorrente em seus padrões alimentares.

Este estudo mostra que a relação entre ser feirantes agroecológicos e o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados no município oferece uma visão mais profunda de como a maneira de viver, as vivências nas produções e realidades socioculturais influenciam as práticas alimentares desses indivíduos, como também observado em diversos outros estudos. Os achados demonstram que a alimentação, além de sua dimensão biológica, se configura como uma prática social e cultural, impregnada de valores, recordações, simbolismos e conexões comunitárias. Portanto, entender a rotina dos feirantes possibilitou reconhecer não só práticas alimentares particulares, mas também significados atribuídos ao ato de se alimentar e à produção agroecológica em si.

A pesquisa evidenciou que a maioria dos entrevistados (60% dos feirantes produtores agroecológicos) mantém costumes alimentares em sintonia com a produção agroecológica,

fundamentados principalmente na ingestão de alimentos naturais e na valorização da produção local. Esses feirantes demonstram uma compreensão mais abrangente da alimentação, a qual abarca a preocupação com a saúde, a valorização do meio ambiente e a preservação de tradições familiares. Dentro deste grupo, os alimentos carregam significados emocionais que estabelecem uma conexão entre território, ancestralidade e identidade cultural, promovendo uma percepção unificada entre o cultivo, a alimentação e a vida. No entanto, a pesquisa também identificou um subgrupo de feirantes que consome um número maior de produtos processados, ultraprocessados e laticínios de origem industrial. Esse comportamento pode estar relacionado não apenas às dinâmicas urbanas e à significativa carga de trabalho, mas também a hábitos alimentares desenvolvidos ao longo do tempo, influenciados por condições socioeconômicas, como a renda e o acesso à comida. Ademais, as facilidades de compra e consumo que a indústria alimentícia oferece tendem a reforçar essas escolhas. Nota-se que esse padrão de comportamento não é exclusivo desse grupo, sendo também observado em outras camadas da população que, mesmo associando alimentação a um estilo de vida saudável, adotam no dia a dia práticas alimentares marcadas pela presença de produtos industrializados.

Entende-se também que, a avaliação dos padrões alimentares observados entre os feirantes revela que a análise do consumo de alimentos processados e ultraprocessados não pode ser simplificada apenas às questões de acesso e disponibilidade. Embora esses aspectos desempenhem um papel, os achados mostram a existência de condicionantes estruturais mais amplos, que estão associados à estrutura do sistema alimentar atual. Nesse aspecto, são notáveis as estratégias de marketing da indústria alimentícia, que influenciam diretamente a formação de preferências e a aceitação do consumo de produtos industrializados, assim como os fatores econômicos, como incentivos fiscais e subsídios, que favorecem a acessibilidade desses produtos em comparação aos alimentos frescos e minimamente processados. Esses aspectos, em conjunto, criam um ambiente alimentar que propicia certas escolhas e restringe outras, afetando de maneira significativa os hábitos alimentares (MONTEIRO *et al.*, 2019; MOUBARAC *et al.*, 2014).

Os ambientes urbanos incluem uma gama variada de hábitos alimentares, como, por exemplo, dietas vegetarianas, veganas e outras orientações alimentares fundamentadas em distintos valores culturais, éticos e de saúde. Nesse contexto, há a necessidade também da utilização de uma categoria analítica mais específica, como “práticas de consumo de produtos alimentares industrializados”, que define com maior clareza o objeto empírico em análise. (POULAIN, 2013; CANESQUI; GARCIA, 2005).

Ao relacionar dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas, amplia-se a capacidade de explicação sobre os padrões alimentares observados entre os feirantes, ultrapassando abordagens simplistas. As práticas relacionadas à alimentação devem ser entendidas como o resultado de um

conjunto interconectado de fatores, que incluem desde limitações materiais até construções sociais do paladar, da saúde e do que se concebe como alimentação adequada. Sob essa ótica, destaca-se a relevância de políticas públicas intersetoriais que não apenas facilitam o acesso a alimentos saudáveis, mas também regulamentam o ambiente alimentar, confrontando as táticas de mercado e promovendo sistemas alimentares mais justos e sustentáveis (SWINBURN *et al.*, 2011; BRASIL, 2014).

A interação entre costumes tradicionais e modos de vida urbanos revela um fenômeno distintivo da mudança alimentar, onde antigas maneiras de se alimentar coexistem com novas práticas, criando um cenário misto que mostra tanto continuidades quanto mudanças. As entrevistas possibilitaram perceber que a feira livre se configura como um local fundamental para a resistência cultural, o fortalecimento dos laços comunitários e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A feira vai além de ser um espaço de compra e venda: ela representa um ambiente dinâmico, onde conhecimentos ancestrais se mesclam com abordagens modernas, promovendo princípios relacionados à sustentabilidade, ao cuidado compartilhado e à valorização da agricultura familiar.

No entanto, é fundamental admitir certas limitações desta pesquisa. A quantidade limitada de participantes, apesar de ser compatível com pesquisas qualitativas, impede a generalização dos achados para cenários mais amplos. A coleta de informações aconteceu em um intervalo específico, o que pode ter resultado na não captação de variações sazonais na produção ou de alterações recentes nos padrões de consumo alimentar. Apesar dessas restrições, a pesquisa traz contribuições significativas para acadêmicos, gestores governamentais, profissionais da saúde e participantes que atuam na promoção da agroecologia. As evidências indicam a urgência de políticas públicas que sejam mais organizadas e integrem diferentes setores, reconhecendo a natureza da alimentação humana e as especificidades das comunidades rurais e urbanas. Dessa maneira, sugere-se: o fortalecimento de políticas municipais que apoiem a agricultura familiar agroecológica, assegurando acesso a crédito, assistência técnica, insumos e infraestrutura apropriada para a produção e venda; a ampliação de iniciativas voltadas à Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que promovam a interação com os conhecimentos tradicionais e valorizem a gastronomia local.

Ao empregar a análise de clusters para entender os hábitos alimentares entre feirantes agroecológicos, o estudo progride ao sugerir uma interpretação que conecta informações quantitativas com análises socioculturais, ampliando as oportunidades analíticas nesse domínio. Essa metodologia facilita a identificação de heterogeneidades internas que muitas vezes são negligenciadas em investigações que consideram a agricultura familiar ou a agroecologia como grupos homogêneos, favorecendo uma perspectiva mais atenta às distinções e desigualdades que existem nesses cenários.

Com base nos achados, se abre uma oportunidade promissora para investigações futuras que explorem mais a fundo as interconexões entre produção, consumo e cultura alimentar no âmbito da

agroecologia, particularmente através de abordagens interdisciplinares que unam nutrição, antropologia e estudos rurais. Assim, o estudo atual não somente se relaciona com a literatura já existente, mas também sugere novas questões de pesquisa, ajudando a impulsionar o debate acadêmico e a desenvolver estratégias mais integradas no domínio da segurança alimentar e nutricional.

Conclui-se, assim, que ser feirante agroecológico em Gouveia-MG vai além da dimensão econômica da produção e venda de alimentos. É uma maneira de viver que se edifica em conjunto, baseada em laços de confiança, senso de pertencimento, reciprocidade e resistência às lógicas uniformizadoras da modernização alimentar. A feira se manifesta como um local de persistência histórica e de renovação cultural, onde a fusão entre o tradicional e o contemporâneo se revela fundamental para assegurar práticas alimentares que sejam mais saudáveis, sustentáveis e justas, socialmente. Os achados desta pesquisa destacam a relevância da agroecologia, não apenas como uma abordagem de produção, mas também como uma proposta para o futuro, visando à promoção da saúde, da dignidade e da Soberania Alimentar na região

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, E. S. **Restaurante “por quilo”: vale quanto pesa? Uma avaliação do padrão alimentar em restaurantes de Cerqueira César, São Paulo—SP.** 2000. Dissertação (Mestrado em Nutrição) — Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://sban.org.br/publicacoes/51.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ABREU, E. S.; FISBERG, R. M.; TADDEI, J. A.; PHILIPPI, S. T. Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história. *Saúde e Sociedade*, v. 10, n. 2, p. 3–13, 2001.

ABUD, C. O.; GORISH, S. L. Direito à alimentação: marcos internacionais. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, v. 24, n. 1, p. 110–133, 2024. DOI: 10.62530/rbdcv24n01p110. Disponível em: <https://www.rbdc.com.br/revista/article/view/358>. Acesso em: 24 nov. 2025.

AGUIAR, O. B.; PADRÃO, S. M. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. *Serviço Social & Sociedade*, n. 143, p. 121–139, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.274>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/7GNQn7tYqWL6wYZncbLRnSN>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARAUJO, A. M.; RIBEIRO, E. M. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 561, 2018.

BARBOSA, DM *et al.* A influência da transição alimentar e nutricional sobre o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p. 74647–74664, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/355570327_a_influencia_da_transicao_alimentar_e_nutricional_sobre_o_aumento_da_prevalencia_de_doencas_cronicas_nao_transmissiveis. Acesso em: 24 nov. 2025.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, D. M. et al. A influência da transição alimentar e nutricional sobre o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 7, p. 74647–74664, 2021. doi:10.34117/bjdv7n7-579. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33526>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, supl. 1, p. S181–S191, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000700019>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BIELEMANN, R. M. et al. Consumo de alimentos ultraprocessados e impacto na dieta de adultos jovens. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, p. 1–10, 2015. doi:10.1590/S0034-8910.2015049005572. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26018785/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BONI, V.; QUARESMA, J. S. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais.** *Revista Eletrônica*, v. 2, n. 1, p. 68–80, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288882472_Aprendendo_a_entrevistar_Como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais. Acesso em: 24 nov. 2025.

BOURDIEU, P. **O gosto e o consumo.** In: _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 1983.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 set. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília–DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CANELLA, D. S. *et al.* Consumption of vegetables and their relation with ultra-processed foods in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 50, 2018. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2025.

CANESQUI, A. M.; DIEZ-GARCIA, R. W. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. **Antropologia e nutrição: um olhar possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 304 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v6rkd>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CANUTO, J. C. (Org.). **Sistemas agroflorestais: experiências e reflexões**. Brasília–DF: Embrapa, 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília–DF: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em: [_princípios#fullTextFileContent](#). Acesso em: 24 nov. 2025.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília–DF: MDA, 2009.

CARVALHO, M. C. S. V.; LUZ, M. T. Simbolismo sobre “natural” na alimentação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 147–154, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4pzKcskHHmYpjDMnM5qVc8q/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades contemporâneas: modos de vida e novas identidades no campo. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CARVALHO, M. C. da V. S.; LUZ, M. T.; PRADO, S. D. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 155-163, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/n3sxS3DYmgbTDXzD5sFn7rP/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CAVALCANTE, A. A. M.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Estudos de consumo alimentar: aspectos metodológicos gerais e o seu emprego na avaliação de crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 4, n. 3, p. 229–240, 2004. DOI: 10.1590/S1519-38292004000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/mb9xmYgjqrcJGSmtKP97R8s>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CEPAL; FAO; IICA. **Perspectivas para a agricultura e o desenvolvimento rural nas Américas: uma análise da América Latina e do Caribe 2023-2024**. São José, Costa Rica. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11324/21836>. Acesso em: 18 nov. 2025.

CONTRERAS, J.; GRACIA-ARNAIZ, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CRUZ, M. S. *et al.* Agricultura familiar, feiras livres e feirantes do Alto Jequitinhonha. *Revista Campo-Território*, v. 15, n. 35, p. 90–120, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342128169_Agricultura_familiar_feiras_livres_e_feirantes_do_Alto_Jequitinhonha. Acesso em: 24 nov. 2025.

DA SILVA, M. N. *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos. Estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão–RS, Brasil. *Espacios, Caracas*, v. 38, n. 47, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n47/17384705.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

DANTAS, G. P. G. Feiras nordestinas (fairs in northeastern Brazil). *Mercator, Fortaleza*, v. 7, n. 13, p. 87–101, nov. 2008. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/11>. Acesso em: 18 nov. 2025.

DAS S.; MISHRA, A. J. Food practices and gender dynamics: understanding the role of women. *Journal of Ethnic Foods*, v. 8, n. 4, p. 1–9, 2021. Disponível em: <https://journalofethnicfoods.biomedcentral.com/articles/10.1186/s42779-021-00081-9>. Acesso em: 24 nov. 2025.

EBRAHIMI, S. *et al.* Padrões alimentares derivados usando análise de componentes principais e associações com características sociodemográficas e sobrepeso e obesidade: uma análise transversal de adultos iranianos. *Frontiers in Nutrition*, v. 10, 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/nutrition/articles/10.3389/fnut.2023.1091555/full>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). The State of Food and Agriculture 2019. Rome: FAO, 2019.

FERNANDES, M. E. et al. Adesão ao Guia Alimentar da População Brasileira e aspectos sociodemográficos: Estudo Brazuca. *Revista de Saúde Pública*, v. 59, e16, 2025. doi:10.11606/s1518-8787.2025059006044. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2025.v59/e16/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FISBERG, R. M.; MARCHIONI, D. M. L.; SLATER, B. Questionário de frequência alimentar para adultos com base em estudo populacional. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 550–554, 2008. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2025.

FISCHLER, Claude. El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama, 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, v. 16, n. 4, p. 483–492, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732003000400011>. Acesso em: 24 nov. 2025.

GIORGI, V. V. Adentrando o “espaço social alimentar”: sociologias da alimentação, por Jean-Pierre Poulain. *Demetra: alimentação, nutrição e saúde*, p. 729–738, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, p. 125–146, 2014. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2025.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Pluriatividade e agricultura familiar no Brasil: implicações para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n. 2, p. 315–347, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Gouveia–MG: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JESUS, B. M.; OLIVEIRA, M. N.; FIGUEIREDO, B. L. S. Contribuição da agroecologia para redução do uso de agrotóxicos em plantações agrícolas no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Unef Facere Scientia*, v. 3, n. 2, p. 1–13, 2023. Disponível em:

<https://facerescientia.com.br/wp-content/uploads/2023/12/contribuicao-da-agroecologia-para-reducao-do-uso-de-agroto.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

KLOTZ-SILVA, J.; PRADO, S. D.; SEIXAS, C. M. Comportamento alimentar no campo da Alimentação e Nutrição: do que estamos falando? *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 26, n. 4, p. 1103–1123, 2016. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2025.

KOPRUSZYNSKI, C. P.; MARIN, F. A. **Alimentação humana: passado, presente e futuro**. Rede Sans: Interanutri e Agente, 2011. Disponível em: <https://www1.ibb.unesp.br/Home/Secoes/SecaodeApoioEnsinoPesquisaExtensao-SAEPE/10a-semana---texto-agente.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

LIMA, RS., FERREIRA NETO, JÁ., and FARIAS, RCP. Dinâmicas alimentares na relação ruralurbano: o caminho entre o tradicional e o moderno. In: PRADO, SD., et al. orgs. Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.

Sabor metrópole series, vol. 5, pp. 59-79. ISBN: 978-85-7511-456-8. Available from: doi:

10.7476/9788575114568. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/37nz2/epub/prado9788575114568.epub>

MARTINS, K. P. S. *et al.* Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e obesidade. *Asklepion – Informação em Saúde*, v. 1, n. 2, p. 113–132, 2021. doi:10.21728/asklepion.2021v1n2.p113-132. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/artic>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MATTOS, A. C. E.; GUERIN, M.; TEN CATE, L. N. S. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: cenário anterior e posterior ao início pandêmico. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 30, e023015, 2023. DOI: 10.20396/san.v30i00.8667645. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/371337538_Seguranca_alimentar_e_nutricional_no_Brasil_cenario_anterior_e_posterior_ao_inicio_pandemico. Acesso em: 24 nov. 2025.

MENASCHE, R. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar e as práticas de produção e consumo. *Revista de Nutrição*, v. 21, n. 1, p. 79–88, 2008. Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2025.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, 2001.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, C. A. *et al.* **Ultra-processed foods: what they are and how to identify them.** *Public Health Nutrition*, v. 22, n. 5, p. 936–941, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30744710/>. Acesso em: 24 nov. 2025.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 83, p. 183–207, jan. 2015.

OLIVEIRA, D. C. **As relações artesanais e o estímulo ao desenvolvimento local no Brasil, em Gouveia–MG e outras diferentes escalas.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/9cbd07de-da98-4dd5-89e0-11b812514f68/full>. Acesso em: 24 nov. 2025.

OLIVEIRA, N. R. F.; JAIME, P. C. O encontro entre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da saúde no Guia Alimentar para a População Brasileira. *Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 4, p. 1108–1121, 2016. doi:10.1590/S0104-12902016158424. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2025.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Panorama da saúde e nutrição nas Américas.** Brasília –DF: OPAS/OMS, 2022.

PAHO – Pan American Health Organization. **Ultra-processed food and drink products in Latin America: trends, impact on obesity, policy implications.** Washington (DC): PAHO, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/acervo/publicacoes/saude/alimentos-e-bebidas-ultraprocessados-na-america-latina-tendencias-impacto-sobre-a-obesidade-e-implicacoes-para-as-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PAIVA, J. B. **A agricultura familiar e a alimentação adequada e saudável: um estudo sobre práticas agroalimentares de famílias agricultoras do semiárido da Bahia, Brasil.** 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26559>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PAULINO, J. E. *et al.* A feira livre de Couto de Magalhães de Minas: a percepção dos feirantes e consumidores. *Revista Desenvolvimento Social*, v. 20, n. 1, p. 83–94, 2020. Disponível

em:https://www.researchgate.net/publication/317268183_a_feira_livre_de_couto_de_magalhaes_de_minas_no_alto_vale_do_jequitinhonha_m. Acesso em: 24 nov. 2025.

PEREIRA, J. A. **Avaliação do consumo alimentar de crianças de Centros Municipais de Educação Infantil. 2025.** Dissertação (Mestrado em Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2025. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/64634/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Jennifer20Alves%20Pereira.PDF>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PORTILHO, F.; CASTAÑEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 99–106, 2011. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2025

POULAIN, J.-P.; PROENÇA, R. P. C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Revista de Nutrição*, v. 16, p. 365–386, 2003b.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, A. B. J. R.; RIZZOLO, A. Agroecologia, agrotóxicos e alimentação adequada e saudável: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 18, n. 5, p. 323–346, 2023. doi:10.33240/rbai.v18i5.51266. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51266>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SILVA, M. L. **Perfil dos portadores de *diabete* residentes no território da Unidade Básica de Saúde Kobu, Gouveia–MG. 2012.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Corinto, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/12cc4bb8-1e80-4dac-aca0-31c4c8069940>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SILVA, M. O.; LEAL, T. L. M. de C.; SANTOS, V. M. L. dos; CORREA, M. M. Caminhos da Transição Agroecológica no Brasil: Experiências Reais em Debate. *Revista Foz*, v. 8, n. 1, p. 160–179, 2025. Disponível em: <https://revista.ivc.br/index.php/revistafoz/article/view/314>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SLATER, B.; PHILIPPI, S. T.; MARCHIONI, D. M. L.; FISBERG, R. M. Validação de questionários de frequência alimentar: considerações metodológicas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 6, n. 3, p. 200–208, 2003. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2025.

SOARES, W. L.; FREITAS, E. A. V.; COUTINHO, J. A. G. Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis–RJ. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 43, n. 4, p. 685–701, 2005. doi:10.1590/S0103-20032005000400004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242418310_Trabalho_rural_e_saude_intoxicacoes_por_agrotoxicos_no_municipio_de_Teresopolis. Acesso em: 24 nov. 2025.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (org.). Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

TORAL, N. Abordagem do modelo trans teórico no comportamento alimentar. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2007. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/abordagem-do-modelo-transteorico-no-comportamento-alimentar/452?id=452>. Acesso em: 18 nov. 2025.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação, sistemas agroalimentares e consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 48, n. 3, p. 505-526, 2010.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VEDANA, V. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 39, p. 181–208, 2013. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2025.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueira”: “Com parente não se negueira”. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 11–73, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>. Acesso em: 13 mar. 2026.

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO DE FREQUÊNCIA ALIMENTAR

Data da entrevista: / /
 Nome do entrevistador:
 N.º de identificação:
 Nome:

Hora de início:

1. Quais refeições você realiza no dia?
 () Café da manhã

- ☐ Lanche da Manhã
☐ Almoço
☐ Café da tarde
☐ Jantar
☐ Ceia

2. Você mudou seus hábitos alimentares recentemente ou está fazendo dieta para emagrecer ou por qualquer outro motivo?

- (1) Não (5) Sim, para redução de sal
 (2) Sim, para perda de peso (6) Sim, para redução de colesterol
 (3) Sim, por orientação médica (7) Sim, para ganho de peso
 (4) Sim, para dieta vegetariana ou redução do consumo de carne.
 Outro motivo: _____

3. As questões seguintes relacionam-se ao seu hábito alimentar usual no PERÍODO DE UM ANO. Para cada quadro responda, por favor, a frequência que melhor descreva QUANTAS VEZES você costuma comer cada item e a respectiva UNIDADE DE TEMPO (se por dia, semana, mês ou ano). ESCOLHA SOMENTE UM CÍRCULO PARA CADA COLUNA. NÃO DEIXE ITENS EM BRANCO

GRUPO DE ALIMENTOS	Com que frequência você costuma comer?	
	QUANTAS VEZES VOCÊ COME:	UNIDADE
Alimentos e preparações	Número de vezes: 1, 2, 3, etc. e (N = nunca ou raramente comeu no último ano)	D=por dia S=por semana M=por mês A=por ano

SOPAS E MASSAS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME											UNIDADE			
Sopas (de legumes, canja, creme, etc.)	N	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	D	S	M	A
Salgados fritos (pastel,	N	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	D	S	M	A

coxinha, risoles, bolinho)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Salgados assados (esfirra, bauruzinho, torta)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Macarrão com molho sem carne	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Macarrão com molho com carne, lasanha, nhoque	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Pizza, panqueca	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Polenta cozida ou frita	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐

CARNES E PEIXES	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Carne de boi (bife, cozida, assada), miúdos, vísceras	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Carne de porco (lombo, bisteca)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Carne seca, carne de sol, Bacon	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Linguiça	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐

Embutidos (presunto, mortadela, salsicha)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Frango (cozido, frito, grelhado, assado)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Hambúrguer, nuggets, Almôndega	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Peixe (cozido, frito, assado) e frutos-do-mar	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐

LEITE E DERIVADOS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Leite - tipo:	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
() integral () desnatado	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
() semidesnatado		
Iogurte - tipo:	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
() natural () com frutas	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐

LEITE E DERIVADOS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Queijo, muçarela, prato,	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
parmesão, provolone	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Queijo minas, ricota	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A

	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
--	---	---

LEGUMINOSAS E OVOS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Ovo (cozido, frito)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Feijão (carioca, roxo preto, verde)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Lentilha, ervilha seca, grão-de-bico, soja	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Feijoada, feijão-tropeiro	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐

ARROZ E TUBÉRCULOS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Arroz branco ou integral cozido com óleo e temperos	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Batata frita ou mandioca Frita	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Batata, mandioca, inhame (cozida ou assada), purê	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Salada de maionese com Legumes	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Farinha de mandioca,	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A

farofa,		
cuscuz, aveia, tapioca	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○

VERDURAS E LEGUMES	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Alface	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○
Tomate	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○
Cenoura	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○
Outros legumes (abobrinha, berinjela, chuchu, pepino)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○
Outras verduras cruas (acelga, rúcula, agrião)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○

VERDURAS E LEGUMES	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Outras verduras cozidas		
acelga, espinafre, escarola,	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○
couve, brócolis, couve-flor,	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A

repolho	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
---------	---	---

MOLHOS E TEMPEROS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Óleo, azeite ou vinagrete para tempero de salada	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	D S M A ☐ ☐ ☐ ☐
Maionese, molho para salada, patê, chantilly	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	D S M A ☐ ☐ ☐ ☐
Sal para tempero de saladas	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	D S M A ☐ ☐ ☐ ☐
Condimentos	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	D S M A ☐ ☐ ☐ ☐

FRUTAS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Laranja, mexerica, abacaxi	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	D S M A ☐ ☐ ☐ ☐
Banana	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	D S M A ☐ ☐ ☐ ☐
Maçã, Pêra	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	D S M A ☐ ☐ ☐ ☐

Melão, melancia	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
Mamão	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
Goiaba	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
Abacate	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A

[illegible]

BEBIDAS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
	○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○
Café ou chá com açúcar	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A

		☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Refrigerante	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A	
() comum () diet/light	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	
Cerveja	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A	
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐	

PÃES E BISCOITOS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
Pão francês, pão de forma,	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
integral, pão doce, torrada	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Biscoito sem recheio	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
(doce, salgado)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Biscoito recheado, waffer,	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
Amanteigado	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Bolo (simples, recheado)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
Manteiga ou margarina	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
passada no pão	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐
() comum () light		
Sanduíche (cachorro-quente,	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	D S M A
hambúrguer)	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐

DOCES E SOBREMESAS	QUANTAS VEZES VOCÊ COME	UNIDADE
--------------------	-------------------------	---------

Chocolate, bombom, Brigadeiro	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	D S M A ○ ○ ○ ○
Achocolatado em pó (adicionado ao leite)	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	D S M A ○ ○ ○ ○
Sobremesas, doces, tortas e pudins	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	D S M A ○ ○ ○ ○
Açúcar, mel, geleia	N 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○	D S M A ○ ○ ○ ○

Hora do Término da entrevista: _____

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA ABERTA PARA COLETA DE INFORMAÇÕES

Se tratando de uma pesquisa qualitativa, o roteiro a seguir possui papel norteador podendo, por conseguinte, a entrevista será realizada de acordo como as necessidades surgirem. Ressalta-se que o pesquisador se compromete a seguir as diretrizes e normas presentes na Resolução CNS 466/12.

Nome: _____ Idade: _____

Estado civil: _____ Escolaridade: _____

Renda familiar: _____

Local de Residência: _____

Pergunta 1 - Como agricultor (a) você dedica seus dias no trabalho com a terra. Há dias que são bons, outros nem tanto. O clima pode interferir nessas atividades. Muitas vezes vem o cansaço, enquanto tem dias que o trabalho rende muito mais. Diante dessas intercorrências, qual é o seu sentimento ao trabalhar como feirante agroecológico? (agricultura sustentável)

Pergunta 2 – Para você, qual a influência que seu trabalho (ser agricultor e feirante agroecológico) tem em relação ao que você e seus familiares comem? Há algum ganho para a saúde? Se acha que sim, quais são os ganhos? Se acha que não, quais os motivos?

ESTRATÉGIA NEUROEDUCACIONAL
PARA PORTADORES DE TDAH:
BENEFÍCIOS COGNITIVOS,
EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS

Samantha Marques Gomes
Wanderson Maciel Amaral
Hugo Politano

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurobiológica que compromete funções executivas como atenção, memória de trabalho e controle de impulsos, afetando o desempenho acadêmico e o desenvolvimento emocional e social. Este artigo analisa os efeitos do exercício físico regular sobre os sintomas cognitivos e comportamentais de indivíduos com TDAH. A pesquisa, de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, baseia-se em estudos brasileiros recentes que evidenciam os benefícios de práticas como psicomotricidade, yoga, esportes aeróbicos e exercícios estruturados. Os resultados apontam que o exercício físico promove melhorias significativas nas funções executivas, na autorregulação emocional e na socialização, sendo uma estratégia eficaz e acessível para o desenvolvimento integral de pessoas com TDAH.

Palavras-chave: TDAH, exercício físico, funções executivas, comportamento, neuroeducação

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurobiológica crônica que afeta milhões de pessoas em idade escolar e adulta, comprometendo funções como atenção sustentada, controle de impulsos e autorregulação emocional (American Psychiatric Association, 2013; Silva & Oliveira, 2021). Embora o tratamento medicamentoso seja amplamente utilizado, ele não é suficiente para garantir o desenvolvimento pleno das funções cognitivas e comportamentais (Medina, 2014).

Nesse contexto, o exercício físico tem se destacado como uma estratégia complementar eficaz e acessível. A relevância desta pesquisa está em compreender como o exercício físico pode ser utilizado como recurso neuroeducacional para promover o desenvolvimento integral de pessoas com TDAH. Ao reconhecer o corpo em movimento como catalisador de processos cognitivos e emocionais, amplia-se a visão sobre o papel do exercício físico na saúde mental e na aprendizagem (Medina, 2014; Santos & Lima, 2023).

A relevância desta pesquisa está em compreender como o exercício físico pode ser utilizado como recurso neuroeducacional para promover o desenvolvimento integral de pessoas com TDAH. Ao reconhecer o corpo em movimento como catalisador de processos cognitivos e emocionais, amplia-se a visão sobre o papel do exercício físico na saúde mental e na aprendizagem.

Diversos estudos apontam que o exercício físico melhora a memória de trabalho, a flexibilidade cognitiva e o controle inibitório — habilidades essenciais para o desempenho acadêmico e para a adaptação social. Bustamante et al. (2019) destacam que práticas como yoga, psicomotricidade e exercícios aeróbicos têm impacto direto na autorregulação emocional e no comportamento.

Segundo o mesmo autor, o exercício físico influencia diretamente mecanismos neurocognitivos afetados pelo TDAH, como memória de trabalho, flexibilidade cognitiva e controle inibitório. Rosa Neto et al. (2019) reforçam que práticas psicomotoras favorecem o desenvolvimento da percepção espacial, da organização temporal e da coordenação motora — habilidades fundamentais para o desempenho acadêmico.

Reis, Raiol & Galan (2024) destacam que o yoga, ao combinar respiração consciente, posturas corporais e meditação, promove equilíbrio emocional e melhora a capacidade de concentração, sendo especialmente eficaz em indivíduos com TDAH. Já Soescola (2017) aponta que esportes coletivos favorecem a empatia, a cooperação e o respeito às regras, contribuindo para a socialização e o controle comportamental.

Este artigo busca compreender como o exercício físico pode ser utilizado como recurso neuroeducacional para promover o desenvolvimento integral de pessoas com TDAH. Ao reconhecer o corpo em movimento como catalisador de processos cognitivos e emocionais, amplia-se a visão sobre o papel do exercício físico na saúde mental e na aprendizagem.

O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos do exercício físico regular sobre os sintomas comportamentais e cognitivos de indivíduos com TDAH. Os objetivos específicos incluem:

- Investigar os efeitos do exercício físico sobre funções executivas em pessoas com TDAH
- Identificar práticas corporais que favorecem a autorregulação emocional e o comportamento social
- Compreender os mecanismos neurobiológicos ativados pelo exercício físico •
Propor reflexões sobre o uso do exercício físico como estratégia terapêutica e educacional

A pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, utilizando artigos científicos, livros e documentos oficiais que tratam da relação entre exercício físico, TDAH e neuroeducação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurobiológica que afeta o funcionamento executivo do cérebro, comprometendo habilidades como atenção sustentada, memória de trabalho, planejamento e controle inibitório (American Psychiatric Association, 2013). Esses déficits impactam diretamente

o desempenho acadêmico, a adaptação social e o bem-estar emocional de crianças, adolescentes e adultos (Silva & Oliveira, 2021).

Em indivíduos com TDAH, essas funções estão comprometidas devido a alterações na estrutura e no funcionamento de áreas cerebrais como o córtex pré-frontal, responsável pela tomada de decisões e pelo controle dos impulsos (Medina, 2014).

Diversos estudos têm demonstrado que o exercício físico regular pode atuar como modulador neurobiológico, promovendo melhorias significativas nas funções executivas. Segundo Bustamante et al. (2019), o exercício físico regular estimula áreas cerebrais responsáveis pela regulação da atenção e do comportamento, como o córtex pré-frontal. Essa estimulação favorece o desenvolvimento de funções executivas, essenciais para o controle de impulsos e a organização de tarefas.

Bustamante et al. (2019) reforçam que práticas como psicomotricidade, yoga e exercícios aeróbicos têm impacto direto na autorregulação emocional e no comportamento. A psicomotricidade, por exemplo, trabalha simultaneamente corpo e mente, promovendo avanços na coordenação motora, na percepção espacial e na organização temporal — habilidades fundamentais para o processo de alfabetização e para a construção do pensamento lógico (Rosa Neto et al., 2019).

O yoga, por sua vez, tem sido incorporado ao ambiente terapêutico como estratégia para melhorar o foco, reduzir a impulsividade e promover o equilíbrio emocional. Reis, Raiol & Galan (2024) destacam que o yoga, ao combinar respiração consciente, posturas corporais e meditação, ensina o indivíduo a reconhecer seus estados internos e a lidar com eles de forma mais saudável.

Os mesmos autores destacam que práticas psicomotoras promovem avanços na coordenação motora, na percepção espacial e na organização temporal — habilidades fundamentais para o desempenho escolar e para a construção do pensamento lógico. A psicomotricidade, nesse contexto, atua como ponte entre o corpo e os processos cognitivos, sendo especialmente eficaz em crianças com TDAH.

Além dos benefícios cognitivos e emocionais, o exercício físico também contribui para a socialização e para o desenvolvimento de habilidades interpessoais. Práticas como esportes coletivos favorecem competências como empatia, cooperação,

respeito às regras e tolerância à frustração — aspectos frequentemente prejudicados em pessoas com TDAH (Soescola, 2017).

A neurociência educacional tem reforçado a ideia de que o corpo em movimento potencializa o cérebro em ação. O exercício físico estimula a plasticidade cerebral, favorecendo a formação de novas conexões neurais e o fortalecimento de circuitos relacionados à atenção e ao autocontrole (Medina, 2014). Essa perspectiva amplia o papel do exercício físico, que passa a ser visto como ferramenta neuroeducacional e terapêutica.

Santos & Lima (2023) reforçam que o exercício físico atua como regulador neuroquímico, promovendo a liberação de dopamina e serotonina, neurotransmissores associados ao humor, à motivação e à atenção. Essa resposta fisiológica ao movimento contribui para a melhora do comportamento e da estabilidade emocional.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos principais tipos de exercício físico e seus respectivos benefícios para indivíduos com TDAH:

Tabela 1 – Tipos de Exercício Físico e seus Benefícios para Indivíduos com TDAH

Tipo de Exercício Físico			Referência
Psicomotricidade	Coordenação motora, percepção espacial	Estabilidade emocional, autoestima	Rosa Neto et al. (2019)
Yoga	Atenção, foco, flexibilidade cognitiva	Controle da impulsividade, redução da ansiedade	Reis, Raiol & Galan (2024)
Exercícios aeróbicos	Memória de trabalho, planejamento	Redução do estresse, melhora do humor	Bustamante et al. (2019)
		Empatia, cooperação, tolerância à frustração	Soescola (2017)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Rosa Neto et al. (2019); Reis, Raiol & Galan (2024); Bustamante et al. (2019); Soescola (2017).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, visando compreender os efeitos do exercício físico sobre os sintomas cognitivos, emocionais e comportamentais de indivíduos com Transtorno de Déficit de

Atenção e Hiperatividade (TDAH). A escolha metodológica se justifica pela necessidade de reunir e analisar evidências científicas que sustentem a eficácia do exercício físico como estratégia terapêutica e neuroeducacional.

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com foco na análise de estudos empíricos, revisões sistemáticas e literatura especializada sobre TDAH e exercício físico. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases como Scielo, Google Scholar, CAPES Periódicos e revistas especializadas em educação, psicologia e neurociência. Os critérios de inclusão foram:

- Publicações brasileiras entre 2015 e 2025
- Estudos que abordam intervenções com exercício físico em indivíduos com TDAH
- Trabalhos que apresentam resultados sobre cognição, comportamento e regulação emocional

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases como Scielo, PubMed, Google Scholar e periódicos especializados em educação, psicologia e neurociência. Os critérios de inclusão foram:

- Pesquisas que abordam diretamente os efeitos do exercício físico em indivíduos com TDAH
- Trabalhos que apresentam resultados sobre funções executivas, comportamento e regulação emocional.

A triangulação teórica foi realizada com base nos estudos de Bustamante et al. (2019), Rosa Neto et al. (2019), Reis, Raiol & Galan (2024), Soescola (2017), Silva & Oliveira (2021), Andrade et al. (2020) e Santos & Lima (2023), garantindo consistência metodológica e respaldo científico nacional.

Foram excluídos artigos que tratam exclusivamente de intervenções medicamentosas ou que não apresentam relação direta com o exercício físico.

Os dados foram organizados em categorias temáticas: benefícios cognitivos, benefícios emocionais e impactos comportamentais. A análise foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar padrões, convergências e contribuições relevantes

para a compreensão do papel do exercício físico no desenvolvimento de indivíduos com TDAH.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados revelou que o exercício físico regular exerce efeitos positivos significativos sobre os sintomas cognitivos, emocionais e comportamentais de indivíduos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Esses efeitos foram observados em diferentes faixas etárias e contextos, reforçando o papel do exercício como estratégia terapêutica e neuroeducacional.

Diversas pesquisas apontam que o exercício físico melhora funções executivas como atenção sustentada, memória de trabalho, planejamento e controle inibitório. Bustamante et al. (2019) demonstram que o exercício físico ativa o córtex pré-frontal, região cerebral responsável pela tomada de decisões e pelo autocontrole. Essa ativação contribui para a melhora da concentração e da capacidade de resolução de problemas, aspectos frequentemente prejudicados em pessoas com TDAH.

Além disso, Rosa Neto et al. (2019) evidenciam que práticas psicomotoras favorecem o desenvolvimento da percepção espacial, da organização temporal e da coordenação motora — habilidades fundamentais para o desempenho acadêmico, para a construção do pensamento lógico e para a aprendizagem de habilidades básicas como leitura e escrita.

A regulação emocional é uma das áreas mais afetadas pelo TDAH. Indivíduos com o transtorno apresentam maior vulnerabilidade à frustração, impulsividade e instabilidade emocional. Reis, Raiol & Galan (2024) destacam que práticas como o yoga ajudam na autorregulação emocional ao ensinar técnicas de respiração, concentração e consciência corporal. Essas práticas reduzem a agitação, promovem o equilíbrio emocional e melhoram a capacidade de lidar com situações adversas.

Santos & Lima (2023) apontam que o exercício físico atua como modulador neuroquímico, estimulando a liberação de dopamina e serotonina — neurotransmissores diretamente ligados ao humor, à motivação e à estabilidade emocional. Essa resposta

fisiológica ao movimento contribui para a diminuição de comportamentos agressivos e para o aumento da autoestima.

Andrade et al. (2020) reforçam que intervenções motoras planejadas podem gerar avanços significativos na flexibilidade cognitiva e na capacidade de planejamento, especialmente em crianças com TDAH que apresentam dificuldades de adaptação escolar.

O comportamento impulsivo, a hiperatividade e a dificuldade de seguir regras são características comuns em indivíduos com TDAH. Estudos mostram que o exercício físico contribui para a redução desses comportamentos, promovendo maior estabilidade e adaptação social.

Soescola (2017) afirma que esportes coletivos favorecem o desenvolvimento de habilidades sociais como empatia, cooperação e respeito às regras. Ao participar de atividades em grupo, o indivíduo com TDAH aprende a lidar com frustrações, a respeitar limites e a desenvolver vínculos afetivos.

Silva & Oliveira (2021) destacam que a repetição de situações sociais em ambientes controlados, como os jogos motores, permite que a criança com TDAH aprenda a reconhecer padrões de comportamento, a antecipar consequências e a desenvolver estratégias de autocontrole.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos impactos do exercício físico sobre os principais sintomas do TDAH:

Tabela 2 – Impactos do Exercício Físico sobre Sintomas do TDAH

Sintoma do TDAH	Tipo de Exercício Físico	Impacto Observado	Referência
Déficit de atenção	Aeróbico, yoga	Melhora da concentração e foco	Bustamante et al. (2019) Reis et al. (2024)
Impulsividade	Yoga, psicomotricidade	Redução da reatividade emocional	Rosa Neto et al. (2019) Reis et al. (2024)
Hiperatividade	Aeróbico, esportes coletivos	Redução da agitação motora	Santos & Lima (2023) Soescola (2017)
Baixa autoestima	Psicomotricidade, yoga	Aumento da autoconfiança e estabilidade	Rosa Neto et al. (2019)

Sintoma do TDAH	Tipo de Exercício Físico	Impacto Observado	Referência
Dificuldades sociais	Esportes coletivos	Melhora da empatia e cooperação	Soescola (2017); Silva Oliveira (2021)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bustamante et al. (2019); Rosa Neto et al. (2019); Reis, Raiol & Galan (2024); Santos & Lima (2023); Soescola (2017); Silva & Oliveira (2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o exercício físico regular é uma estratégia eficaz e acessível para o enfrentamento dos sintomas cognitivos, emocionais e comportamentais do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Ao estimular funções executivas, promover a autorregulação emocional e favorecer a socialização, o exercício físico contribui para o desenvolvimento integral de indivíduos com o transtorno.

A análise bibliográfica revelou que práticas como psicomotricidade, yoga, esportes aeróbicos e atividades estruturadas têm impacto direto na melhoria da atenção, da memória de trabalho, do controle de impulsos e da estabilidade emocional. Esses benefícios são sustentados por evidências neurocientíficas que apontam para a ativação de áreas cerebrais relacionadas à tomada de decisões, à motivação e ao autocontrole.

Além dos ganhos individuais, o exercício físico também promove inclusão social, autoestima e qualidade de vida, sendo uma alternativa complementar ao tratamento medicamentoso. A incorporação dessas práticas em ambientes terapêuticos, familiares e educacionais pode ampliar as possibilidades de intervenção e fortalecer o protagonismo de pessoas com TDAH.

Diante dos resultados apresentados, recomenda-se que profissionais da saúde, da educação e da psicologia considerem o exercício físico como parte integrante dos planos de atendimento a indivíduos com TDAH. Novas pesquisas empíricas, com metodologias quantitativas e longitudinais, podem aprofundar o entendimento sobre os mecanismos envolvidos e orientar políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental por meio do movimento corporal.

ABSTRACT

Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) is a neurobiological condition that impairs executive functions such as attention, working memory, and impulse control, affecting academic performance and emotional and social development in children and adolescents. This article aims to analyze the effects of regular physical exercise on the cognitive and behavioral symptoms of individuals with ADHD. The research, based on a qualitative bibliographic approach, draws on recent studies that highlight the benefits of practices such as psychomotor activities, yoga, aerobic sports, and structured exercises. Findings indicate that physical exercise significantly improves executive functions, emotional self-regulation, and social interaction, making it an effective and accessible strategy for the holistic development of individuals with ADHD.

Keywords: *ADHD, physical exercise, executive functions, behavior, neuroeducation*

Agradecimentos

Agradecemos ao Professor Orientador, Dr. Hugo Politano, pelo incentivo à pesquisa e à formação continuada e pela orientação e acompanhamento à realização da pesquisa. Aos colegas pesquisadores que contribuíram com reflexões e materiais bibliográficos, e às instituições que promovem o diálogo entre neurociência, educação e práticas corporais.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, M., SOUZA, L., & FERREIRA, T. (2020). **Intervenções motoras em crianças com TDAH: uma revisão integ** *Educação Especial*, 26(2), 215–230. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2025.

BUSTAMANTE, J., SILVA, R., & OLIVEIRA, M. (2019). **Exercício físico e funções executivas em crianças com TDAH**. *Revista Brasileira de Neuroeducação*, 7(2), 45–62. Disponível em:

<https://editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/article/view/708>. Acesso em: 9 out. 2025.

MEDINA, J. (2014). **O cérebro: manual do usuário**. São Paulo: WMF Martins Fontes.

OLIVEIRA, W. R. et al. **O papel da atividade física na melhora de desempenho cognitivo de crianças com TDAH**. In: KLAUSS, J.; MORAES, I. K. N.; MELLO, R. G. (Org.). *Ciências da saúde e bem-estv*. 1. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2023. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2025.

REIS, A., RAIOL, R., & GALAN, M. (2024). **Yoga e regulação emocional em ta de** Psicologia Escolar, 12(1), 23–39. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2025.

ROSA NETO, F., ET AL. (2019). **Psicomotricidade e desenvolvimento infantil**.

Acesso em: 13 out. 2025.

SANTOS, D., & LIMA, C. (2023). **Efeitos do exercício físico sobre o comportamento de adola** *Saúde e Movimento*, 19(1), 101–118. Disponível em: Acesso em: 9 out. 2025.

SILVA, M., & OLIVEIRA, P. (2021). **Neuroeducação e TDAH: contribuições do exercício físico para o desen** *educação em Foco*, 16(3), 55–70. Disponível em: Acesso em: 13 out. 2025.

SOESCOLA, L. (2017). **Esportes coletivos e habilidades sociais em adolescentes** leira de Educação Física, 21(1), 102–118. Disponível em: Acesso em: 12 out. 2025.